



PREGÃO ELETRÔNICO

011/2026

90011/2026 (Compras.gov)

CONTRATANTE (UASG)

(986713)

REPARTIÇÃO INTERESSADA

Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE APOIO, PLANEJAMENTO, GERENCIAMENTO E SUPERVISÃO EM ENGENHARIA DE TRÁFEGO, COM FOCO NA GESTÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMAS INTELIGENTES DE TRÂNSITO, ABRANGENDO O FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DA CENTRAL DE MOBILIDADE E TRÂNSITO, FORNECENDO SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 13.509.183,68 (treze milhões, quinhentos e nove mil, cento e oitenta e três reais e sessenta e oito centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 29/06/2026 às 09h00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço global

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não

Prefeitura de Mogi das Cruzes

Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, Centro Cívico, Mogi das Cruzes



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 2**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 429/2026**

Torna-se público que a **Prefeitura de Mogi das Cruzes**, sediada na Av. Ver. Narciso Yague Guimarães, nº 277 – Centro Cívico – Mogi das Cruzes – SP, por meio da **Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, do Decreto Municipal nº 17.500, de 27 de junho de 2018, Decreto Municipal nº 22.144, de 04 de setembro de 2023, Decreto Municipal nº 22.435, de 03 de janeiro de 2024, Decreto Municipal nº 22.449, de 11 de janeiro de 2024 e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

Os regulamentos supracitados encontram-se disponíveis para acesso no endereço eletrônico: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/5079/leis-de-mogi-das-cruzes>.

1 - OBJETO:

1.1. O presente Pregão tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE APOIO, PLANEJAMENTO, GERENCIAMENTO E SUPERVISÃO EM ENGENHARIA DE TRÁFEGO, COM FOCO NA GESTÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMAS INTELIGENTES DE TRÂNSITO, ABRANGENDO O FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DA CENTRAL DE MOBILIDADE E TRÂNSITO, FORNECENDO SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES**, conforme especificações constantes do Termo de Referência Anexo I do presente Edital.

1.2. A CONTRATADA não exercerá, em nenhuma hipótese, atividades típicas de autoridade de trânsito, limitando-se ao apoio técnico-operacional, sendo a validação final, autuação, julgamento e aplicação de penalidades de competência exclusiva da Autoridade Municipal de Trânsito.

1.3. Os serviços serão realizados sob o **regime de execução empreitada por PREÇO GLOBAL**.

1.4. O critério de julgamento adotado será o **menor preço global**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do artigo 34 da Lei Federal nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 3

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.4. SUBCONTRATAÇÃO:

2.4.1. A CONTRATADA poderá subcontratar partes do objeto contratual, desde que respeite o percentual máximo de 30% (trinta por cento) do valor total de cada item de serviço, à exceção do Sistema de Gestão de Mobilidade Urbana Inteligente, com integração de todos os equipamentos/elementos que envolvem a mobilidade de trânsito, que poderá ser subcontratada na sua totalidade, de modo a assegurar melhores condições de competitividade e ampliar a participação na disputa. Este percentual poderá ser ajustado, caso o objeto do contrato permita, desde que autorizado previamente pela CONTRATANTE e devidamente justificado pela CONTRATADA.

a) Caso haja subcontratação, a licitante deverá apresentar a documentação da empresa subcontratada referente à parcela do serviço a ser executado, conforme limitação prevista;

b) A empresa contratada continua responsável pela execução do contrato e pela subcontratação, devendo comprovar a capacidade técnica do subcontratado, nos termos do art. 67, §9 da lei 14.133/2021;

c) A Subcontratada deve apresentar atestado de capacidade técnica, limitado a parcela do serviço a ser executado.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 4

2.4.2. A Subcontratação de parte do objeto contratado é autorizada pelo art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

2.4.2.1. A licitante apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, juntamente com sua documentação que será avaliada e juntada aos autos.

2.4.2.2. O edital de licitação, consoante estabelece o art. 67, §9º, da Lei 14.133/2021, utilizará como requisito de habilitação, que o licitante comprove qualificação técnica por meio de atestados relativos a potencial subcontratado.

2.4.2.3. Fica vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 5

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

2.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.7. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item **2.5.7** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. No que concerne aos itens **2.5.2** e **2.5.3**, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. Não será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, tendo em vista a incompatibilidade do objeto com o modelo de atuação das cooperativas, especialmente quanto aos requisitos de subordinação, pessoalidade e habitualidade na execução dos serviços, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

2.10. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10.1 Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 6

3.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. A falsidade da declaração de que trata o item **3.3** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 7

3.8. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.9. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor total, em moeda corrente nacional.

4.1.2. Descrição do objeto

4.2. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 8

como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 9

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **0,5% (meio por cento)**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

5.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 10

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Não se aplica nesta licitação o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), nos termos do art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 11

5.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

5.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

5.21. Proposta em papel timbrado da empresa, conforme **ANEXO II** deste Edital;

5.21.1. A Proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.

5.21.2. Planilha de Quantidades e Preços, com os preços mensais unitários e totais propostos para cada tipo de equipamento / serviço e o preço global contratual para 12 (doze) meses, devidamente assinada pelo responsável por sua elaboração.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 12

5.21.2.1. O preço proposto na Planilha de Quantidades e Preços constituirá, a qualquer título, a única e completa base de análise quanto à exequibilidade ou não da adequada e perfeita execução do objeto da licitação. Nesse preço deverão estar incluídos o pagamento dos salários dos seus empregados e respectivos encargos trabalhistas, previdenciários e securitários (todas as obrigações trabalhistas serão fiscalizadas pela Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes), bem como todos os encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do Contrato, inclusive seguro obrigatório, licenciamento, IPVA e eventuais multas dos veículos e equipamentos utilizados.

5.21.2.2. No preço proposto estarão incluídos também todos os custos diretos e indiretos, taxas, remunerações, despesas fiscais e financeiras, e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas no Edital, mas consideradas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.

5.21.2.3. Considerar-se-á que o preço proposto é completo e suficiente para pagar todos os serviços a serem executados. Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto do Pregão ou do Edital, garantida à contratada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, inclusive, em decorrência de caso fortuito, força maior, fato do príncipe ou fato da administração.

5.21.3. Comprovante da garantia de proposta no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado.

5.21.3.1. A garantia deverá ser prestada optando-se por uma das modalidades previstas no artigo 96, § 1º, incisos I a IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.21.3.2. No caso de Consórcio, a garantia de proposta poderá ser apresentada pelo próprio Consórcio, se juridicamente constituído, pela empresa líder do Consórcio ou, ainda, por cada consorciado de acordo com o seu percentual de participação.

5.21.3.3. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

5.22. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DO ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA:

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata e no **item 2.5** deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 13

6.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

6.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>);

6.2. A verificação em cadastros de sanções alcançará a pessoa jurídica licitante e seus sócios, administradores ou responsáveis legais, apenas quando houver decisão administrativa ou judicial com sanção vigente que imponha a proibição de licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

6.5. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 14

6.5.1. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do **item 7**.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. conter vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

6.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

6.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.8.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste **item 7**, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 15

HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.4. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

7.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.8. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

7.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, com demonstração de que a empresa se encontra ativa;

7.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 16

Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

7.12. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (inexistência de débitos inscritos em dívida ativa) quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, ou conforme o caso, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.13. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quanto ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), nos termos da Lei Complementar nº 116/2003, relativo aos débitos inscritos em Dívida Ativa.

7.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.17. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

7.19. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Distribuidor da sede da licitante, com prazo máximo de 90 (noventa) dias da data de sua expedição.

7.19.1. As empresas com sede no Estado de São Paulo deverão apresentar a **Certidão de Distribuição de Falências, Concordatas e Recuperações** expedida via sistema **e-Saj**, do **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP)**, e também a Certidão emitida pelo seu sistema **eproc**, denominada **"COMARCAS E TURMAS RECURSAIS (Primeiro Grau) - CÍVEL"**, podendo o Agente de



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 17

Contratação diligenciar a sua complementação, de ofício, exclusivamente quando alguma delas não for enviada pelo licitante;

7.19.1.1. Sites para a obtenção das certidões do **item 7.19.1**, conforme os links disponibilizados pelo **TJSP** em <https://www.tjsp.jus.br/Certidoes/Certidoes/CertidoesPrimeiraInstancia>:

a) sistema **e-Saj**: <https://esaj.tjsp.jus.br/sco/abrirCadastro.do>

b) sistema **eproc**: <https://certidoes.tjsp.jus.br/>

7.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

7.20.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

7.20.2. Quando se tratar de Sociedade Anônima, esta deverá apresentar comprovante de publicação da documentação referida no item acima, no órgão de imprensa oficial.

7.20.3. A boa situação financeira será avaliada a partir dos seguintes índices:

Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou superior a 1,00;

Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1,00;

Índice de Endividamento (IE) igual ou inferior a 0,5;

7.20.4. Os quadros abaixo servem de orientação para os licitantes de como os cálculos serão procedidos:

INDICADORES	FÓRMULA
Índice de liquidez geral	$(AC+RLP)/(PC+ELP)$
Índice de liquidez corrente	AC/PC
Índice de endividamento	$(PC+ELP)/ AT$

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 18

7.20.5. As fórmulas acima deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço, assinado por profissional competente.

7.20.6. Prova de capital social ou patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado.

7.20.7. Em caso de consórcio será admitido o somatório das empresas consorciadas, para fins de comprovação de capital social ou patrimônio líquido.

7.20.8. As empresas consorciadas deverão apresentar toda a documentação constante neste item.

7.20.9. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em Lei.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.21. Certidão atualizada de registro ou inscrição da licitante e de seu(s) Responsável(eis) Técnico(s) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, com validade na data do recebimento dos documentos e habilitação.

7.22. Capacidade Técnico-Profissional: Apresentação de profissional(is) graduado(s) em nível superior e devidamente registrado(s) na entidade profissional competente, acompanhada de cópia da carteira profissional ou da ficha de registro de empregados da empresa licitante, contrato de trabalho em caso de profissional autônomo, ou, ainda, por declaração de futura contratação do profissional, desde que acompanhada de declaração expressa de anuência do referido profissional.

7.22.1. No caso de o profissional técnico integrar o contrato social da empresa licitante, tal comprovação poderá ser feita através de cópia do documento que comprove a sua qualificação e habilitação profissional.

7.22.2. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma do regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

7.22.3 Capacidade Técnico-Operacional: Apresentação de certidão(ões) ou atestado(s) que demonstre(m) capacidade operacional na execução de serviços similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação. As parcelas de maior

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 19**

relevância técnica e/ou valor significativo do objeto licitado estão discriminados no quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÍNIMA
Radar de Velocidade Fixo tipo Intrusivo	Faixa	18
Radar de Velocidade Fixo tipo Não Intrusivo	Faixa	7
Radar de Semáforo Vermelho com velocidade	Faixa	12
Barreira Eletrônica (lombada eletrônica)	Faixa	3
Sistema de Monitoramento de Tráfego (Câmeras)	Unid.	15
Sistema de Gestão de Mobilidade Urbana Inteligente com integração de todos os equipamentos/elementos que envolvem a mobilidade de trânsito	Sistema	1

7.22.4. As quantidades exigidas acima correspondem a 50% (cinquenta por cento) das quantidades previstas na Planilha Orçamentaria, nos termos do § 2º do Art. 67 da LEI Nº 14.133/2021 que trata da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

7.22.5. A comprovação da capacitação técnico-operacional acima referida deverá ser realizada por meio da apresentação dos seguintes documentos:

7.22.6. Atestado(s) fornecido(s) por Pessoa(s) Jurídica(s) de Direito Público ou Privado, em nome da empresa licitante, devidamente registrado na entidade profissional competente, e/ou;

7.22.7. No caso de consórcio, a qualificação técnica poderá ser comprovada por uma das empresas e/ou através da soma dos atestados das empresas que compõem o consórcio, utilizando-se para isso, quantos atestados forem necessários.

7.22.8. Na hipótese de Subcontratação, consoante estabelece o art. 67, §9º, da Lei 14.133/2021, utilizará como requisito de habilitação, que o licitante comprove qualificação técnica por meio de atestados relativos a potencial subcontratado.

7.22.9. A licitante apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, juntamente com sua documentação que será avaliada e juntada aos autos do processo licitatório.

7.22.10. Declaração de Responsabilidade Técnica, indicando o(s) Responsável(is) Técnico(s), devidamente registrado(s) no CREA/CAU, conforme Anexo III;

7.22.11. Os profissionais técnicos utilizados pela empresa licitante para fins de habilitação deverão participar diretamente do serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por outros profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela PPMC.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 20

7.22.12. Indicação das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação;

7.22.13. Declaração de que a empresa licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7.22.14. Atestado de Visita Técnica comprovando o comparecimento, conforme ANEXO V, ou, caso a empresa não realize a visita técnica, deverá apresentar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme ANEXO V.1 em anexo.

7.22.15. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

7.22.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.22.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7.22.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

8. DA PROVA DE CONCEITO/AMOSTRA:

8.1. Amostras a serem entregues pela empresa classificada em primeiro lugar e testes de aceitação.

8.1.1. A Prova de Conceito (PoC) fundamenta-se no Art. 41, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, consistindo na apresentação de amostras ou demonstração de métodos de execução pelo licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar. O procedimento visa a realização de testes técnicos para verificar a plena compatibilidade da solução ofertada com as especificações e requisitos de desempenho estabelecidos neste Termo de Referência.

8.1.2. Sobre a Prova de Conceito, antes de declarar a licitante vencedora do processo licitatório, a licitante (com menor preço ofertado) deverá realizar uma demonstração para avaliação técnica na Prefeitura, a fim de que possa avaliar se os equipamentos/soluções que estão sendo ofertados atendem a todas as exigências/requisitos técnicos obrigatórios constantes do Termo de Referência do Edital.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 21

8.1.3. Encerrada a fase de lances, a sessão pública do pregão será suspensa pelo(a) Pregoeiro(a), iniciando-se imediatamente a contagem do prazo previsto para a entrega das amostras.

8.1.4. As amostras deverão ser apresentadas somente pelo detentor da melhor proposta, atendendo às prerrogativas do Termo de Referência, que serão analisadas pela equipe técnica da unidade requisitante – Administração, a qual emitirá parecer de aprovação ou reprovação, quanto à qualidade e a adequação das características às especificações técnicas descritas no edital.

8.1.5. O agendamento deverá ser efetuado até o 2º dia útil anterior a data de entrega das amostras pelo fone 11 4233-8920, e entrega na Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, 2º andar - Sala Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito.

8.1.6. As amostras deverão obedecer todas às especificações constantes neste Termo de Referência, sob pena de reprovação, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis após a suspensão da sessão pública do pregão, podendo ser prorrogado por igual período, mediante pedido feito pela licitante, devidamente justificado.

8.1.7. A execução da análise e testes das amostras (equipamentos) apresentadas, garantem ao Município a possibilidade de comprovar suas funcionalidades e eficiência técnica.

8.1.8. Desta forma, serão realizados testes em escala real com o monitoramento da funcionalidade, operacionalidade e resultado das simulações nas vias do município.

8.1.9. A licitante que deixar de cumprir este item será desclassificada, e convocada a próxima licitante melhor classificada. Os mesmos procedimentos serão realizados até não existir mais licitante classificada.

8.2. QUANTIDADES DE EQUIPAMENTOS PARA A PROVA DE CONCEITO:

8.2.1 - Radar de Velocidade do Tipo Fixo, com sistema de detecção do tipo intrusivo ou não intrusivo: 01 unidade;

8.2.2 - Radar de Semáforo Vermelho com velocidade: 01 unidade;

8.2.3 - Registrador de controle de tráfego de veículos em locais restritos (Piezo Elétrico): 01 unidade;

8.2.4 - Talonário Eletrônico com impressora mobile: 01 unidade;

8.2.5 - Câmera PTZ: 01 unidade.

8.3 - Documentações dos equipamentos e sistemas (no que couber):



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 22

8.3.1. Junto com as amostras a licitante deverá entregar toda a documentação necessária para comprovar a regularidade de aprovação e uso dos equipamentos e sistemas, principalmente quanto a:

8.3.2. Portarias de aprovações dos equipamentos e sistemas emitidas pelo INMETRO ou outras entidades, quando for o caso, que atendam as legislações vigentes;

8.3.3. Manuais Técnicos dos produtos ofertados ou documentos equivalentes, indicando todas as suas características. Essas características serão analisadas conforme as especificações contidas no Termo de Referência.

8.4. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS ENTREGUES:

8.4.1. Radar de velocidade tipo fixo:

a) A empresa deverá instalar o radar em uma via com duas faixas de rolamento, sendo cada faixa em um sentido de direção, a ser determinada pela equipe técnica, para tanto a empresa deverá fornecer junto com o equipamento todos os periféricos necessários, tais como colunas, iluminadores, detectores e etc. As despesas serão de responsabilidade da licitante;

b) O equipamento deverá ficar operando por um período de 48 horas sem interrupção;

c) O radar deverá ter seu limite de captura de velocidade ajustado para 37 Km/h, temporariamente e restrito ao período de testes, para que se tenha maior quantidade de infrações simuladas;

d) Serão verificadas todas as funções descritas no termo de referência.

Observação: Será desclassificada a empresa que não atender as especificações contidas neste edital e seus anexos, e que não apresentar provas visuais no período máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após o encerramento dos testes.

8.5. Radar de Semáforo Vermelho com Velocidade;

8.5.1. Os procedimentos que serão ser adotados nos testes são os seguintes:

8.5.1.1. A licitante deverá instalar o radar em um cruzamento com duas faixas de rolamento a ser determinada pela equipe técnica, para tanto a empresa deverá fornecer junto com o equipamento todos os periféricos necessários, tais como colunas, iluminadores, detectores e etc. As despesas serão de responsabilidade da licitante.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 23

8.5.1.2. O equipamento deverá ficar operando por um período de 48 horas sem interrupção.

8.5.1.3. O radar deverá ter seu limite de captura de velocidade ajustada para 37 Km/h, **temporariamente e restrito ao período de testes**, para que se tenha maior quantidade de infrações simuladas.

8.5.1.4. O tempo de disparo para detecção do vermelho deverá ser ajustado para “0” segundos;

8.5.1.5. Serão verificadas todas as funções descritas no termo de referência.

Observação: Será desclassificada a licitante que não atender as especificações contidas neste edital e seus anexos, e que não apresentar provas visuais no período máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após o encerramento dos testes.

8.6. Registrador de controle de tráfego de veículos em locais restritos

8.6.1. Prova de Conceito / Teste Operacional

Com o objetivo de comprovar a aderência técnica da solução ofertada, a licitante classificada em primeiro lugar deverá submeter o sistema a teste operacional nas condições abaixo estabelecidas.

8.6.1.1. Instalação

A licitante deverá instalar, em local previamente definido pela equipe técnica da Administração, solução completa e plenamente funcional, incluindo todos os equipamentos, dispositivos, acessórios, infraestrutura complementar e recursos necessários ao seu funcionamento.

Todas as despesas relativas à instalação, operação, manutenção durante o teste e posterior desinstalação correrão por conta da licitante.

8.6.1.2. Período de Operação

O sistema deverá operar de forma contínua e ininterrupta por período mínimo de 48 (quarenta e oito) horas consecutivas, demonstrando estabilidade, confiabilidade e integridade dos dados coletados.

8.6.1.3. Escopo do Monitoramento

Durante o período de teste, o sistema deverá monitorar, no mínimo, uma faixa de rolamento da via indicada, realizando:

- a) Detecção da passagem de veículos;
- b) Captura de imagens;
- c) Classificação veicular;
- d) Registro e armazenamento das informações coletadas.

8.6.2. Funcionalidades Obrigatórias

O sistema deverá executar automaticamente, no mínimo, as seguintes funcionalidades:



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 24

- a) Identificação da presença e passagem de veículos por faixa de rolamento;
- b) Captura de imagem da placa veicular com qualidade suficiente para leitura automática (OCR), em condições diurnas e noturnas;
- c) Captura de imagem contextual ou panorâmica do veículo, permitindo sua caracterização;
- d) Identificação da quantidade de eixos;
- e) Identificação da existência de rodagem simples ou dupla, quando aplicável;
- f) Classificação automática dos veículos conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência;
- g) Registro de data, hora e identificação da faixa monitorada;
- h) Geração de relatórios estatísticos de fluxo veicular por faixa de rolamento.

8.6.3. Desempenho Mínimo

Durante o teste operacional, a solução deverá demonstrar:

- a) Estabilidade operacional durante todo o período de teste;
- b) Correta sincronização entre detecção, captura de imagem e registro de dados;
- c) Integridade e rastreabilidade das informações coletadas.
- d) A Administração poderá aferir a consistência das classificações e leituras realizadas, comparando-as com registros de conferência manual.

8.6.4. Documentação Técnica

A licitante deverá apresentar documentação técnica contendo:

- a) Descrição detalhada da solução ofertada;
- b) Especificações técnicas dos equipamentos e dispositivos;
- c) Metodologia de funcionamento;
- d) Procedimentos de coleta e armazenamento de dados;
- e) Descrição do processo de classificação veicular.

8.6.5. Tabela de Composição das Categorias:

Categoria	Descrição	Quantidade de Eixos
CAT 1	Veículos Passeio	2
CAT 2	Ônibus e Caminhão de dois eixos	2
CAT 3	Ônibus (tribus) e caminhão de três eixos	3
CAT 4	Caminhão de quatro eixos	4
CAT 5 ou superior	Caminhão de cinco eixos ou mais	5 ou mais

8.6.6. O sistema deverá permitir a programação do tipo de Categoria que poderá circular pelas vias restritas, bem como a faixa de horário e os dias da semana.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 25

Observação: Será desclassificada a licitante que não atender as especificações contidas neste edital e seus anexos, e que não apresentar provas visuais no período máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após o encerramento dos testes.

8.7. Emissor Eletrônico de Multas (Talão eletrônico de infrações de trânsito) com todos os periféricos necessários.

8.7.1. Os testes serão realizados mediante apresentação de Emissor Eletrônico de Multas (Talonário Eletrônico) com impressora e sistemas para simulação de todas as funcionalidades descritas no Termo de Referência.

8.8. Notebook ou PC Desktop contendo o sistema de processamento

8.8.1. Será realizada a verificação DE TODOS OS ITENS EXIGIDOS do sistema de processamento.

8.8.2. A licitante deverá comprovar sua capacidade de atendimento ao objeto licitado, demonstrando por completo e com o sistema em funcionamento todas as funcionalidades dos Softwares;

8.8.3. O software de talonário eletrônico e sistema deverão ser demonstrados e integrados em funcionamento nos equipamentos ofertados;

8.8.4. A licitante será responsável por todo o ambiente necessário para realização da demonstração, sendo sua responsabilidade a preparação do ambiente para simulação do atendimento a todos os requisitos do edital, para tanto poderá simular dados, arquivos e outros elementos que possibilitem a demonstração do atendimento ao requisito;

8.8.5. A licitante poderá realizar as manutenções que julgar necessárias, desde que essas não configurem uma situação irreal do estado de regime operacional;

8.8.6. Demonstrado pela licitante o atendimento aos requisitos exigidos, todos os sistemas e equipamentos utilizados durante a demonstração deverão ser entregues a comissão técnica para que sejam realizados os testes em campo no caso da solução de talonário eletrônico e simulações em ambiente de produção nos demais sistemas.

8.8.7. Para tanto deverão ser configurados e mantidos em ambiente de demonstração sendo todas as informações de acesso fornecidas a comissão. Os sistemas e equipamentos utilizados na demonstração ficarão em poder da comissão pelo prazo de cinco dias úteis para que sejam realizados os testes;

8.8.8. Concluídas as demonstrações e testes, a Comissão Especial de Análise emitirá relatório comprovando ou não o atendimento das especificações obrigatórias.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 26

8.9. Da câmera de monitoramento

8.9.1. Os procedimentos que deverão ser adotados nos testes são os seguintes:

8.9.1.1. A licitante deverá instalar uma câmera PTZ completa em um poste ou ponto de apoio em via pública a ser determinado pela equipe técnica, para tanto a empresa deverá fornecer junto com o equipamento todos os periféricos necessários, tais como câmera, gabinete externo, nobreak, poste ou suporte adequado, e link de comunicação. As despesas serão de responsabilidade da licitante.

8.9.1.2. O equipamento deverá ficar operando por um período de 48 horas sem interrupção, integrado à um computador ou notebook, devidamente instalado da Secretaria de Mobilidade e Trânsito.

8.9.1.3. A câmera deverá ter seu zoom óptico ajustado para a máxima aproximação (ex.: 30x) para validação de sua capacidade de identificação.

8.9.1.4. Serão verificadas todas as funções descritas no termo de referência, em especial:

8.9.1.4.1. Identificação de Placas: Durante o período de teste, a equipe técnica realizará, em horários pré-definidos (dia e noite), tentativas de identificação da placa de um veículo de apoio parado e em movimento. A câmera deve permitir a leitura clara da placa em pelo menos 80% das tentativas.

8.9.1.4.2. Controle PTZ e Presets: Deve ser possível, a partir da Central, controlar os movimentos da câmera (pan, tilt, zoom) com fluidez, programar e acessar com precisão pelo menos 03 (três) posições de preset (Ponto de Observação Preferencial - POP).

8.9.1.4.3. Qualidade de Imagem em Condições Adversas: A imagem deve manter qualidade visual aceitável, sem ofuscamento total, em situações de contraluz (fim de tarde) e durante a noite (com infravermelho ativo).

8.9.1.4.4. Integração com o Sistema Central (VMS): A câmera deve ser visualizada, controlada e gravada a partir dos softwares e monitores da Central, sem necessidade de softwares ou interfaces adicionais.

8.9.1.4.5. Estabilidade do Link: A transmissão de vídeo deve manter-se estável durante as 48 horas, sem quedas prolongadas que impeçam a visualização.

Observação: Será desclassificada a licitante que não atender as especificações contidas neste edital e seus anexos, que não apresentar provas visuais (vídeos e imagens capturadas durante o teste) no período máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o encerramento dos testes, ou cuja câmera não atingir o percentual mínimo de 80% de sucesso na identificação de placas.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 27

8.9.1.4.6. Deverá ser contemplada a captura das imagens veiculares por afastamento.

8.9.1.4.7. Caso a licitante observe que necessitará de algum item adicional para comprovação da conformidade da solução com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, deve responsabilizar-se pela disponibilização deste item dentro do prazo previsto.

8.10. Premissas para as demonstrações:

8.10.1. A licitante deverá demonstrar de forma prática, a capacidade de atendimento a todas as funcionalidades solicitadas nos itens e subitens deste termo de referência.

8.10.2. Os testes funcionais da solução, avaliarão se a solução proposta atende ao solicitado conforme requisitos técnicos especificados no Termo de Referência do Edital;

8.10.3. Ao final dos testes será emitido relatório de aprovação da solução baseada nos resultados dos testes realizados. A assinatura do contrato dependerá da aprovação.

8.10.4. Sua não aprovação acarretará a automática desclassificação da licitante.

8.10.5. As provas visuais poderão ser apresentadas em formatos digitais usualmente utilizados no mercado, tais como MP4, AVI, MOV, JPG, JPEG ou PNG, admitindo-se resolução compatível com a perfeita identificação das funcionalidades testadas e dos resultados obtidos;

8.10.6. A entrega deverá ocorrer preferencialmente por meio eletrônico, mediante disponibilização em mídia digital, link para armazenamento em nuvem ou outro meio definido pela Comissão Técnica no ato da realização da PoC;

8.10.7. Caso o material apresentado esteja ilegível, corrompido, incompleto ou tecnicamente inapto à aferição dos resultados efetivamente obtidos durante os testes, a Comissão Técnica poderá solicitar complementação ou reapresentação, desde que não implique alteração do conteúdo originalmente produzido durante a PoC, observados os princípios da isonomia, razoabilidade e vinculação ao instrumento convocatório.

8.10.8. Ressalta-se, ainda, que a avaliação técnica da PoC não se limitará exclusivamente às provas visuais posteriormente entregues, sendo considerados, de forma conjunta, os registros produzidos durante os testes presenciais, as constatações realizadas pela Comissão Técnica e os relatórios operacionais eventualmente emitidos pelos sistemas avaliados.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 28

9.2. Julgada a licitação, após homologado o resultado da licitação, o(s) licitante(s) mais bem classificados será(ão) notificado(s) para assinatura do Contrato, conforme modelo anexo a este edital, na presença de duas testemunhas, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na legislação em vigor.

9.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. O prazo dos itens **9.1 e 9.2** poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DA OBRIGATORIDADE DA APURAÇÃO DE INDÍCIOS DE FRAUDE À LICITAÇÃO E ATUAÇÃO DA LICITANTES EM CONLUIO:

10.1. O Pregoeiro, Autoridade Superior ou Agente Público responsável pelo controle interno, poderá realizar diligências junto ao Portal Compras.gov, a qualquer momento do certame, ou mesmo após seu encerramento, para identificar eventuais indícios da atuação conjunta de licitantes (em conluio) e fraude à licitação, verificando, no mínimo, os seguintes aspectos:

10.1.1. Participação de licitantes distintas que tenham utilizado a mesma chave de acesso associada a um único representante (pessoa física) para registrar propostas no mesmo item ou lote no certame;

10.1.2. Registro de propostas e/ou lances, no mesmo item ou lote do certame, por duas ou mais licitantes que apresentem vínculos que possam indicar relacionamento prévio e atuação coordenada, tais como:

a) Submissão de propostas, lances ou documentos a partir de um mesmo endereço de IP (Internet Protocol);



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 29

- b)** Identidade de sócios, administradores, representantes legais ou procuradores;
- c)** Compartilhamento de endereço comercial, estrutura física, e-mail ou número de telefone, e outros dados congêneres;
- d)** Utilização do mesmo contador, ou consultor para a submissão da proposta, lances ou documentos.

10.2. Para a realização das diligências mencionadas no item **10.1**, o Pregoeiro, a Autoridade Superior ou o agente público incumbido do controle interno deverá:

10.2.1. Encaminhar solicitação formal ao Portal Compras.gov, por e-mail ou outro meio formal de comunicação escrita, requerendo as informações necessárias para a verificação dos aspectos listados acima;

10.2.2. Anexar aos autos do processo administrativo licitatório todas as comunicações realizadas com o Portal Compras Gov, bem como as respostas e informações obtidas, inclusive os eventuais esclarecimentos prestados a respeito, pelas licitantes envolvidas.

10.3. A identificação de uma ou mais das situações descritas nos subitens **10.1.1** e **10.1.2**, analisada em conjunto com o comportamento das licitantes na submissão das propostas, fase de lances, envio de documentos, ou quaisquer outros elementos verificados no transcorrer da licitação, constitui indício de fraude ao caráter competitivo do certame e de atuação em conluio das licitantes.

10.4. A presença de indícios da atuação de licitantes em conluio, visando fraudar o caráter competitivo da licitação, ensejará a abertura de processo administrativo sancionatório pela Autoridade Superior, para os fins de aprofundamento da apuração e aplicação das penalidades cabíveis, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis na esfera cível e penal, e a comunicação do fato aos órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas e o Ministério Público.

10.5. Ocorrendo a hipótese dos itens **10.3** e **10.4**, o Pregoeiro, no exercício do controle interno decidirá pela imediata suspensão da licitação, para posterior adoção das medidas cabíveis, conforme o caso e, segundo o que estabelece a legislação vigente.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 30

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados através de solicitação via e-mail para: pregaoeletronico@mogidascruzes.sp.gov.br e akemi.gestao@mogidascruzes.sp.gov.br

12 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

12.1. Os licitantes serão responsabilizados pelas infrações previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 31

- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Pelas infrações previstas no **item 12.1** serão aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

- I – Advertência;
- II – Multa;
- III – Impedimento de licitar ou contratar;
- IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.2.1. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente na infração de inexecução parcial do contrato;

12.2.2. A sanção de multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no **item 12.1**, observados os seguintes limites máximos:

- a)** nos casos de inexecução total ou parcial do ajuste, a título moratório, o importe de 1% (um por cento) por dia de atraso na entrega do material ou serviço, até o limite de 30 (trinta) dias e, cumulativamente, a título compensatório, o importe de 10% (dez por cento), ambas sobre o valor do contrato ou documento equivalente;
- b)** Pela recusa em realizar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do pedido;
- c)** Em caso de não entrega do objeto ou rescisão do Contrato por culpa da Contratada: 20% (vinte por cento) do valor do pedido.

12.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **item 12.1** deste edital.

12.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade de licitar e contratar, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 32

federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando da ocorrência das infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **item 12.1**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no **item 12.2.3** deste edital.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados, nos termos do art. 156, §1º:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes.

12.5. As sanções de Advertência, Impedimento de licitar e contratar, e Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de Multa.

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.7. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora ou contratado o contraditório e ampla defesa.

13.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A solicitação de esclarecimentos e a apresentação de impugnação contra o presente edital deverão ser realizadas por meio do endereço eletrônico: pregaoeletronico@mogidascruzes.sp.gov.br e akemi.gestao@mogidascruzes.sp.gov.br

13.2.1. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no Compras.gov, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 33

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

14.1. As despesas com a execução dos serviços objeto da presente licitação, correrão à conta das dotações consignadas no orçamento, classificadas sob os nºs:

02.10.01.3.3.90.39.00.26.125.1000.2.418.01.110.0000 – FICHA 248

02.10.01.3.3.90.39.00.26.125.1000.2.418.03.400.0001 – FICHA 265

FONTE CONTÁBIL: RECURSOS PRÓPRIOS

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 34

15.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

15.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.6. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.7. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

15.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.10. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.10.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

15.10.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.11. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 35

normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

15.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio eletrônico: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, e no site da Prefeitura: <https://licitacao-mgcon.mogidascruzes.sp.gov.br>.

15.13. Em caso de dúvidas poderá ser realizado contato telefônico através dos números: (11) 4798 -5554 / 4798 -7438.

15.14. Os casos omissos serão dirimidos pelo **Secretário Municipal de Mobilidade e Trânsito**, com observância da legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto 17.500/2018 com suas alterações posteriores.

15.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

15.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

15.15.2. ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços;

15.15.3. ANEXO III - Declaração de Responsabilidade Técnica;

15.15.4. ANEXO IV - Declaração de Pleno Conhecimento das Condições de Contratação

15.15.5. ANEXO V – Anexos V e V.1 - Visita Técnica;

15.15.6. ANEXO VI - Justificativa dos Índices Contábeis;

15.15.7. ANEXO VII - Carta Fiança Bancária;

15.15.8. ANEXO VIII - Minuta do Contrato;

15.15.9. ANEXO IX - Planilha de Custos.

Mogi das Cruzes, em 11 de junho de 2026.

FELÍCIO FUMIAKI KAMIYAMA

Secretário Municipal de Mobilidade e Trânsito



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 36**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA**

OBJETO (art. 6º, inc. XXIII, AL. A e art. 40, § 1º da lei 14.133/21, inc. I):

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE APOIO, PLANEJAMENTO, GERENCIAMENTO E SUPERVISÃO EM ENGENHARIA DE TRÁFEGO, COM FOCO NA GESTÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMAS INTELIGENTES DE TRÂNSITO, ABRANGENDO O FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DA CENTRAL DE MOBILIDADE E TRÂNSITO, FORNECENDO SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES.

Este Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de apoio, planejamento, gerenciamento e supervisão em engenharia de tráfego, incluindo talonário eletrônico, com foco na gestão e operação de sistemas inteligentes de trânsito. O escopo abrange o fornecimento, implantação, operação e manutenção de equipamentos e sistemas de fiscalização eletrônica, bem como a implantação, manutenção e operação da Central de Mobilidade e Trânsito, fornecendo suporte técnico especializado à Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito do Município de Mogi das Cruzes.

A CONTRATADA não exercerá, em nenhuma hipótese, atividades típicas de autoridade de trânsito, limitando-se ao apoio técnico-operacional, sendo a validação final, autuação, julgamento e aplicação de penalidades de competência exclusiva da Autoridade Municipal de Trânsito.

DEFINIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação decorre da necessidade de o Município assegurar a efetividade das políticas públicas de **mobilidade urbana, segurança viária e fiscalização de trânsito**, em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), resoluções do **CONTRAN**, normas do INMETRO e demais dispositivos legais aplicáveis.

O crescimento contínuo do fluxo de veículos, aliado à complexidade da malha viária urbana e ao aumento das ocorrências de infrações e sinistros de trânsito, impõe à Administração Pública o dever de adotar **mecanismos modernos, contínuos e tecnicamente confiáveis** de monitoramento, fiscalização e gestão do tráfego, visando à preservação da vida, à redução de acidentes e à melhoria da fluidez viária.

Nesse contexto, mostra-se necessária a **contratação de empresa especializada** para a prestação de serviços de apoio à execução da fiscalização eletrônica de trânsito, compreendendo o fornecimento, implantação, operação e manutenção de equipamentos e sistemas destinados à



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 37

detecção, medição, monitoramento e registro de infrações, bem como à análise e inteligência de gestão do tráfego.

A solução pretendida permitirá a fiscalização automática e contínua de condutas infracionais, tais como excesso de velocidade, avanço de sinal vermelho, parada sobre faixa de pedestres, circulação em áreas restritas, entre outras, além de possibilitar a coleta e o tratamento de informações estratégicas relativas ao volume veicular, padrões de circulação e comportamento do trânsito. Esses dados são essenciais para o planejamento urbano, a tomada de decisões administrativas e a formulação de políticas públicas baseadas em evidências.

Assim, a contratação proposta atende ao interesse público, revela-se adequada, necessária e proporcional, contribuindo diretamente para o aumento da segurança viária, a redução de sinistros, o ordenamento do tráfego e o fortalecimento da gestão municipal de trânsito, em acordo com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

PRAZO CONTRATUAL

Os serviços serão executados pelo prazo inicial de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogados nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

A prorrogação justifica-se pela natureza contínua do serviço, pela necessidade de manutenção da padronização tecnológica, pela amortização dos investimentos realizados e pela economicidade decorrente da continuidade da solução.

REGIME JURÍDICO DA CONTRATAÇÃO:

Considerando a natureza do objeto, que envolve a prestação de serviços técnicos de apoio, planejamento, gerenciamento e supervisão em engenharia de tráfego, incluindo talonário eletrônico, com foco na gestão e operação de sistemas inteligentes de trânsito, abrangendo o fornecimento, implantação, operação e manutenção de equipamentos e sistemas de fiscalização eletrônica, bem como a implantação, manutenção e operação da Central de Mobilidade e Trânsito, fornecendo suporte técnico especializado, o certame dar-se-á pelo Regime de Empreitada por **Preço Global**, tendo em vista se tratar de solução mais eficiente sob os aspectos técnico, operacional e econômico.

DA SUBCONTRATAÇÃO:

A CONTRATADA poderá subcontratar partes do objeto contratual, desde que respeite o percentual máximo de 30% (trinta por cento) do valor total de cada item de serviço, à exceção do Sistema de Gestão de Mobilidade Urbana Inteligente, com integração de todos os equipamentos/elementos que envolvem a mobilidade de trânsito, que poderá ser subcontratada na sua totalidade, de modo a assegurar melhores condições de competitividade e ampliar a participação na disputa. Este percentual poderá ser ajustado, caso o objeto do contrato permita, desde que autorizado previamente pela CONTRATANTE e devidamente justificado pela CONTRATADA.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 38

- a) Caso haja subcontratação, a licitante deverá apresentar a documentação da empresa subcontratada referente à parcela do serviço a ser executado, conforme limitação prevista;
- b) A empresa contratada continua responsável pela execução do contrato e pela subcontratação, devendo comprovar a capacidade técnica do subcontratado, nos termos do art. 67, §9 da lei 14.133/2021;
- c) A Subcontratada deve apresentar atestado de capacidade técnica, limitado a parcela do serviço a ser executado.

A Subcontratação de parte do objeto contratado é autorizada pelo art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

A licitante apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, juntamente com sua documentação que será avaliada e juntada aos autos.

O edital de licitação, consoante estabelece o art. 67, §9º, da Lei 14.133/2021, utilizará como requisito de habilitação, que o licitante comprove qualificação técnica por meio de atestados relativos a potencial subcontratado.

Fica vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DEMAIS EXIGÊNCIAS

1.1. FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS DE DETECÇÃO, MEDIÇÃO, MONITORAMENTO, REGISTRO DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, BEM COMO EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DESTINADOS A ANÁLISE E INTELIGÊNCIA PARA VIAS.

1.1.1. Conceitos Gerais:

1.1.1.1. Operação: Para fins de medição e penalização, somente será considerado ativo, ou em operação, o equipamento que atender todos os critérios do Termo de Referência (ex: certificado pelo INMETRO e devidamente protocolado no Departamento de Trânsito, energizado, transmitindo imagens e dados, etc).



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 39

1.1.1.2. Serviços de Instalação e Operação: série de procedimentos destinados a supervisionar, coordenar e executar a efetiva instalação de equipamentos caracterizado e quantificado neste Termo de Referência.

1.1.1.3. Infraestrutura: elementos necessários para caracterização dos equipamentos, tais como: caixa de câmeras, colunas, entre outras necessidades.

1.1.1.4. Equipamento: conjunto necessário para monitorar e/ou fiscalizar os veículos que trafegam pela via onde será instalado. Tem a função de detectar a passagem do veículo, capturando imagens e gerando dados para o monitoramento e fiscalização das infrações estabelecidas pela Lei federal 9.503 de 23/09/97 e resoluções competentes.

1.1.1.5. Contagem Volumétrica: capacidade de dispor de recursos que possibilitem a quantificação e identificação dos tipos de veículos que transitam em todas as faixas fiscalizadas no qual o equipamento esteja instalado gerando informações que alimentem os bancos de dados da Central de Monitoramento.

1.1.1.6. Transmissão on-line: sistema de transmissão automática e remota de dados entre os equipamentos de campo, incluindo radares de fiscalização eletrônica e câmeras de monitoramento, e a Central de Monitoramento, garantindo a integridade, segurança e rastreabilidade das informações. Os registros de infração capturados pelos equipamentos metrológicos deverão ser transmitidos à Central em prazo máximo de até 60 (sessenta) minutos contados a partir da ocorrência do evento, enquanto os fluxos de vídeo e imagens provenientes das câmeras destinadas ao monitoramento operacional deverão ser disponibilizados em tempo real ou quase real, conforme capacidade da infraestrutura de comunicação existente. O sistema deverá possuir mecanismo de armazenamento local temporário nos equipamentos de campo, assegurando a preservação dos dados em caso de falha de comunicação, com reenvio automático após o restabelecimento do link.

1.1.1.7. Aproveitamento Técnico: diferença, no período considerado, entre as imagens válidas e inválidas, desconsiderando as descartadas por motivos externos devidamente autorizados pelo Departamento de Trânsito.

1.1.1.8. Imagem Válida: aquela que gerará multa.

1.1.1.9. Imagem Inválida: aquela que apresenta problemas de foco, iluminação, falha do equipamento e demais inconsistências que estejam diretamente atribuídas a falhas do equipamento ou do serviço prestado pela empresa CONTRATADA.

1.1.1.10. Imagem Descartada: aquela que apresenta problemas que não estejam diretamente atribuídas a falhas do equipamento ou do serviço prestado pela empresa CONTRATADA como por exemplo veículos sem placas, veículos entre faixas, placas extremamente mal conservadas, etc.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 40

1.1.1.11. Manutenção Preventiva: série de procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos dos equipamentos, conservando-os em perfeito estado de uso de acordo com os manuais do fabricante e normas técnicas específicas, observando-se as características e quantidades elencadas neste Termo de Referência, nos termos básicos a seguir descritos:

- a. Verificação de cabos e conexões;
- b. Análise de imagens em tempo real para verificação da qualidade;
- c. Verificação da precisão dos medidores de velocidade;
- d. Configuração padrão do software;
- e. Limpeza dos gabinetes e caixas de câmeras;
- f. Limpeza de câmeras e lentes;
- g. Verificação de funcionamento dos sensores.

1.1.1.12. Manutenção Corretiva: série de procedimentos destinados a recolocar os equipamentos em perfeitas condições de uso, compreendendo substituições de peças, reparos e ajustes necessários, de acordo com os manuais do fabricante e normas técnicas específicas, observando-se as características e quantidades elencadas neste Termo de Referência, nos termos básicos a seguir descritos:

- a. Pronto atendimento aos chamados de suporte técnico feitos pelo Departamento de Trânsito;
- b. Visita ao local para análise do problema detectado;
- c. Aplicação de medidas para a solução do problema, compostas por ajustes ou substituições de componentes e módulos do equipamento e soluções técnicas para eventuais necessidades de adequação ou correção no software;
- d. Se o reparo da deficiência constatada não demandar substituição de componentes, deverá ser efetivado no ato da visita;
- e. Alterações na programação, quando solicitadas, incluindo alterações de horários específicos;
- f. Prestação de assistência técnica de um modo geral, incluindo fornecimento de peças, mantendo disponível pessoal especializado e infraestrutura de veículos, instrumental e laboratório de reparos.

1.1.1.13. Tecnologia Intrusiva: Equipamentos/sistemas fixos que, para o cumprimento das funcionalidades requeridas pela CONTRATANTE, necessitam da instalação dos sensores físicos (laços detectores) no pavimento.

1.1.1.14. Tecnologia Não Intrusiva: Equipamentos/sistemas fixos que, para o cumprimento das funcionalidades requeridas pela CONTRATANTE, não utilizam sensores físicos (laços detectores) no pavimento, mas sim sensores óticos ou por efeito Doppler (ondas emitidas ou refletidas por uma fonte).



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 41

1.1.1.15. Legislação Específica: Todas as legislações gerais e ou específicas que normatizem os equipamentos devem ser atendidas, sob pena de rescisão de contrato. O conhecimento dessas leis, regulamentações, decretos e dispositivos legais aderentes, são de responsabilidades da CONTRATADA.

1.1.2. Requisitos Operacionais Básico

1.1.2.1. Para o pleno êxito de implantação deste projeto e para que o processo de fiscalização do município não sofra transformações bruscas que interfiram no processo atual, a implantação dos equipamentos deverá ocorrer de acordo com o cronograma proposto.

1.1.2.2. Este projeto visa implantar uma solução que contemple a instalação de equipamentos de monitoramento e medição das desobediências às regulamentações e regras de trânsito, e que permita a identificação e detecção automática de infrações específicas.

1.1.2.3. Os serviços deverão ser executados de acordo com as Ordens de Serviços, expedidas pela Administração, onde constarão os quantitativos, o tipo do serviço, local de sua execução, com os respectivos custos e prazos de execução, observadas as Especificações Técnicas.

1.1.2.4. Todos os equipamentos que possuam funções metrológicas deverão ter seus modelos aprovados/homologados pelo Inmetro.

1.1.2.5. Os locais (pontos de instalação dos RADARES) foram determinados após estudo técnico preliminar da municipalidade.

1.1.2.6. As ART's – Anotações de Responsabilidade Técnica dos projetos de instalação e manutenção dos equipamentos fiscalizadores deverão acompanhar os projetos.

1.1.2.7. Quanto a materiais e processos envolvidos no fornecimento, suas características e padronização deverão obedecer às normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Onde essas normas forem omissas, poderão ser utilizadas as normas de outros países, desde que sejam aplicáveis em território nacional por força de tratado assinado e ratificado pelo Brasil.

1.1.2.8. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA a execução das obras civis tais como: tubulação e dutos para fiação, fundações e estrutura dos equipamentos, infraestrutura, implantação de sensores, recuperação do pavimento, caso necessário conforme a solução técnica adotada, energização e despesas decorrentes, a implantação de dispositivos de segurança, a sinalização de trânsito, bem como a execução de todas as outras atividades necessárias à instalação e operação dos equipamentos;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 42

1.1.2.8.1 Quanto à característica instalação elétrica de baixa tensão

a) Obrigatoriamente na instalação deverá conter sistema de aterramento, conforme a norma ABNT NBR 5410:2004 Versão Corrigida:2008 (e suas sucedâneas), de modo a garantir-se um caminho seguro para a corrente de falta em direção à terra, evitando-se riscos choque elétrico ou queima de instrumentos devido a uma sobrecorrente;

1.1.2.9. As demolições necessárias serão executadas com cuidado, resguardando-se infraestruturas e urbanização (calçadas, gramas, jardins) existentes. Tudo o que for avariado deverá ser recomposto e reparado após a implantação dos equipamentos;

1.1.2.10. As obras para instalação dos equipamentos, se necessário, serão licenciadas, registradas e regularizadas, pela CONTRATADA, junto aos órgãos responsáveis;

1.1.2.11. A manutenção preventiva será realizada em dias úteis, no horário compreendido entre 8:00h e 18:00h, com periodicidade mensal, a partir da data de entrada em operação de cada equipamento.

1.1.2.12. Relatórios de manutenções mensais (preventiva e corretiva) contendo:

- a. Número de série do equipamento que passou por manutenção;
- b. O motivo pelo qual o equipamento está passando pela manutenção e os procedimentos realizados.

1.1.2.13. Relatórios mensais de depredações (cometidas por atos de vandalismo) contendo:

- a. O número de série do equipamento que sofreu a depredação;
- b. O tipo de depredação a qual o equipamento foi submetido e o item avariado, bem como procedimentos realizados para sua manutenção;
- c. O dia e a hora em que foi identificada;
- d. A data e o horário de início e término da manutenção realizada;

1.1.3. Fornecimento dos materiais e sistemas

1.1.3.1. Todos os equipamentos entregues serão devidamente fiscalizados pela Prefeitura, e em caso de equipamentos incompatíveis com as especificações técnicas deste Termo de Referência, os mesmos deverão ser trocados imediatamente.

1.1.3.2. Este Termo de Referência prevê manutenção preventiva e corretiva, bem como todas as peças sobressalentes necessárias para manter o perfeito funcionamento dos equipamentos e sistemas.

1.1.3.3. Devido à natureza do objeto, não é possível estimar o quantitativo das peças sobressalentes, pois não há como prever qual componente irá danificar-se.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 43

1.1.3.4. A manutenção corretiva decorrente de atos de vandalismo, furto ou roubo será de responsabilidade da CONTRATADA.

1.1.4. Documentação técnica

1.1.4.1. A Contratada deverá apresentar, quando couber, os seguintes documentos:

1.1.4.1.1. Manuais de operação em português, com especificação técnica, de modo a permitir o exame da compatibilidade com as especificações e condições aqui previstas.

1.1.4.1.2. Portaria de aprovação de modelo(s), expedida pelo Instituto Nacional de metrologia e Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO-DIMEL).

1.1.4.2 Para equipamentos fabricados no exterior deverá ser apresentada documentação comprobatória, em português, de representante comercial no Brasil, autenticado pela repartição consular ou serviço consular brasileiro no país de origem de fabricação do equipamento.

1.1.5. Locais de implantação

1.1.5.1. Equipamento: Serviço de Locação de ***Radar de Velocidade Fixo tipo intrusivo com LAP*** (Leitura Automática de Placas) /OCR, composto por faixas de rolamento que contemplem a instalação, operação e manutenção.

Endereço	Faixas
Av. Dr. Álvaro de Campos Carneiro, 450 - C/B	2
Av. Francisco Ferreira Lopes, 4410 + 40m - C/B	2
Av. Henrique Peres, 190 - C/B	2
Av. Lourenço de Souza Franco, 1231 - B/C e C/B	4
Av. Lourenço de Souza Franco, 2442 - B/C e C/B	4
Av. Pref. Francisco Ribeiro Nogueira, oposto 5001	1
Av. Prefeito Carlos Alberto Lopes, 635 - B/C e C/B	3
Av. Shozo Sakai, 1081	2
Avenida Dr. Álvaro de Campos Carneiro, 443 + 500m	2
Avenida Francisco Ferreira Lopes, 101	2
Avenida Kaoru Hiramatsu +50m do nº 100 - B/C	2
Avenida Lothar Waldemar Hoehne oposto, 1846 - B/C	2
Rua Dr. Deodato Wertheimer, 2351 e 2362 - B/C e C/B	3
Avenida Prefeito Francisco Ribeiro Nogueira, 3781 - B/C e C/B	4
Avenida Fernando Costa, 990 - CB	1

B/C – Bairro / Centro C/B – Centro/ Bairro



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 44

1.1.5.2. Equipamento: Serviço de Locação de **Radar de Velocidade Fixo tipo não intrusivo com LAP (leitura automática de placas)/OCR**, composto por faixas de rolamento que contemplem a instalação, operação e manutenção.

Endereço	Faixas
Av. Júlio Simões oposto, 225 - C/B	2
Av. Júlio Simões, 2751 - B/C	2
Av. Valentina M Freire Borenstein, -300m da Ponte - B/C	2
Av. Valentina Mello Freire Borenstein, Parque Leon Feffer - C/B	2
Avenida Comendador Fumio Horii +300m do Santuário - C/B	3
Avenida Comendador Fumio Horii +350m da Ponte do Rio Jundiá - B/C	3

B/C – Bairro / Centro C/B – Centro/ Bairro

1.1.5.3 Equipamento: Serviço de Locação de **Radar de semáforo vermelho com velocidade tipo intrusivo com LAP/OCR**, composta de faixas de rolamento que contemplem a instalação, operação e manutenção.

Endereço	Faixas
Rua Tte. Manoel Alves dos Anjos x Rua Ipiranga	2
Avenida Voluntário Fernando Pinheiro Franco x Rua Princesa Isabel de Bragança - C/B	3
Av. Henrique Peres X R. Francisco Rodrigues Passos - B/C	2
Rua Dr. Correa x Rua Barão de Jaceguai – B/C e C/B	4
Rua Dr. Ricardo Vilela X Rua Dom Antônio C. Alvarenga - B/C	2
Avenida Francisco Rodrigues Filho C/B e BC	4
Av. Henrique Peres X Av. Dom Luiz de Souza - C/B	2
Av. Pref. Francisco Ribeiro Nogueira x Av. Pedro Machado - B/C	2
Avenida Lourenço de Souza Franco x Avenida Presidente Altino Arantes -B/C e C/B	4

B/C – Bairro / Centro C/B – Centro/ Bairro

1.1.5.4. Equipamento: Serviço de Locação de **Barreira Eletrônica Educativa com LAP/PCR tipo intrusivo (Lombada Eletrônica)**, composta de faixas de rolamento que contemplem a instalação, operação e manutenção.

Endereço	Faixas
Av. Joaquim Pereira de Carvalho, 518	4
Avenida Japão, 3978 + 850m - C/B	2
Estr. do Evangelho Pleno x Rodovia Pedro Eroles, 1887 - B/C	1

1.1.5.5. Equipamento: Serviço de Locação de **Sistema de Controle de Tráfego em Locais Restritos (Zona Máxima de Restrição) com LAP/OCR**, sistema composto por faixas de rolamento, que contemplem a instalação, operação e manutenção.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 45

Endereço	Faixas
Rodovia Pedro Eroles, 1060 - BC	2
Avenida Miguel Gemma - BC	2
Avenida Francisco Rodrigues Filho - BC	2
Avenida João XXIII - BC	2

B/C – Bairro / Centro C/B – Centro/ Bairro

1.1.5.6. Equipamento: Ambiente de vídeo Monitoramento - Central de Mobilidade e Trânsito.

Endereço
Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, 2º andar - Sala Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito

1.1.5.7. Equipamento: Serviço de Locação de Sistema de Monitoramento de Tráfego (Câmeras), sistema composto, que contemplem a instalação, operação e manutenção.

Nº	Endereço
1	RUA DOUTOR DEODATO WERTHEIMER X RUA SENADOR DANTAS
2	AVENIDA GOVERNADOR ADHEMAR DE BARROS (PRAÇA MAÇONARIA)
3	AVENIDA FRANCISCO FERREIRA LOPES x RUA SCHWARTZMANN
4	AVENIDA VOL. FERNANDO PINHEIRO FRANCO X RUA BASILIO BATALHA
5	AVENIDA GUILHERME GEORGE Nº 1670
6	AVENIDA HENRIQUE PERES X RUA GUTTERMANN
7	AVENIDA JOÃO XXIII RUA JULIO PEROTTI
8	RUA BARÃO DE JACEGUAÍ (PRAÇA OSWALDO CRUZ)
9	RUA DAVID BOBROW X ROTATÓRIA AVENIDA DAS ORQUIDEAS
10	RUA IPIRANGA X RUA CAMPOS SALES
11	AVENIDA HENRIQUE PERES X AVENIDA JAPÃO
12	AVENIDA PREFEITO FRANCISCO RIBEIRO NOGUEIRA, 2985
13	AVENIDA JÚLIO SIMÕES, 2547
14	RUA PROFESSOR FLAVIANO DE MELO (MERCADÃO), 952
15	RUA PROFESSOR ISMAEL ALVES DOS SANTOS x AVENIDA CIVICA
16	AVENIDA PEDRO ROMERO X AVENIDA ANTONIO DE ALMEIDA
17	ROD PEDRO EROLES ACESSO A AV. DR. EDISON CONSOLMAGNO
18	RUA DOUTOR RICARDO VILELA X RUA OLEGARIO PAIVA
19	AVENIDA FERNANDO COSTA X RUA JOAQUIM JOÃO FREDERICO MUHLEISE
20	AVENIDA VOL. FERNANDO PINHEIRO FRANCO X RUA TENENTE MANOEL ALVES
21	RUA PADRE JOÃO X RUA JOSÉ BONIFÁCIO
22	AV. PREF. FRANCISCO RIBEIRO NOGUEIRA x AV. DR. ÁLVARO DE CAMPOS CARNEIRO
23	AV. FRANCISCO FERREIRA LOPES X AV. VALENTINA MELLO FREIRE BORENSTEIN



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 46

24	AVENIDA FRANCISCO FERREIRA LOPES X AVENIDA JULIO SIMÕES (Rotatória)
25	AVENIDA DAVID BOBROW X AV. VALENTINA MELLO FREIRE BORENSTEIN (Rotatória)
26	RUA CARLOS BARATINO X AV. PREF. CARLOS FERREIRA LOPES
27	AVENIDA FRANCISCO RODRIGUES FILHO (TIRO DE GUERRA)
28	AV. PRESIDENTE ALTINO ARANTES X RUA ADRIANO PEREIRA
29	AVENIDA MANOEL BEZERRA LIMA FILHO X AVENIDA VEREADOR NARCISO YAGUE GUIMARÃES (SHOPPING)
30	AVENIDA FRANCISCO RODRIGUES FILHO X AVENIDA RICIERI JOSÉ MARCATTO

1.1.6. Especificações técnicas e características mínimas e obrigatórias

1.1.6.1. Todas as condições e itens especificados a seguir fazem parte das soluções exigidas para atendimento ao objeto do Termo de Referência, sendo suas características e quantidades mínimas de caráter obrigatório, constituindo o seu não atendimento na desclassificação da proposta. A presente especificação técnica tem por objetivo definir os requisitos básicos que deverão ser atendidos para a disponibilização de equipamentos e demais sistemas integrados, constantes neste Termo de Referência.

1.1.7. Serviço de Locação de Medidor de Velocidade Fixo tipo intrusivo com LAP/OCR (Leitura Automática de Placas) por faixa de rolamento, que contemple a instalação, operação e manutenção

1.1.7.1. Os serviços deverão compreender a instalação, operação e manutenção de sistema automático de registro de infrações por excesso de velocidade, devendo efetuar o registro de veículos que eventualmente estejam acima da velocidade permitida para via.

1.1.7.2. O sistema deverá ser composto por estrutura de sustentação, unidade controladora, câmeras e sensores de detecção instalados no pavimento, tais como laços indutivos ou tecnologia equivalente.

1.1.7.3. O equipamento deverá possuir recurso de Leitura Automática de Placas (OCR), permitindo integração com sistemas de monitoramento e análise de fluxo veicular, incluindo contagem volumétrica e distribuição temporal de tráfego.

1.1.7.4. O equipamento deverá ser capaz de armazenar todas as imagens capturadas dos veículos infratores, conforme parâmetros definidos pelos órgãos competentes, permitindo operação diurna e noturna.

1.1.7.5. O equipamento deverá operar monitorando a frota circulante em diversos locais, conforme orientação da Prefeitura.

1.1.7.6. Características Operacionais Mínimas

1.1.7.6.1. Operar na faixa de 10 a 250 km/h;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 47

1.1.7.6.2. Possuir erro máximo de ± 1 km/h para velocidades até 100 km/h e ± 2 km/h para velocidades superiores, conforme regulamentação vigente;

1.1.7.6.3. Medir a velocidade dos veículos por faixa de rolamento, comparando-a com o limite regulamentado da via;

1.1.7.6.4. Registrar automaticamente os veículos em situação de infração;

1.1.7.6.5. Possuir sistema de autodiagnóstico;

1.1.7.6.6. Possuir contador de imagens registradas;

1.1.7.6.7. Possuir contador de infrações;

1.1.7.6.8. Disponibilizar dados estatísticos de volume de tráfego;

1.1.7.6.9. Permitir programação de horários de operação;

1.1.7.6.10. Garantir a integridade dos dados armazenados em caso de falha de energia;

1.1.7.6.11. Permitir operação noturna;

1.1.7.6.12. Possuir alarme de violação do gabinete;

1.1.7.6.13. Atender às exigências da legislação vigente aplicável à fiscalização eletrônica.

1.1.7.7. Características Metrológicas

1.1.7.7.1. Intervalo de medição: 10 a 250 km/h;

1.1.7.7.2. Resolução: 1 km/h;

1.1.7.7.3. Tensão nominal: 110 VAC, 117 VAC ou 220 VAC;

1.1.7.7.4. Monitoramento de até 4 faixas de rolamento, ou conforme modelo homologado.

1.1.7.8. Período de Operação

1.1.7.8.1. Operação contínua: 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

1.1.7.9. Os equipamentos deverão atender às seguintes normas e regulamentos, incluindo suas atualizações:

CONTRAN: Resolução nº 798/2020 (e suas sucedâneas);

INMETRO: Portaria nº 158/2022 (e suas sucedâneas).

Os equipamentos deverão possuir modelo homologado pelo INMETRO, conforme legislação metrológica vigente.

Para entrada em operação, deverão apresentar Certificado de Verificação (inicial e/ou periódica), emitido pelo INMETRO ou órgão delegado.

Os Erros Máximos Admitidos (EMA) deverão estar em conformidade com o Regulamento Técnico Metrológico vigente.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 48

1.1.8. Serviço de Locação de Medidor de Velocidade Fixo tipo não intrusivo com Inteligência Artificial e LAP/OCR

1.1.8.1. Os serviços deverão compreender a instalação, operação e manutenção de sistema automático de registro de infrações por excesso de velocidade, devendo efetuar o registro de veículos acima da velocidade permitida, bem como a detecção de infrações comportamentais por meio de visão computacional, sem a necessidade de intervenções físicas no pavimento.

1.1.8.2. O sistema deverá ser composto por estrutura de sustentação, unidade controladora, câmeras de alta resolução e sensores de detecção não intrusivos (Doppler, LIDAR ou Vídeo Analítico), capazes de operar de forma integrada para a fiscalização de velocidade e análise de comportamento do condutor.

1.1.8.3. A tecnologia de detecção e análise deverá utilizar algoritmos de Inteligência Artificial (Deep Learning), permitindo:

- identificação do uso de telefone celular ao volante;
- identificação da não utilização do cinto de segurança pelo condutor e passageiro;
- classificação detalhada do veículo por categoria, marca, modelo e cor;
- leitura de placas padrão Mercosul e antigo com índice de assertividade superior a 95%.

A CONTRATANTE poderá, a seu critério e mediante justificativa técnica, desabilitar temporária ou permanentemente as funcionalidades de detecção de celular e cinto de segurança caso seja constatada taxa de falsos positivos superior a 5% (cinco por cento) em período de avaliação de 30 (trinta) dias, sem que isso implique redução do valor contratual ou caracterize inexecução parcial.

1.1.8.4. O equipamento deverá possuir recurso de Leitura Automática de Placas (OCR/LAP) e análise de atributos, permitindo a integração com sistemas de inteligência de segurança pública para detecção de veículos clonados ou suspeitos (divergência entre placa e características físicas do veículo).

1.1.8.5. Fluxo de Pré-Validação: O sistema deverá disponibilizar interface de software que permita a triagem automática das imagens de infrações comportamentais (celular e cinto) por meio de IA, encaminhando-as para a validação obrigatória de um agente da autoridade de trânsito antes da efetiva emissão da autuação, conforme legislação vigente.

1.1.8.6. O equipamento deverá ser capaz de armazenar e transmitir todas as imagens e metadados capturados, permitindo operação em período diurno e noturno com iluminadores infravermelhos que não causem ofuscamento.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 49

1.1.8.7. O equipamento deverá operar monitorando a frota circulante em diversos locais, permitindo facilidade de instalação, manutenção e eventual remanejamento para pontos críticos de acidentes.

1.1.8.8. Características Operacionais Mínimas

1.1.8.8.1. Operar na faixa de 10 a 250 km/h;

1.1.8.8.2. Possuir erro máximo conforme regulamentação vigente do INMETRO;

1.1.8.8.3. Medir a velocidade e detectar infrações comportamentais por faixa de rolamento;

1.1.8.8.4. Registrar automaticamente os veículos em situação de infração, gerando pacotes de dados criptografados;

1.1.8.8.5. Permitir medição e análise de IA em múltiplas faixas simultaneamente;

1.1.8.8.6. Possuir sistema de autodiagnóstico remoto e alerta de obstrução de câmera;

1.1.8.8.7. Disponibilizar dados estatísticos detalhados de volume, classificação e velocidade média para fins de engenharia de tráfego;

1.1.8.8.8. Possuir sistema de proteção contra acesso não autorizado e proteção de dados em conformidade com a LGPD.

1.1.8.9. Características Metrológicas

1.1.8.9.1. Intervalo de medição: 10 a 250 km/h;

1.1.8.9.2. Resolução: 1 km/h;

1.1.8.9.3. Capacidade de monitoramento: até 04 (quatro) faixas de rolamento por unidade de processamento, ou conforme modelo homologado.

1.1.8.10. Período de Operação

1.1.8.10.1. Operação contínua: 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

1.1.8.11. Requisitos Legais e Normativos

1.1.8.11.1. O equipamento deverá atender à Resolução CONTRAN nº 798/2020, Portaria INMETRO nº 158/2022 e suas atualizações.

1.1.8.11.2. As funcionalidades de detecção de cinto e celular devem servir como apoio à fiscalização, dependendo de validação humana remota para a lavratura do auto de infração, conforme diretrizes do órgão de trânsito.

1.1.8.11.3. O equipamento deverá possuir modelo homologado pelo INMETRO para a função de medição de velocidade.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 50**1.1.9. Serviço de Locação de Equipamento de Detecção de Avanço de Semáforo Vermelho e Medidor de Velocidade com LAP/OCR por faixa de rolamento que contemple a instalação, operação e manutenção.****1.1.9.1. Escopo dos Serviços**

1.1.9.1.1. Os serviços deverão compreender a instalação, operação e manutenção de sistema automático capaz de detectar e registrar:

- a invasão da faixa de retenção;
- a parada sobre a faixa de pedestres;
- o desrespeito à fase vermelha do semáforo;
- o desrespeito à velocidade máxima permitida para o local;
- os dados referentes à infração (local, data, hora, faixa, velocidade, entre outros).

1.1.9.2. Características Funcionais

1.1.9.2.1. O equipamento deverá possuir recurso de OCR, permitindo integração com sistemas de monitoramento e análise de fluxo veicular.

1.1.9.2.2. O equipamento deverá detectar e registrar imagens dos veículos que efetivamente cometam infrações.

1.1.9.2.3. Considera-se desrespeito à fase vermelha a passagem do veículo após o início da fase vermelha, respeitado o tempo de retardo configurado.

1.1.9.3. Tempo de Retardo

1.1.9.3.1. O tempo de retardo é o período contado a partir do início da fase vermelha durante o qual o equipamento permanece inibido para registro de imagem.

1.1.9.3.2. O tempo de retardo deverá ser ajustável entre 0 (zero) e 5 (cinco) segundos, em intervalos de 1 (um) segundo.

1.1.9.4. Regras de Detecção

1.1.9.4.1. Poderá ser configurada velocidade mínima para desconsideração de registros durante a fase vermelha, a critério da fiscalização.

1.1.9.4.2. A detecção de infrações por velocidade deverá atender integralmente à legislação vigente aplicável.

1.1.9.5. Operação

1.1.9.5.1. O equipamento deverá operar em período diurno e noturno.

1.1.9.5.2. Não será permitida a utilização de iluminação artificial visível permanente que cause ofuscamento aos condutores.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 51

1.1.9.5.3. O sistema deverá permitir a detecção de todos os tipos de veículos.

1.1.9.5.4. O equipamento deverá possuir capacidade mínima de registro de 1 (uma) infração por segundo.

1.1.9.6. Dados e Estatísticas

1.1.9.6.1. O sistema deverá armazenar, de forma contínua, o volume veicular por período mínimo de 24 horas.

1.1.9.6.2. Os dados deverão conter, no mínimo:

data (dia, mês e ano);

horário;

velocidade (quando aplicável);

demais informações exigidas pela legislação.

1.1.9.7. Características Metrológicas (quando aplicável à velocidade)

1.1.9.7.1. Intervalo de medição: 10 a 250 km/h;

1.1.9.7.2. Resolução: 1 km/h;

1.1.9.7.3. Alimentação: 110 VAC, 117 VAC ou 220 VAC;

1.1.9.7.4. Monitoramento de até 4 faixas.

1.1.9.8. Requisitos de Imagem

1.1.9.8.1. A imagem deverá permitir a identificação clara da placa e características do veículo.

1.1.9.8.2. A imagem deverá conter visão da aproximação, incluindo:

foco vermelho do semáforo (principal e/ou repetidor);

faixa de pedestres ou linha de retenção.

1.1.9.8.3. A imagem deverá conter, no mínimo:

local da infração;

data e hora;

identificação do equipamento;

faixa de rolamento;

velocidade medida e regulamentada (quando aplicável);

código identificador da imagem.

1.1.9.9. Integridade e Segurança



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 52

1.1.9.9.1. Não será permitida edição das imagens, exceto inserção de dados e obliteração.

1.1.9.9.2. O sistema deverá garantir integridade, autenticidade e rastreabilidade dos registros.

1.1.9.9.3. Em caso de perda de dados, a contratada deverá comunicar a contratante em até 24 horas.

1.1.9.10. Operação

1.1.9.10.1. Operação contínua: 24 horas por dia, 7 dias por semana.

1.1.9.11. Requisitos Legais e Normativos

1.1.9.11.1. O equipamento ou sistema fixo ofertado, encarregado de fiscalizar infrações de trânsito de caráter não metrológico (tais como “desrespeitar o sinal vermelho do semáforo” e “parar sobre a faixa de travessia de pedestres na mudança do sinal luminoso”), deverá atender às seguintes normas e regulamentos, incluindo suas atualizações:

- CONTRAN nº 920/2022 (e suas atualizações);
- CONTRAN: Resolução nº 920, de 28 de março de 2022 (e suas sucedâneas);
- SENATRAN: Portaria nº 16, de 21 de setembro de 2004 (e suas alterações);
- SENATRAN: Portaria nº 27, de 30 de junho de 2005 (e suas alterações);
- SENATRAN: Portaria nº 263, de 28 de novembro de 2007 (e suas alterações);
- SENATRAN: Portaria nº 1.113, de 21 de dezembro de 2011 (e suas alterações);
- SENATRAN: Portaria nº 100, de 30 de julho de 2015 (e suas alterações);
- SENATRAN: Portaria nº 112, de 12 de agosto de 2015 (e suas alterações);
- SENATRAN: Portaria nº 354, de 31 de março de 2022 (e suas alterações);
- INMETRO: Portaria nº 492, de 10 de dezembro de 2021 (e suas alterações).

1.1.9.11.2. O equipamento deverá possuir Registro de Objeto ativo junto ao INMETRO.

1.1.9.11.3. Para fiscalização de velocidade, deverão ser atendidas as exigências metrológicas vigentes do INMETRO.

1.1.9.11.4. A comprovação de regularidade deverá ser apresentada previamente à entrada em operação.

1.1.10. Serviço de Locação de BARREIRA ELETRÔNICA EDUCATIVA (Lombada Eletrônica) por faixa de rolamento, que contemple a instalação, operação e manutenção

1.1.10.1. Os serviços deverão compreender a instalação, operação e manutenção de Barreira Eletrônica Educativa que deverá atender aos tipos de pistas de tráfego abaixo:

1.1.10.1.1. Vias de mão única com uma ou mais faixas de rolamento;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 53

1.1.10.1.2. Vias de mão dupla, dotadas, cada uma, de uma ou mais faixas de rolamento para cada sentido, sem canteiro central; c. Vias de mão dupla, dotadas, cada uma, de uma ou mais faixas de rolamento para cada sentido, com canteiro central.

1.1.10.2. A Barreira Eletrônica para fiscalizar ostensivamente a velocidade de veículos deverá atender no mínimo aos seguintes requisitos técnicos:

1.1.10.2.1. Estrutura rígida fixa, resistente a vandalismo e intempéries, principalmente a ferrugem, e com os acessórios necessários para ser afixado no local;

1.1.10.2.2. Providos de circuito de controle protegido contra intempéries e interferências eletrostáticas;

1.1.10.2.3. Controle eletrônico através de microprocessador;

1.1.10.2.4. Possuir dispositivo de proteção contra sobre carga de tensão ou corrente na sua alimentação elétrica;

1.1.10.2.5. Possibilitar a volta à operação normal automaticamente no retorno de alimentação de energia elétrica quando ocorrer o desarme por interrupção;

1.1.10.2.6. Dispor de recursos que possibilitem a detecção de velocidade dos veículos que transitarem no ponto da via da qual estejam instalados;

1.1.10.2.7. Abranger todas as faixas de rolamento a serem controladas;

1.1.10.2.8. Possuir características físicas que possibilitem ser facilmente identificável a distância mínima de 100m, a partir do ponto em que estiver instalado;

1.1.10.2.9. Possuir dispositivo luminoso piscante amarelo no topo do equipamento indicando sua presença;

1.1.10.2.10. Possuir dispositivo luminoso verde que seja acionado automaticamente detectando veículo trafegando dentro do limite de velocidade programada;

1.1.10.2.11. Possuir dispositivo luminoso alaranjado que seja acionado automaticamente, quando for detectado veículo trafegando acima da velocidade programada;

1.1.10.2.12. Possuir mostrador localizado no alto do equipamento e que seja visível a qualquer hora e sob quaisquer condições climáticas pelos condutores e pedestres, de acionamento eletrônico automático, registrando a velocidade dos veículos captados pelos sensores de velocidade em todos os sentidos das vias controladas;

1.1.10.2.13. Período de Operação: 24h diárias todos os dias da semana.

1.1.11. Serviço de Locação de Sistema de CONTROLE DE TRÁFEGO DE VEÍCULOS EM LOCAIS RESTRITOS (Zona Máxima de Restrição) com LAP/OCR, por faixa de rolamento, que contemple a instalação, operação e manutenção



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 54

1.1.11.1. O Sistema de Controle de Tráfego de Veículos em locais restritos deverá monitorar todas as faixas de rolamento que compõem as vias, capturando as imagens dos veículos de categoria comercial através de câmeras estrategicamente posicionadas. O sistema deverá possuir uma câmera de captura de imagens por faixa de rolamento, além de uma câmera para captura da imagem de forma panorâmica do local, caracterizando o veículo infrator. O sistema deverá gerar todas as informações necessárias para subsidiar a realização dos autos de infração (AIT).

1.1.11.2. O equipamento deverá possuir recurso de Leitura Automática de Placas (Pontos de OCR) para ser integrado ao sistema de análise de fluxo veicular, incluindo contagem volumétrica e distribuição temporal de tráfego.

1.1.11.3. O sistema de forma automática deverá:

1.1.11.3.1. Compor a categoria dos veículos que trafegam pela faixa de rolamento; identificar a quantidade de eixos que o veículo possui;

1.1.11.3.2. Capturar a imagem da placa do veículo de categoria comercial (frontal ou traseira, dependendo do posicionamento do dispositivo);

1.1.11.3.3. Capturar a imagem do veículo através de imagem panorâmica;

1.1.11.3.4. Gerar relatórios estatísticos do fluxo veicular por faixa de rolamento.

1.1.11.4. O sistema deverá ser composto por módulos e dispositivos tecnológicos capazes de executar, de forma integrada, as seguintes funcionalidades mínimas:

1.1.11.4.1. Processamento e armazenamento local dos dados coletados na via;

1.1.11.4.2. Captura de imagens com qualidade suficiente para identificação inequívoca do veículo e leitura de sua placa em condições diurnas e noturnas;

1.1.11.4.3. Detecção da presença de veículos por faixa de rolamento;

1.1.11.4.4. Identificação e contagem de eixos;

1.1.11.4.5. Identificação de rodagem simples ou dupla;

1.1.11.4.6. Classificação automática da categoria veicular conforme parâmetros definidos pela Administração.

1.1.11.5. Processador de Via: Equipamento destinado responsável pela leitura dos sensores, composição das categorias, captura das imagens, relatórios estatísticos, armazenamento e descarga (através de dispositivo apropriado) dos dados coletados.

1.1.11.6. Câmera de captura de imagem: O sistema deverá dispor de recurso tecnológico capaz de capturar imagens da placa do veículo e imagem contextual do cenário, com qualidade suficiente para permitir a identificação inequívoca do veículo e a leitura automática da placa (OCR), em condições diurnas e noturnas.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 55

1.1.11.7. Detector de eixos: O sistema deverá possuir recurso tecnológico capaz de realizar a contagem automática de eixos dos veículos que trafegam pela faixa de rolamento, bem como identificar seu sentido de deslocamento.

A funcionalidade poderá ser atendida por tecnologias intrusivas ou não intrusivas, desde que garantam precisão compatível com a classificação veicular exigida neste Termo de Referência.

1.1.11.8. Detector de rodagem: O sistema deverá possuir mecanismo capaz de identificar automaticamente a existência de rodagem simples ou dupla nos veículos que trafegam pela via, para fins de classificação veicular.

A solução tecnológica adotada deverá assegurar confiabilidade operacional e compatibilidade com os critérios de categorização definidos pela Administração.

1.1.11.9. O sistema deverá possuir recurso tecnológico capaz de detectar a presença e passagem de veículos por faixa de rolamento, permitindo o acionamento sincronizado dos demais módulos de captura, classificação e registro de dados.

Poderão ser utilizadas quaisquer tecnologias disponíveis no mercado, desde que atendam aos requisitos funcionais estabelecidos.

1.1.11.10. A combinação do acionamento dos sensores deverá informar a categoria dos veículos que trafegam por cada faixa de rolamento da Via.

1.1.11.11. Na época da instalação, a empresa vencedora fornecerá os desenhos e projetos para aplicação dos sensores nas faixas de rolamento. Demonstrando claramente seu posicionamento, bem como as distâncias necessárias entre si.

1.1.11.12. Tabela de Composição das Categorias

CATEGORIAS	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE EIXOS
CAT 1	Veículos de Passeio	2
CAT 2	Ônibus e Caminhão de dois eixos	2
CAT 3	Ônibus (tribus) e caminhão de três eixos	3
CAT 4	Caminhão de quatro eixos	4
CAT 5 ou superior	Caminhão de cinco eixos ou mais	5 ou mais

1.1.11.13. O sistema deverá permitir a programação do tipo de Categoria que poderá circular pelas vias restritas, bem como a faixa de horário e os dias da semana.

1.1.11.13.1. Período de Operação: 16h diárias todos os dias da semana



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 56

1.1.12. VALIDAÇÃO E ENVIO

1.1.12.1. Pré-processamento de Dados para Integração com o SERPRO.

1.1.12.2. Antes do envio das informações de infrações de trânsito ao ambiente do SERPRO, o sistema deverá realizar automaticamente etapa de pré-processamento, validação e consolidação dos dados, garantindo conformidade com os layouts, protocolos e padrões técnicos exigidos pelos serviços de integração disponibilizados pelo SERPRO e pela SENATRAN.

1.1.12.3. O pré-processamento deverá contemplar, no mínimo, as seguintes rotinas:

1.1.12.3.1. Validação sintática e estrutural dos campos obrigatórios do Auto de Infração de Trânsito (AIT), incluindo placa, data, hora, local, enquadramento legal, código do equipamento, identificação do órgão autuador e registro do agente responsável pela validação;

1.1.12.3.2. Verificação de consistência temporal e geográfica, assegurando coerência entre horário do evento, fuso horário oficial, localização georreferenciada e dados do equipamento;

1.1.12.3.3. Tratamento e padronização automática dos dados conforme tabelas oficiais vigentes (códigos de enquadramento, espécies de veículos, categorias, municípios e unidades federativas);

1.1.12.3.4. Validação da integridade dos arquivos de imagem e metadados associados ao registro da infração, garantindo vinculação correta entre evidência e AIT;

1.1.12.3.5. Identificação e bloqueio automático de registros duplicados ou inconsistentes;

1.1.12.3.6. Geração de logs auditáveis contendo histórico de processamento, validações realizadas, ajustes automáticos e rejeições.

1.1.12.4. O sistema deverá impedir o envio ao SERPRO de registros que não atendam integralmente aos critérios mínimos de validação, mantendo-os em fila de pendência para correção manual ou automática.

1.1.12.5. Após o pré-processamento e validação, os dados deverão ser estruturados em formato compatível com os serviços de integração disponibilizados pelo SERPRO (WebService, API ou lote eletrônico), respeitando padrões de segurança, criptografia e autenticação exigidos.

1.1.12.6. O sistema deverá permitir o acompanhamento em tempo real do status de envio, processamento, aceitação ou rejeição dos registros pelo SERPRO, apresentando relatórios gerenciais consolidados.

1.1.12.7. A CONTRATADA será responsável por manter a solução atualizada em relação a eventuais alterações de layout, protocolos ou requisitos técnicos publicados pelo SERPRO ou SENATRAN, sem ônus adicional para a CONTRATANTE.

1.1.12.8. As rotinas automatizadas de pré-processamento, validação técnica, consistência e bloqueio de registros descritas neste item possuem caráter exclusivamente **instrumental e auxiliar**, não se confundindo, nem substituindo, a validação administrativa e jurídica do Auto de



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 57

Infração de Trânsito (AIT), a qual será realizada **exclusivamente por servidor público legalmente investido de competência**, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro e da legislação aplicável.

1.1.13. TALÃO ELETRÔNICO DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO**1.1.13.1. Das Especificações dos Equipamentos:**

1.1.13.1.1. A CONTRATADA deverá fornecer, sob a forma de locação, conjuntos completos de equipamentos móveis para autuação eletrônica, totalmente compatíveis com o sistema AUTUA do SERPRO, contemplando hardware, software, comunicação, licenças e infraestrutura necessária à operação.

1.1.13.2. Dispositivos Móveis (PDAs ou Smartphones):**1.1.13.2.1. Configuração:**

a. Os equipamentos poderão ser fornecidos em conjunto separado (dispositivo móvel e impressora portátil) ou em corpo único (dispositivo com impressora integrada), desde que atendidos integralmente os requisitos funcionais, operacionais e de homologação aplicáveis.

1.1.13.3. Comunicação:

1.1.13.3.1. No caso de conjunto separado, a comunicação entre o dispositivo móvel e a impressora deverá ser sem fio, estável e segura, utilizando tecnologia compatível com padrões atuais de mercado (ex.: Bluetooth 5.0 ou superior).

1.1.13.4. Especificações Mínimas dos Dispositivos Móveis:

1.1.13.4.1. Tela: Tela colorida sensível ao toque, com dimensões e resolução adequadas para operação em campo e visualização sob incidência direta de luz solar;

1.1.13.4.2. Desempenho: Processador, memória RAM e armazenamento interno suficientes para execução estável do sistema de autuação e aplicações complementares;

1.1.13.4.3. Robustez: Resistência a impactos, poeira e água, com grau de proteção mínimo IP67;

1.1.13.4.4. Câmera: Câmera traseira com resolução adequada para captura de imagens nítidas como evidência complementar;

1.1.13.4.5. Conectividade: GPS integrado, conectividade celular (4G/5G), Wi-Fi e Bluetooth;

1.1.13.4.6. Bateria: Autonomia mínima compatível com um turno completo de trabalho em operação típica de fiscalização;

1.1.13.4.7. Proteção: Fornecimento de capa (case) reforçada e película protetora de tela.

1.1.13.5. Impressora (Integrada ou Portátil):

1.1.13.5.1. Tipo: Impressora térmica direta, compatível com o layout oficial do Auto de Infração de Trânsito;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 58

1.1.13.5.2. Desempenho: Velocidade e qualidade de impressão adequadas ao uso em campo;

1.1.13.5.3. Autonomia: Bateria com capacidade suficiente para atender à jornada operacional (quando portátil);

1.1.13.5.4. Suprimentos: Compatível com bobinas térmicas de longa durabilidade;

1.1.13.5.5. Portabilidade: Fornecimento de bolsa ou case de transporte resistente, quando aplicável.

1.1.13.6. Sistema de Monitoramento Operacional em Tempo Real:

1.1.13.6.1. O sistema deverá permitir o monitoramento operacional da localização dos dispositivos móveis utilizados pelos agentes de fiscalização, por meio de GPS integrado aos equipamentos, possibilitando a visualização em tempo real e o histórico de deslocamento dos dispositivos em plataforma web centralizada, acessível à Central de Operações mediante autenticação por perfil de usuário.

1.1.13.6.2. A plataforma deverá disponibilizar mapa digital interativo, atualização periódica das posições, identificação do agente ou equipe vinculada ao equipamento, registro de data e hora das localizações e consulta histórica por período, agente ou dispositivo.

1.1.13.6.3. O sistema deverá permitir a geração de relatórios operacionais contendo rotas percorridas, tempo de permanência em pontos específicos e volume de autuações associadas às áreas de atuação, exclusivamente para fins de gestão operacional, segurança dos ativos, auditoria administrativa e planejamento das ações de fiscalização, sendo vedada sua utilização para fins de monitoramento de caráter pessoal ou fora do horário de serviço.

1.1.13.6.4. A CONTRATADA deverá garantir a segurança das informações de localização, mediante uso de criptografia, controle de acesso por perfil de usuário e registro de logs de consulta e operação.

1.1.13.7. Sistema de Comunicação:

1.1.13.7.1. Deverá ser fornecido sistema de comunicação instantânea entre os agentes em campo e a Central de Operações, contemplando troca de mensagens, notificações operacionais e suporte remoto, incluindo todas as licenças necessárias à sua utilização.

1.1.13.8. Requisitos de Compatibilidade com o AUTUA/SERPRO:

1.1.13.8.1. Os equipamentos e softwares fornecidos deverão ser plenamente compatíveis com o sistema AUTUA do SERPRO, garantindo, no mínimo:

a. Integração para envio, sincronização e recepção de dados em tempo real ou em modo offline com posterior sincronização automática;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 59

b. Suporte completo às funcionalidades do talonário eletrônico, incluindo consulta de dados, registro de autuações, captura de imagens, geração de evidências e impressão do Auto de Infração.

1.1.13.9. Critérios de Aceitação:

1.1.13.9.1. A configuração adotada (equipamento integrado ou conjunto separado) será avaliada com base em critérios objetivos de usabilidade, robustez, desempenho operacional e aderência aos requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência.

1.1.13.9.2. Poderá a CONTRATADA apresentar tecnologias superiores aquelas contratadas para prestar serviços de fiscalização eletrônica do trânsito no município de Mogi das Cruzes/SP desde que estejam regularizadas pela legislação vigente e se enquadrem e/ou substituam as tecnologias previstas nestas ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, sendo a remuneração EQUIPAMENTO/SISTEMA FIXO de igual valor ao contratado sem ônus ao erário público.

1.1.13.10. Das Responsabilidades da CONTRATADA:

1.1.13.10.1. Instalação, operação assistida e manutenção dos servidores e softwares necessários ao funcionamento do sistema;

1.1.13.10.2. Fornecimento contínuo de bobinas térmicas para impressão;

1.1.13.10.3. Fornecimento e manutenção das licenças de uso das tecnologias de comunicação;

1.1.13.10.4. Prestação de suporte técnico;

1.1.13.10.5. Capacitação e treinamento dos usuários;

1.1.13.10.6. Cobertura contra roubo, furto ou extravio dos equipamentos;

1.1.13.10.7. Manutenção do sistema de Talonário Eletrônico homologado.

1.1.13.10.8. Em caso de roubo, furto ou extravio de qualquer dispositivo do talonário eletrônico, a CONTRATADA deverá:

a) comunicar a ocorrência à CONTRATANTE em até 2 (duas) horas do conhecimento do fato;

b) proceder imediatamente ao bloqueio remoto do dispositivo, impedindo sua utilização para emissão de autuações;

c) registrar boletim de ocorrência policial em até 24 (vinte e quatro) horas;

d) arcar com a substituição do equipamento no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

1.1.14. Módulo de Fluxo Veicular, Estatísticas e Gestão de Tráfego (Integrado à Plataforma de Sistema de Gestão de Mobilidade Urbana Inteligente)**1.1.14.1 Definição**



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 60

O Módulo de Fluxo Veicular, Estatísticas e Gestão de Tráfego deverá ser parte integrante e nativa da Plataforma de Sistema de Gestão de Mobilidade Urbana Inteligente, sendo vedada a utilização de sistemas isolados, módulos desconectados ou qualquer solução que não compartilhe a mesma base de dados, interface unificada e mecanismos de autenticação da Plataforma.

O módulo será responsável pelo processamento, análise e disponibilização das informações obtidas por meio dos equipamentos de fiscalização e monitoramento de trânsito, permitindo a gestão operacional e estratégica da mobilidade urbana.

Todos os dados deverão ser centralizados na Plataforma de Sistema de Gestão de Mobilidade Urbana Inteligente, conforme disposto no item 1.1.15.

O descumprimento da integração obrigatória do Módulo de Fluxo Veicular à Plataforma do Sistema de Gestão de Mobilidade Urbana Inteligente, incluindo a utilização de quaisquer sistemas paralelos ou não integrados, implicará na rejeição da solução, suspensão da medição dos serviços e aplicação das penalidades previstas no contrato, incluindo multa e rescisão contratual.

1.1.14.2 Requisitos Técnicos e Funcionais**1.1.14.2.1 Volumetria de Veículos**

O sistema deverá:

- a) Realizar a contagem automática e contínua de veículos por ponto monitorado, com granularidade mínima de 5 (cinco) minutos;
- b) Disponibilizar dados segmentados por hora, dia, semana, mês e ano, além de permitir comparação entre períodos equivalentes (ex.: mesmo dia da semana em semanas distintas);
- c) Armazenar histórico de dados para análise temporal por toda a vigência contratual, garantindo acesso aos dados históricos mesmo após o término do contrato, nos termos do plano de desmobilização;
- d) Permitir a identificação de horários de pico, variações sazonais e tendências de crescimento ou redução do fluxo veicular.

1.1.14.2.2 Classificação de Veículos

O sistema deverá identificar e classificar veículos, no mínimo, nas seguintes categorias:

- a) Automóveis;
- b) Caminhões leves (2 eixos);
- c) Caminhões pesados (3 ou mais eixos);
- d) Ônibus (inclusive micro-ônibus e articulados);
- e) Motocicletas (incluindo ciclomotores e similares);
- f) Veículos de emergência (ambulâncias, viaturas, bombeiros) — quando identificáveis, para fins estatísticos exclusivamente, vedada a autuação automática destes, conforme ressalva do item 1.1.22.6.

A classificação deverá ser realizada por inteligência artificial ou sensores, com índice de acerto mínimo de 90% (noventa por cento) em condições normais de operação, aferido trimestralmente pela CONTRATANTE por meio de amostragem.

1.1.14.2.3 Dados de Velocidade



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 61

O sistema deverá:

- a) Medir e registrar a velocidade média, mediana e o percentil 85 (oitenta e cinco) dos veículos por faixa de tráfego e por período;
- b) Permitir a análise de variações de velocidade ao longo do tempo, incluindo comparação antes/depois da implantação de medidas de engenharia de tráfego;
- c) Disponibilizar alertas configuráveis para velocidades fora dos padrões definidos, com notificação automática à Central de Mobilidade e Trânsito;
- d) Gerar relatórios de conformidade de velocidade por faixa horária, auxiliando na definição de limites regulamentares.

1.1.14.2.4 Direção do Fluxo

O sistema deverá:

- a) Identificar e registrar o sentido do tráfego (bairro/centro, norte/sul, etc.);
- b) Detectar e registrar alterações de fluxo em vias bidirecionais, incluindo bloqueios parciais, inversões de sentido programadas ou eventuais;
- c) Permitir a configuração de alertas para inversão de fluxo não programada (contramão), integrando-se aos sistemas de fiscalização para geração de eventos de apoio operacional.

1.1.14.2.5 Integração

O módulo deverá:

- a) Estar integralmente integrado ao Sistema de Gestão de Mobilidade Urbana Inteligente, compartilhando a mesma base de dados, autenticação única (SSO) e interface gráfica;
- b) Compartilhar dados em tempo real com os demais módulos da solução, com latência máxima de 5 (cinco) segundos entre a captura no equipamento de campo e a disponibilização na plataforma;
- c) Disponibilizar APIs padronizadas, documentadas (Swagger/OpenAPI) e autenticadas (OAuth 2.0 ou equivalente) para integração com sistemas externos da CONTRATANTE;
- d) Permitir exportação de dados em formatos abertos (CSV, JSON, Parquet ou equivalentes), com opção de exportação programada e automatizada;
- e) Permitir a publicação de dados em painéis públicos (open data) conforme diretrizes da CONTRATANTE, respeitada a LGPD (dados agregados e anonimizados).

1.1.14.2.6 Interface e Visualização

O sistema deverá possuir:

- a) Interface gráfica integrada à Plataforma do Sistema de Gestão de Mobilidade Urbana Inteligente, com dashboards configuráveis pelo usuário;
- b) Visualização de dados em tempo real e histórico, com opção de reprodução de períodos passados (time slider);
- c) Geração de relatórios personalizados, com agendamento automático e entrega por e-mail ou SFTP;
- d) Acesso remoto via navegador web, compatível com os principais browsers (Chrome, Firefox, Edge), sem necessidade de plugins proprietários;
- e) Visualização cartográfica interativa, com sobreposição de camadas (calor de fluxo, localização de equipamentos, eventos em tempo real).

1.1.14.2.7 Infraestrutura

O módulo deverá:



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 62

- a) Operar em ambiente em nuvem pública, privada ou híbrida, a critério da CONTRATADA, desde que garantidos os níveis de segurança, disponibilidade e desempenho exigidos;
- b) Suportar alto volume de dados com escalabilidade automática, sem necessidade de intervenção manual da CONTRATANTE;
- c) Estar alinhado à infraestrutura da Plataforma da Sistema de Gestão de Mobilidade Urbana Inteligente, compartilhando seus recursos de processamento e armazenamento;
- d) Possuir capacidade de ingestão de dados de no mínimo 1.000 (mil) eventos por segundo, considerando o crescimento da frota e da malha monitorada durante a vigência contratual.

1.1.14.2.8 Segurança e Confiabilidade

O sistema deverá:

- a) Atender aos requisitos de segurança definidos no item 1.1.15, com especial atenção à proteção de dados de localização e deslocamento;
- b) Garantir integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados, mediante assinatura digital dos registros estatísticos sempre que possível;
- c) Possuir mecanismos de backup e recuperação (BCP/DR), com RPO (Recovery Point Objective) máximo de 1 (uma) hora e RTO (Recovery Time Objective) máximo de 4 (quatro) horas;
- d) Realizar testes periódicos de restauração de dados, com relatórios trimestrais entregues à CONTRATANTE comprovando a efetividade dos backups;
- e) Garantir a rastreabilidade de qualquer alteração ou exclusão de dados históricos, mantendo logs inalteráveis por 5 (cinco) anos.

1.1.15. Sistema contendo licença de Sistema de Gestão de Mobilidade Urbana Inteligente com integração de todos os equipamentos/elementos que envolvem a mobilidade de trânsito**1.1.15.1 Definição e Abrangência**

A CONTRATADA deverá fornecer, sob o modelo de Software como Serviço (SaaS), uma Plataforma de Gestão de Mobilidade Urbana, baseada em computação em nuvem, contemplando gerenciamento centralizado, automação de processos, alta disponibilidade e escalabilidade. A plataforma será fornecida integrada aos equipamentos locados, sem transferência de propriedade do software à CONTRATANTE, sendo a CONTRATADA integralmente responsável por toda a infraestrutura de nuvem, atualizações corretivas e evolutivas, bem como pela manutenção da disponibilidade e segurança do ambiente durante toda a vigência contratual.

A plataforma deverá integrar, de forma obrigatória, todos os equipamentos e sistemas previstos neste Termo de Referência, independentemente da tecnologia empregada (intrusiva ou não intrusiva), constituindo requisito essencial para operação da solução.

O descumprimento da integração obrigatória de quaisquer equipamentos ou sistemas à Plataforma implicará na rejeição da solução, suspensão da medição dos serviços e aplicação das penalidades previstas no contrato, incluindo multa e rescisão contratual.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 63

A integração deverá abranger, incluindo mas não se limitando a:

- medidores de velocidade fixos (intrusivos e não intrusivos);
- radares de semáforo vermelho com controle de velocidade;
- barreiras eletrônicas educativas (lombadas eletrônicas);
- sistemas de controle de tráfego em áreas restritas;
- sistemas de monitoramento por câmeras (fixas e PTZ);
- sistemas de leitura automática de placas (ALPR/OCR), quando aplicável;
- talonário eletrônico de infrações;
- Central de Mobilidade e Trânsito (videomonitoramento).

A solução deverá suportar a integração com provedores de identidade, possibilitando a autenticação federada e centralizada dos usuários, preferencialmente via LDAP (Lightweight Directory Access Protocol) ou SAML 2.0, devendo a CONTRATADA comprovar viabilidade técnica de integração com o sistema de gestão de identidade e acesso corporativo adotado pelo Município de Mogi das Cruzes.

A plataforma deverá contemplar módulo de enlace que padronize a conectividade com sistemas externos de navegação e mapeamento, permitindo a extração estruturada de dados georreferenciados de fontes diversas autorizadas. A integração com serviços como Waze for Cities ou Google Maps APIs deverá observar os respectivos termos de uso, limites de cota e autorizações aplicáveis, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a obtenção e manutenção das licenças necessárias. Essa interoperabilidade amplia o suporte a decisões estratégicas em operações críticas como planejamento viário, monitoramento de tráfego em tempo real e resposta a incidentes, com relatórios dinâmicos que apoiam as operações diárias de trânsito e fundamentam decisões de política ou infraestrutura.

A solução deve realizar o monitoramento e a exibição, em tempo real e consulta de registros históricos ao longo de um período mínimo de cinco anos, de eventos, planejados ou não, que impactem a fluidez do trânsito.

A solução tem por obrigação, ainda:

I - Permitir a comparação entre velocidade média com irregularidades (ou trânsito incomum) no período atual e histórico.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 64

II - Dispor de indicadores métricos para comparar as médias de lentidão observadas no dia atual com as médias registradas nos mesmos dias da semana ao longo dos últimos 90 dias, além de possibilitar comparativos mensais e anuais para análise de variações sazonais e tendências de tráfego de uma via específica ou de todo o município.

III - Analisar padrões de tráfego, indicando ao operador quando situações não usuais ocorrem. Isso inclui alterações na capacidade do arco devido a incidentes como veículos parados, acidentes ou buracos.

IV - Apresentar alertas em tempo real e histórico relacionados a riscos climáticos como alagamento na via.

V - Apresentar informações sobre trechos de vias bloqueadas devido a obras, incidentes ou outros eventos em vias.

VI - Fornecer relatório em formato de mapa de calor georreferenciado que represente a distribuição espacial das ocorrências de buracos nas vias do município, com o objetivo de identificar áreas críticas com maior incidência.

VII - Apresentar a evolução temporal mensal de incidências de buracos nas vias do município.

VIII - Permitir o cadastro de bloqueios viários ocasionados por obras, por ocorrências extraordinárias ou por sinistros de trânsito. além de permitir incluir recorrência personalizada (diária, semanal, mensal) e regras específicas (ex: todas 17h de segunda-feira às sexta-feitas, toda sexta-feira ou dia 1º), com sincronização automática dos alertas aos motoristas que utilizam o aplicativo Waze.

IX - Gerar relatórios detalhados de reportes de acidentes de trânsito, incluindo localização, gravidade e dados complementares quando disponíveis.

X - Apresentar a distribuição dos incidentes por tipo, incluindo riscos climáticos, perigos na via e no entorno, permitindo análise categorizada e detalhada das ocorrências.

XI - Possuir relatório contendo métricas de velocidade média instantânea e histórica do fluxo viário, com distinção explícita entre regimes de fluxo livre e episódios de congestionamento, além de agregar tais métricas em intervalos temporais discretos. A representação espacial deverá referenciar vias, trajetos ou trechos previamente cadastrados como polilinhas parametrizadas com localização e comprimento ajustáveis.

XII - Detectar trechos com tráfego abaixo da velocidade média habitual, identificando anomalias em tempo real com base em padrões históricos e dados atuais de trânsito, e exibir em mapa os segmentos afetados com distinção visual por cores representando os níveis de tráfego (leve,



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 65

moderado, intenso e muito intenso), além de indicar a velocidade média e o tempo estimado de atraso.

XIII - Permitir adicionar novas ou editar informações sobre vias existentes, como nomes, sentidos, tipos de vias e velocidades permitidas.

XIV - Permitir adicionar ou editar pontos de interesse (POIs): adicionar novos locais de interesse, como restaurantes, postos de gasolina, lojas e outros estabelecimentos comerciais, bem como editar informações existentes.

XV - Permitir a correção de informações de endereço incorretos ou ausentes no mapa.

XVI - Permitir definir regras de tráfego, como restrições de conversão, proibições de giro e outras regras de direção.

XVII - Permitir adicionar informações sobre segmentos de estrada, como sentidos proibidos, condições de tráfego e restrições específicas.

XVIII - Permitir ajustar a forma geométrica das vias no mapa para refletir suas características atuais.

XIX - Permitir adicionar informações sobre sinalizações de trânsito, como lombadas, cruzamento, curvas perigosas e outras sinalizações.

XX - Permitir o uso de algoritmos de aprendizado de máquina para prever locais de potenciais acidentes com base em padrões históricos e condições atuais de tráfego.

1.1.15.1.1. Sistema de inteligência artificial para sistemas de captura de imagens e identificação automática de violações de condutas.

O sistema de inteligência artificial para sistemas de captura de imagens e identificação de violações de conduta é uma solução de análise de vídeo que agrega inteligência as câmeras deste projeto e que permitirá que outras câmeras possam ser inseridas no sistema.

O sistema proposto deve atender a todos os requisitos detalhados nesta especificação.

A plataforma deverá ser responsável pelo recebimento, processamento, armazenamento, correlação e disponibilização de todos os dados gerados pelos equipamentos de campo, em tempo real ou quase real.

A integração com a Plataforma será considerada requisito obrigatório para aceitação, operação e medição dos serviços contratados.

1.1.15.2 Requisitos Gerais da Plataforma



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 66

1.1.15.2.1. A solução deverá possuir desempenho, capacidade de processamento e disponibilidade compatíveis com o volume de usuários, autenticações e transações operacionais.

1.1.15.2.2. A solução deverá ser 100% web, com interface responsiva, compatível com navegadores modernos e acessível em desktop, tablet e dispositivos móveis.

1.1.15.2.3. A solução deverá operar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 - LGPD), implementando, no mínimo:

- anonimização e/ou pseudonimização de dados pessoais sempre que tecnicamente possível;
- criptografia de dados em trânsito (TLS 1.2 ou superior) e em repouso (AES-256 ou equivalente);
- controle de acesso baseado em perfis (RBAC - Role-Based Access Control);
- registro de logs detalhados e inalteráveis de todas as operações de acesso, consulta, alteração e exclusão de dados, com retenção mínima de 5 (cinco) anos;
- mecanismos de resposta a incidentes de segurança, com notificação à CONTRATANTE em até 24 horas da identificação de qualquer violação de dados pessoais.

1.1.15.2.4. A solução deverá operar em ambiente com alta disponibilidade (mínimo 99,5% de uptime mensal), redundância ativa e escalabilidade automática, conforme métricas a serem definidas no Anexo de Níveis de Serviço (SLA).

1.1.15.2.5. Toda a interface deverá estar disponível em Português do Brasil.

1.1.15.2.6. Deve permitir encerramento automático de sessão por inatividade configurável (padrão máximo recomendado: 15 minutos).

1.1.15.2.7. Deve ser interoperável, com integração via APIs abertas e documentadas (REST, GraphQL ou equivalentes), disponibilizando swagger ou documentação interativa.

1.1.15.2.8. Deve suportar autenticação federada (SSO - Single Sign-On) via SAML 2.0, OpenID Connect ou OAuth 2.0, com prioridade para integração ao ambiente de identidade corporativo do Município.

1.1.15.2.9. Deve permitir gerenciamento de sessões ativas, incluindo encerramento remoto por administrador.

1.1.15.2.10. Deve permitir autenticação multifator (2FA/MFA) como recurso configurável para perfis administrativos e de acesso a dados sensíveis.

1.1.15.2.11. Deve possuir suporte a análise geoespacial com mapas interativos, camadas personalizáveis e consultas espaciais.

1.1.15.3 Módulo de Consulta e Análise por Placa Veicular



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 67

1.1.15.3.1. A Plataforma deverá disponibilizar funcionalidade de consulta e análise de dados baseada em identificação de placas veiculares, proveniente de sistemas de leitura automática de placas (ALPR/OCR), quando disponíveis na solução.

1.1.15.3.1.1. A funcionalidade deverá permitir, no mínimo:

- consulta por placa completa ou parcial;
- identificação de registros históricos de passagem do veículo em diferentes pontos monitorados;
- exibição de data, hora e localização georreferenciada das detecções;
- visualização das imagens associadas à leitura da placa, quando disponível;
- filtros por período, localização, tipo de equipamento e sentido da via;
- consolidação de rotas e trajetos percorridos pelo veículo, respeitando a legislação vigente;
- exportação de dados em formatos abertos (CSV, XLSX ou equivalente).

1.1.15.3.1.2. A utilização dessas funcionalidades deverá observar integralmente a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), incluindo:

- controle de acesso restrito a perfis específica e nominalmente autorizados pela CONTRATANTE;
- rastreabilidade obrigatória de todas as consultas realizadas (logs com identificação do operador, data, hora, placa consultada, justificativa e IP de origem);
- vedação expressa de consultas por aproximação ou varredura de placas sem correlação com investigação ou procedimento administrativo formal;
- exigência de justificativa formal e prévia para cada consulta individual, salvo quando integrada a fluxo automatizado e pré-aprovado de geração de autuações;
- vedação de uso das informações para identificação de cidadãos sem relação direta com infrações de trânsito, segurança pública ou procedimento judicial/administrativo devidamente instaurado;
- armazenamento dos logs de consulta por prazo mínimo de 5 (cinco) anos, disponíveis para auditoria pela CONTRATANTE e órgãos de controle.

1.1.15.3.1.3. A CONTRATADA deverá fornecer, trimestralmente, relatório consolidado de todas as consultas realizadas por placa, contendo operador, quantidade de consultas, períodos e finalidades declaradas, para fins de auditoria e transparência ativa.

1.1.16. Ambiente de Videomonitoramento (Central de Mobilidade e Trânsito)



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 68

1.1.16.1. A contratada deverá fornecer, instalar, integrar, colocar em operação e manter todos os equipamentos, softwares, infraestrutura, links de comunicação e mão de obra especializada necessários para a operação 24/7 do Centro de Mobilidade e Trânsito. A solução completa deve incluir:

1.1.16.1.1. Infraestrutura Física e Operacional (Quantitativo: 1 conjunto);

1.1.16.1.2. Ambiente Integrado: Sistema completo de captura (câmeras IP PTZ), transmissão, processamento, armazenamento, visualização (Vídeo Wall e estações) e gestão das imagens;

1.1.16.1.3. Vídeo Wall: 6 (seis) displays de 55" para 24/7, em layout 6x2, gerenciados por 1 (um) gerenciador gráfico com capacidade para matriz 3x2.

1.1.16.1.4. Estações de Operação: 03 (três) estações completas, cada uma contendo: 01 (uma) mesa de trabalho, 01 (uma) cadeira ergonômica giratória, 02 (dois) monitores LED 23" IPS Full HD, 01 (uma) mesa controladora com joystick PTZ;

1.1.16.1.5. Infraestrutura de Rede e Energia: 01 (um) switch gerenciável Gigabit 24 portas, 01 (um) firewall corporativo, 01 (um) nobreak 3kVA para equipamentos críticos, 01 (um) nobreak 1200VA para demais equipamentos, e cabeamento estruturado completo;

1.1.16.1.6. Suporte e Climatização: 01 (um) rack 42U com PDU e organização, 02 (dois) aparelhos de ar-condicionado dimensionados para a carga térmica, 01 (um) painel em MDF para fixação do videowall com inscrição "Central de Mobilidade e Trânsito", e 06 (seis) suportes de parede VESA para displays de 55";

1.1.16.1.7. Impressão/Digitalização: 01 (uma) impressora laser colorida multifuncional (rede/Wi-Fi) e 01 (um) scanner A4 com ADF e 600 DPI.

1.1.16.1.8. Equipamentos de Suporte Operacional (Interno e Externo):

Deverão ser fornecidos 02 (dois) notebooks destinados ao suporte técnico e operacional da Central, tanto para uso interno quanto em atividades externas, com as seguintes características mínimas:

- processador com desempenho equivalente ou superior a Intel Core i5 ou AMD Ryzen 5;
- memória RAM mínima de 8 GB;
- armazenamento em SSD com capacidade mínima de 256 GB;
- tela mínima de 14" com resolução Full HD;
- conectividade Wi-Fi e Ethernet;
- mínimo de 02 (duas) portas USB;
- sistema operacional compatível com os softwares da solução;
- bateria com autonomia mínima de 4 horas;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 69

1.1.16.1.8.1. Os equipamentos deverão ser entregues configurados, integrados aos sistemas da Central e aptos para acesso remoto seguro.

1.1.16.1.8.2. A CONTRATADA será responsável pela manutenção, suporte técnico e substituição dos equipamentos em caso de falha, durante toda a vigência contratual.

1.1.16.2. Hardware de Processamento e Armazenamento (Quantitativos Específicos):

1.1.16.2.1. Servidor de Videomonitoramento (VMS): 01 (um) servidor físico, virtual ou em nuvem com capacidade para gravar, armazenar e transmitir todos os fluxos de vídeo em 1080p/15fps, com RAM adequada, armazenamento mínimo redundante de 20 TB, fonte redundante e gerenciamento remoto;

1.1.16.2.2. Gerenciador Gráfico para Videowall: 01 (um) equipamento dedicado ou estação robusta capaz de controlar e exibir simultaneamente os 6 fluxos de vídeo em Full HD sem perda de desempenho, com conexões compatíveis e alta disponibilidade;

1.1.16.2.3. Estações de Trabalho: 03 (três) estações com desempenho para operar softwares de monitoramento (VMS) com múltiplos fluxos de vídeo, suporte a 2 monitores e conectividade completa.

1.1.16.3. Software e Sistema de Gestão (Quantitativo: 30 licenças):

1.1.16.3.1. Software de Videomonitoramento (VMS): Sistema centralizado com gerenciamento de câmeras via padrões abertos (ONVIF), gravação contínua/por evento, visualização em layouts customizáveis, controle PTZ, busca inteligente, exportação de clipes, mapas geográficos e controle de acesso granular (RBAC). Deve atender à LGPD;

1.1.16.3.2. Política de Armazenamento: Configuração para retenção mínima de 60 dias de vídeo, com sobregravação automática, mecanismo de proteção de evidências (lock), exportação segura e logs de auditoria completos.

1.1.16.4. Conectividade e Links (Quantitativo: 1 conjunto):

1.1.16.4.1. Link de Dados (Backbone): Infraestrutura de rede (RF ou fibra) em topologia anel com throughput efetivo mínimo total de 100 Mbps e 100% de disponibilidade, incluindo todos os estudos, projetos, equipamentos e autorizações;

1.1.16.4.2. Link de Internet: Link empresarial dedicado com IP fixo, simétrico, de 200 Mbps de download e upload.

1.1.16.5. Serviços e Suporte (Quantitativo: Contínuo):

1.1.16.5.1. Instalação e Manutenção da Infraestrutura: Serviço completo de instalação, configuração, integração e certificação de toda a infraestrutura da Central (rede lógica, energia elétrica, sistemas, servidores, links de comunicação, ambientação técnica e climatização),



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 70

garantindo plena operacionalidade dos sistemas de monitoramento, fiscalização e gestão do tráfego.

1.1.16.5.2. Mão de Obra Especializada In-loco: Disponibilização contínua de 03 (três) profissionais qualificados para operar os sistemas da Central de Mobilidade e Trânsito. A escala de trabalho deverá garantir a cobertura do horário comercial em dias úteis, bem como a atuação em finais de semana, feriados e plantões emergenciais, conforme demanda da municipalidade.

1.1.16.5.3. Atribuições Principais:

1.1.16.5.3.1. Monitorar e administrar os sistemas da Central, incluindo sistemas de videomonitoramento, controle operacional, painéis de gestão e plataformas integradas;

1.1.16.5.3.2. Receber, acompanhar e consolidar as informações provenientes dos equipamentos de fiscalização eletrônica de trânsito (radares, lombadas eletrônicas, equipamentos não intrusivos, OCR/Leitura de placas, sensores e demais dispositivos homologados), bem como os dados de fluxo volumétrico e classificação veicular;

1.1.16.5.3.3. Gerar relatórios técnicos, estatísticos e operacionais relacionados à fiscalização, mobilidade, desempenho dos equipamentos, volume de tráfego e indicadores de trânsito;

1.1.16.5.3.4. Realizar manutenção básica, diagnóstico de falhas (troubleshooting) e abertura de chamados técnicos junto à contratada ou fabricantes, quando necessário;

1.1.16.5.3.5. Apoiar ações operacionais da Secretaria de Mobilidade e Trânsito e prestar suporte técnico aos servidores municipais;

1.1.16.5.3.6. Treinar usuários indicados pela administração municipal quanto à operação dos sistemas e interpretação dos dados gerados.

1.1.16.5.4. Substituição: A contratada deverá garantir a substituição imediata de qualquer profissional ausente por outro de igual qualificação técnica e experiência comprovada, sem qualquer interrupção dos serviços contratados.

1.1.16.5.5. Gestão do Desempenho: O desempenho dos profissionais será avaliado periodicamente pela Secretaria de Mobilidade e Trânsito, que poderá solicitar formalmente a substituição de qualquer membro da equipe em caso de não conformidade técnica, operacional ou comportamental, sem ônus adicional ao contratante.

1.1.17. Serviço de Locação de Sistema de Monitoramento de Tráfego

A CONTRATADA deverá fornecer, instalar, integrar à Central, operar e manter por meio de locação, um sistema completo de monitoramento de tráfego, composto por 30 (trinta) pontos de monitoramento externos e sua conectividade dedicada. Cada ponto ("Ponto de Monitoramento Externo") é uma unidade autônoma e funcional.

1.1.17.1. Quantitativo: 30 (trinta) unidades – uma para cada local definido no projeto.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 71

1.1.17.2. Cada ponto é um conjunto completo, composto pelos seguintes subitens:

1.1.17.2.1. Câmera PTZ para Monitoramento Viário Externo: 01 (uma) unidade por ponto. Total: 30 unidades.

a. Resolução Full HD (1920x1080), robustez IP66, WDR e iluminação IR para operação 24/7;

b. Zoom óptico mínimo de 30x, com comprovação técnica (simulação/datasheet) de sua adequação para identificação de veículos/placas a partir de postes de ~15m;

c. Controle PTZ com presets, alimentação PoE, e compatibilidade ONVIF para integração ao VMS central;

d. Desejável: Recursos de análise de vídeo inteligente (IVA) embarcada.

1.1.17.2.2. Poste de Suporte com Aterramento: 01 (um) poste por ponto.

Altura útil entre 15m e 20m (exceto quando autorizado diferentemente pela Secretaria).

1.1.17.2.3. Poste de aço cônico galvanizado a fogo, com base flangeada, sistema telescópico (Slip-Joint), fornecimento completo com chumbadores, gabarito e ART da instalação.

1.1.17.2.4. Sistema de aterramento completo (3 hastes de cobre + cordoalha 35mm² + solda exotérmica), com caixa de medição e resistência máxima de 10 Ohms (NBR 5419).

1.1.17.2.5. Gabinete Externo com Proteção Elétrica Integrada: 01 (um) armário por ponto.

1.1.17.2.6. Armário externo IP65, robusto e resistente a vandalismo, para instalação no poste.

1.1.17.2.7. Deve conter sistema completo de proteção e distribuição elétrica interna: DPS para energia e dados, disjuntores/fusíveis, barramento de aterramento e régua de tomada.

1.1.17.2.8. Organização interna e ventilação adequada. Fornecido completo e pronto para instalação.

1.1.17.2.9. Sistema de Energia Ininterrupta (Nobreak): 01 (um) nobreak por ponto.

1.1.17.2.10. Nobreak de no mínimo 1200 VA, com bateria selada, proteções contra surtos, comutação automática e adequado para operação contínua.

1.1.18. Conectividade de Campo (Backhaul) e Serviços de Implantação e Manutenção

1.1.18.1. Conectividade

1.1.18.1.1. Quantitativo:

Fornecimento de 30 (trinta) links de comunicação, sendo 01 (um) link dedicado por ponto de monitoramento.

1.1.18.1.2. Link por Ponto:



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 72

Cada ponto deverá possuir 01 (um) link de comunicação dedicado, exclusivo e gerenciado, interligando o ponto de monitoramento à Central de Operações.

1.1.18.1.3. Desempenho:

Cada link deverá possuir capacidade mínima garantida de 10 Mbps (dez megabits por segundo), simétrica (upload/download), dedicada e não compartilhada.

1.1.18.1.4. Disponibilidade (SLA):

Deverá ser garantida disponibilidade mínima mensal de 99,5% (noventa e nove vírgula cinco por cento) por link, com monitoramento contínuo.

1.1.18.1.5. Latência e Qualidade (recomendado):

A solução deverá apresentar baixa latência, jitter e perda de pacotes compatíveis com aplicações de transmissão de dados e imagens em tempo real.

1.1.18.1.6. Responsabilidade da CONTRATADA:

A CONTRATADA será integralmente responsável por toda a infraestrutura de comunicação, incluindo:

estudo técnico e projeto de conectividade;

fornecimento de equipamentos ativos e passivos devidamente homologados;

obtenção de licenças e autorizações junto à ANATEL, quando aplicável;

instalação, configuração, operação e manutenção;

garantia de segurança da informação, incluindo criptografia dos dados trafegados.

1.1.18.2. Serviços de Implantação e Manutenção**1.1.18.2.1. Responsabilidade Integral:**

A CONTRATADA será a única responsável pela implantação completa, operação e manutenção dos 30 (trinta) pontos de monitoramento.

1.1.18.2.2. Projeto Executivo:

Elaboração, aprovação e execução de todos os projetos necessários, incluindo projetos elétricos, estruturais e de telecomunicações.

1.1.18.2.3. Aprovação junto à Concessionária:

Obtenção de aprovação dos projetos elétricos junto à concessionária de energia local, quando aplicável.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 73

1.1.18.2.4. Infraestrutura Civil e Elétrica:

Execução de toda a infraestrutura necessária, incluindo:

fundações e bases;

postes ou estruturas de suporte;

eletrodutos e passagens de cabos;

quadros elétricos;

sistemas de aterramento e proteção.

1.1.18.2.5. Fornecimento de Energia:

Fornecimento, gestão e custeio do consumo de energia elétrica de todos os equipamentos durante toda a vigência contratual.

1.1.18.2.6. Responsabilidade Técnica:

Emissão de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) para todos os serviços executados.

1.1.18.2.7. Manutenção:

Execução de manutenção preventiva e corretiva, garantindo o pleno funcionamento dos sistemas e o atendimento aos níveis de serviço contratados.

1.1.18.2.8. Recomposição dos Locais:

Realização de limpeza, organização e recomposição dos locais após intervenções, mantendo as condições originais ou superiores às encontradas.

1.1.18.2.9. Conformidade:

Todos os materiais, equipamentos e serviços deverão atender às normas da ABNT, às exigências da concessionária local e à legislação vigente aplicável.

1.1.18.2.10. Garantia:

Todos os serviços e materiais deverão possuir garantia conforme estabelecido em contrato, incluindo substituição em caso de falhas.

1.1.19. Remanejamento de equipamento

1.1.19.1. Caberá à CONTRATADA, quando solicitado pela contratante, promover o remanejamento do equipamento de fiscalização para novo local, sob remuneração específica.

1.1.19.2. Entende-se por remanejamento dos equipamentos todas as obras e serviços necessários à desativação de equipamento em determinado ponto (demolições, recomposições, remoção de sinalização, de dispositivos de segurança, entre outros) e sua implantação em outro



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 74

local, de modo que sejam atendidas todas as condições necessárias a essa implantação, descritas neste Termo.

1.1.19.3. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a aferição e certificação dos equipamentos pelo INMETRO ou entidades por ele acreditadas, quando do remanejamento dos equipamentos, incluindo todos os custos e despesas envolvidos;

1.1.20. Fornecimento de Energia Elétrica

1.1.20.1. A CONTRATADA será a responsável para solicitar a ligação da energia elétrica junto a Concessionária responsável pelo fornecimento no município, bem como tudo o que for necessário para a realização da mesma e responsável pelo pagamento mensal do consumo de energia gerado pelos equipamentos.

1.1.20.2. A CONTRATADA será responsável em solicitar, acompanhar e pagar as devidas contas de consumo de energia de cada equipamento durante todo o período do contrato, e também responsável em solicitar o desligamento do fornecimento da energia em caso de transferência de ponto ou quando do encerramento do contrato.

1.1.21. Aferição dos equipamentos

1.1.21.1. Os equipamentos deverão ser fornecidos com a devida aferição pelo INMETRO.

1.1.21.2. Todo o equipamento deverá possuir Laudo de Comprovação de Aferição Individual emitido pelo INMETRO ou entidade por ele credenciada.

1.1.21.3. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento dos equipamentos devidamente aferidos bem como todos os custos e despesas relativos a aferição dos equipamentos durante a vigência do contrato

1.1.21.4. As periodicidades das aferições deverão atender as Resoluções do CONTRAN - ou seja 12 (doze) meses, ou quando notada alguma irregularidade no funcionamento do equipamento em questão, que não possa ser reparada sem a retirada do lacre do INMETRO

1.1.21.5. Todos os equipamentos/sistemas deverão atender às Resoluções do CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO – CONTRAN, que regem a matéria, bem como as que vierem a ser publicadas.

1.1.21.6. Nenhum equipamento/sistema poderá entrar em operação sem que o Certificado de Comprovação de Aferição Individual seja entregue e aceito pelo Departamento de Trânsito.

1.1.21.7. A CONTRATADA deverá entregar ao Departamento de Trânsito os respectivos Certificados de Comprovação de Aferição Individual e os Certificados de Avaliação de



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 75

Conformidade (quando for o caso), conforme exigência do CONTRAN, em até 03 (três) dias úteis antes do início efetivo da operação dos equipamentos/sistemas.

1.1.21.8. Todos os Certificados devem ser renovados na periodicidade e nas situações exigidas pela legislação vigente, com antecedência mínima de 10 dias.

1.1.21.9. Todos os Certificados mencionados neste item são de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive no que se refere aos custos.

1.1.21.10. O prazo para o retorno à operação é de 07 (sete) dias corridos nas situações de reconstrução de laços detectores e/ou nova aferição do INMETRO ou comprometimento dos equipamentos por abaloamento, furto ou vandalismo.

1.1.21.11. O prazo para a CONTRATADA pronunciar-se quanto a alguma comunicação formal do Departamento de Trânsito será de até 07 (sete) dias corridos, após o recebimento da mesma.

1.1.21.12. Todos os prazos deverão ser contados em dias corridos, desde que não seja mencionada determinação em contrário em documento formal por parte do Departamento de Trânsito.

1.1.21.13. O prazo de vencimento será prorrogado automaticamente para o primeiro dia útil subsequente, caso não haja expediente normal na Prefeitura.

1.1.21.14. A ocorrência de manutenção corretiva por vandalismo deverá ser comprovada por vistoria do Departamento de Trânsito e registro de boletim de ocorrência policial.

1.1.21.15. O período de indisponibilidade do equipamento para realização da aferição periódica obrigatória pelo INMETRO, limitado a 5 (cinco) dias corridos, não será considerado para fins de desconto na medição, desde que a CONTRATADA comprove o agendamento prévio com 30 (trinta) dias de antecedência e apresente o cronograma de execução. A não comprovação ou o extrapolamento do prazo sujeitará a CONTRATADA às penalidades do SLA.

1.1.22. Fornecimento de Infraestrutura para comunicação de Dados e Imagens

1.1.22.1. Toda a infraestrutura de comunicação deverá, quando necessário, ser implementada, mantida e recuperada pela CONTRATADA, e deverá comportar todo o tráfego previsto pelos sistemas especificados nos itens anteriores.

1.1.22.2. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento dos equipamentos necessários, bem como todos os custos e despesas relativos instalação e manutenção de toda a infraestrutura de dados e assim como o pagamento das consta do provedor da rede de comunicação dos equipamentos em campo com a Central de Monitoramento, durante a vigência do contrato.

1.1.22.3. A rede de comunicação objeto desta especificação deverá operar 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 76

1.1.22.4. Será de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento de todos os equipamentos necessários ao estabelecimento das conexões, com energização elétrica, proteção elétrica, caixas de emenda para fibras ópticas e a chegada dos cabos até a sala do Centro de Avaliação de Imagem.

1.1.22.5. Toda a infraestrutura externa deverá ser resistente a intempéries e protegida de vandalismo, com caixas de passagem travadas.

1.1.22.6. Os equipamentos de fiscalização (medidores de velocidade fixos e sistemas automáticos não metrológicos) deverão registrar todas as imagens de infrações de trânsito, inclusive aquelas relativas aos veículos elencados no inciso VII do art. 29 do Código de Trânsito Brasileiro (veículos de emergência, viaturas policiais, ambulâncias, bombeiros, táxis, quando devidamente caracterizados), observado o disposto no Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito (MBFT) anexo à Resolução CONTRAN nº 985, de 15 de dezembro de 2022.

1.1.22.6.1. Para os veículos referidos no item anterior, desde que estejam externamente caracterizados por pintura ou plotagem que os identifique de relance na forma definida pelo órgão de trânsito, o sistema deverá, de forma automática:

- a) registrar a imagem da infração normalmente, sem qualquer filtro prévio que impeça a captura;
- b) classificar a imagem com ALERTA BLOQUEANTE visível ao auditor no momento da análise;
- c) impedir o envio automático da autuação ao SERPRO sem a validação expressa do auditor.

1.1.22.6.2. O alerta bloqueante tem a finalidade de garantir que o auditor possa avaliar a consistência ou inconsistência da autuação com base nos critérios definidos pela CONTRATANTE e no disposto no § 6º do art. 280 do CTB (veículo em serviço de urgência, devidamente identificado, etc.), evitando autuações indevidas.

1.1.22.6.3. A critério da CONTRATANTE, poderão ser definidas regras automatizadas adicionais para identificação e tratamento diferenciado desses veículos, desde que tecnicamente viáveis e observada a legislação aplicável.

1.1.22.6.4. A CONTRATADA deverá fornecer, mensalmente, relatório contendo:

- a) todas as imagens geradas por veículos enquadrados no inciso VII do art. 29 do CTB;
- b) a classificação final atribuída pelo auditor (CONSISTENTE ou INCONSISTENTE);
- c) data, hora, local, tipo de infração e identificação do equipamento;
- d) justificativa resumida para as classificações como INCONSISTENTE, quando registrada pelo auditor.

1.1.22.6.5. O relatório deverá ser entregue em formato eletrônico (CSV ou XLSX) até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da referência, acompanhado das imagens correspondentes em formato JPEG ou PNG.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 77

1.1.23.6. Quadro-resumo dos Períodos de Operação

Tipo de Serviço / Equipamento	Período de Operação
Medidor de Velocidade Fixo	24 (vinte e quatro) horas diárias
Radar de Semáforo Vermelho e Velocidade	24 (vinte e quatro) horas diárias
Sistema de Controle de Tráfego em Locais Restritos	24 (vinte e quatro) horas diárias
Barreira Eletrônica Educativa	24 (vinte e quatro) horas diárias

1.1.23.6.1. Os períodos indicados no quadro acima referem-se à operação ininterrupta dos equipamentos, que deverão permanecer aptos a gerar, processar e transmitir dados 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana. A faculdade de a CONTRATANTE definir escalas de operadores da Central de Mobilidade e Trânsito não dispensa a obrigação de os equipamentos de campo permanecerem operacionais em regime contínuo.

1.1.24. Obrigações das Partes e outros serviços

1.1.24.1. É obrigação da CONTRATADA assegurar a instalação, operação e manutenção de todos os componentes do sistema, incluindo o fornecimento de suprimentos e peças sobressalentes. O suporte técnico e a disponibilidade dos equipamentos deverão ser ininterruptos (24 horas), sendo que a coleta de registros de infrações seguirá os regimes de operação específicos de cada tipologia, com destaque para o sistema de restrição veicular (ZMR), que operará por 16 (dezesesseis) horas diárias, conforme regulamentação da Autoridade de Trânsito.

1.1.24.2. Todos os sistemas que convergem para a Central de Monitoramento deverão atender às seguintes características mínimas:

1.1.24.2.1. Permitir o cadastro de usuários e grupos com níveis de acesso de autorização;

1.1.24.2.2. Funcionamento durante 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas;

1.1.24.2.3. Extrair relatórios de todos os logs de eventos;

1.1.24.2.4. Armazenar e disponibilizar as informações para análise dos registros e gerar estatísticas diversas.

1.1.24.3. Todos os membros da equipe da CONTRATADA devem estar uniformizados e portar crachás de identificação, com foto, nome completo, nome da empresa.

1.1.24.4. Todos os funcionários deverão usar corretamente os seus equipamentos de proteção individual, conforme as normas de segurança no trabalho, em todos os serviços em que os mesmos se fizerem necessários.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 78

1.1.24.5. Todos os fornecimentos e serviços especificados neste edital, salvo citação expressa em contrário, serão de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, não cabendo nenhum ônus adicional ao CONTRATANTE.

1.1.24.6. Todos os serviços de implantação e manutenção somente deverão ser iniciados após a instalação de sinalização de segurança a ser fornecida pela CONTRATADA (cones, cavaletes, dispositivos refletivos e piscantes, etc.) de acordo com as Normas de Sinalização de Obras em Vias Públicas constantes das Resoluções do CONTRAN.

1.1.24.7. No caso de qualquer anormalidade observada pela CONTRATADA com relação à geometria do local, qualidade do piso ou outro fator que implique na implantação dos dispositivos de forma incompatível com a existente em projeto esta deverá comunicar imediatamente ao Departamento de Trânsito para as providências necessárias.

1.1.24.8. A CONTRATADA deverá garantir os materiais e serviços ora contratados, substituindo-os ou corrigindo-os quando os mesmos apresentarem defeitos.

1.1.24.9. Sempre que convocada, a CONTRATADA deverá enviar seu representante à sede do CONTRATANTE, para atender solicitações, reclamações ou outras observações que porventura possam acontecer.

1.1.24.10. A CONTRATADA deverá evitar danos à arborização, mobiliário urbano e demais instalações existentes na via pública quando da execução dos serviços, exceção feita às previstas em projeto ou expressamente autorizadas pelo Departamento de Trânsito.

1.1.24.11. A CONTRATADA deverá reparar quaisquer danos ou prejuízos causados às concessionárias de serviços públicos, bens públicos ou de terceiros, acidentes pessoais com funcionários ou terceiros.

1.1.24.12. Todos os equipamentos de fiscalização de velocidade, devem atender normas, portarias, regulamentações e legislações vigentes sejam elas do CONTRAN, SENATRAN, INMETRO ou da CONTRATANTE, bem como as que vierem a ser publicadas.

1.1.24.13. Os equipamentos, quando couber, deverão possuir Certificado de Comprovação de Aferição Individual para a fiscalização, emitido pelo Instituto Nacional de Metrologia — INMETRO.

1.1.24.14. Nenhum equipamento que necessite de aprovação do INMETRO constante neste Termo poderá entrar em operação sem que o Certificado de Comprovação de Aferição Individual seja entregue e aceito pela CONTRATANTE.

1.1.24.15. Todos os Certificados de Comprovação de Aferição Individual devem ser renovados na periodicidade e nas situações exigidas pela legislação vigente. Atualmente a periodicidade é de 12 (doze) meses e em caso de diminuição, a mesma deverá ser arcada pela CONTRATADA.

1.1.24.16. Todos os custos com aferição e reaferição correrão às expensas da CONTRATADA.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 79

1.1.24.17. Fornecer, instalar, operar, conservar, prestar apoio técnico e manter em perfeito estado de funcionamento e segurança, as suas exclusivas expensas, todos os objetos, conforme orientação e supervisão da CONTRATANTE.

1.1.24.18. Recompôr e/ou reparar todos os danos ocasionados em calçadas, jardins, etc, devidos a instalação dos equipamentos e respectivas infraestruturas, de forma que toda área próxima a instalação esteja nas mesmas condições originais.

1.1.24.19. A CONTRATADA deverá sanar qualquer irregularidade quanto ao funcionamento dos equipamentos observando os seguintes prazos máximos, contados da notificação ou da detecção automática pela Central:

a) 4 (quatro) horas para equipamentos críticos (radares de velocidade, radares de semáforo vermelho e sistemas de controle de áreas restritas);

b) 24 (vinte e quatro) horas para os demais equipamentos (câmeras de monitoramento, barreiras eletrônicas educativas e demais dispositivos);

c) Os prazos acima prevalecem sobre quaisquer outros indicados em outros itens deste Termo de Referência, nos termos do item 1.1.31 (SLA).

1.1.24.20. Em caso de vandalismo, furto, roubo ou sinistro que danifique ou subtraia qualquer equipamento, a CONTRATADA deverá:

a) comunicar a ocorrência à CONTRATANTE em até 2 (duas) horas do conhecimento do fato;

b) registrar boletim de ocorrência policial em até 24 (vinte e quatro) horas;

c) substituir o equipamento avariado ou subtraído no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contadas da constatação ou da notificação, mantendo a continuidade do serviço;

d) arcar com todas as despesas decorrentes da substituição, incluindo nova aferição pelo INMETRO, se cabível.

1.1.24.21. Instalar, manter e modernizar (se necessário for e devidamente justificado), todos os itens deste Termo, inclusive os mencionados nos itens acima visando o perfeito funcionamento sem acúmulos de serviços nas operações realizadas pela CONTRATANTE.

1.1.24.22. Manter seus empregados e veículos devidamente identificados quando em serviço, ou seja, devidamente identificados com crachá e uniformizados e os veículos com logotipo da CONTRATADA.

1.1.24.23. Manter nos locais de serviços somente trabalhadores com situação profissional regular e diretamente vinculado aos mesmos.

1.1.24.24. Substituir qualquer funcionário da equipe técnica, caso a CONTRATANTE julgue que o mesmo não esteja cumprindo satisfatoriamente o trabalho a ele atribuído.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 80

1.1.24.25. Os funcionários da CONTRATADA poderão prestar serviços tanto em suas próprias dependências quanto nas dependências autorizadas da CONTRATANTE.

1.1.24.26. Facultar a CONTRATANTE exercer a verificação dos materiais empregados, equipamentos e serviços em execução.

1.1.24.27. Manter os relógios de todos os equipamentos em sincronismo com o horário oficial de Brasília.

1.1.24.28. Todos os equipamentos necessários para efetuar os serviços contratados, assim como seus processamentos e backups, deverão ser fornecidos e mantidos em pleno funcionamento pela CONTRATADA.

1.1.24.29. Fornecer na implantação as Especificações técnicas, de forma clara, dos recursos técnicos, marcas, materiais e demais componentes do objeto licitado e ofertado e as facilidades operacionais dos serviços.

1.1.25. Remuneração da Contratada

1.1.25.1. A remuneração da CONTRATADA, não terá, de forma alguma, vínculo com o número de registros realizados pelos equipamentos.

1.1.25.2. A remuneração será baseada em um valor mensal para a prestação dos serviços de cada equipamento ao longo do mês, estando incluso neste preço proposto pela CONTRATADA (proposta comercial), todos os demais serviços, softwares, pessoal, suprimentos e equipamentos para a prestação objeto desta licitação.

1.1.25.3. Não haverá remuneração à CONTRATADA quando o equipamento ou o sistema não estiver em operação, sendo descontado em planilha de medição.

1.1.26. Obrigações da Contratante

1.1.26.1. Indicar servidor para executar o acompanhamento e a fiscalização do contrato.

1.1.26.2. Dar o apoio técnico necessário ao fornecedor.

1.1.26.3. Prestar todas as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados.

1.1.26.4. Efetuar o pagamento na forma ajustada neste termo de referência e no respectivo edital.

1.1.26.5. Cumprir as demais obrigações constantes deste termo de referência, do instrumento convocatório e outras imposições previstas no contrato.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 81

1.1.26.6. Fornecer mensalmente para a CONTRATADA, todos os LOG's dos equipamentos que operaram no mês, para que seja analisada sua conformidade em comparação com a Medição apresentada.

1.1.26.7. Fornecer mensalmente para a CONTRATADA em CD, pen-drive ou DVD todos os relatórios de manutenções efetuadas nos equipamentos, numeradas sequencialmente.

1.1.27. Índices de aproveitamento das imagens

1.1.27.1. O equipamento deverá apresentar índice de aproveitamento das imagens dos veículos infratores, que tenham suas imagens registradas e qualidade aceita como válidas, de no mínimo 90% no período diurno e de no mínimo 80% no período noturno. Armazenadas automaticamente e eletronicamente, as imagens capturadas deverão apresentar definição e qualidade de modo a servir como prova visual incontestável do cometimento da infração. Índices de aproveitamento abaixo do mínimo exigido serão descontados proporcionalmente nas medições mensais.

1.1.27.2. Considera-se para avaliação do índice de aproveitamento, os períodos:

1.1.27.2.1. **DIURNO:** Horário compreendido entre as 06h00m e 17h59m;

1.1.27.2.2. **NOTURNO:** Horário compreendido entre as 18h00m e 05h59m do dia seguinte.

1.1.27.3. A classificação de uma imagem como "Descartada" (conforme 1.1.1.10) não será de decisão unilateral da CONTRATADA. Deverá ser submetida à validação da CONTRATANTE, que emitirá parecer técnico. Até a validação, a imagem será considerada "Inválida" para fins de cálculo do índice de aproveitamento.

1.1.28. Responsável pela fiscalização do contrato

1.1.28.1. A execução do contrato será acompanhada pelo Departamento de Trânsito, a qual designará como Gestor o Sr. Alexandre Fernandes Serafim, responsável por esse acompanhamento, nos termos da LEI nº 14.133/2021, que deverá atestar a execução dos serviços.

1.1.29. Conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Segurança da Informação

1.1.29.1. A CONTRATADA obriga-se a tratar os dados pessoais eventualmente acessados em razão da execução do contrato em estrita conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e demais normas aplicáveis.

1.1.29.2. A CONTRATADA deverá indicar, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados da assinatura do contrato, o nome e os dados de contato do Encarregado (Data Protection Officer - DPO) responsável pelas atividades de tratamento de dados pessoais no âmbito do contrato, nos termos do art. 41 da LGPD.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 82

1.1.29.3. As partes deverão firmar Contrato de Operação de Dados (ou cláusula específica no contrato principal) contendo, no mínimo:

- a descrição detalhada das hipóteses de tratamento de dados pessoais;
- a natureza, o escopo, a finalidade, o prazo e as categorias de dados tratados;
- as obrigações da CONTRATADA quanto à segurança técnica e administrativa;
- a vedação de suboperação sem autorização prévia e expressa da CONTRATANTE;
- a obrigatoriedade de eliminação dos dados ao término do contrato, salvo retenção legal.

1.1.29.4. A CONTRATADA deverá implementar e manter Plano de Resposta a Incidentes de Segurança, contemplando:

- procedimentos para identificação, contenção, erradicação e recuperação de incidentes;
- prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para notificação à CONTRATANTE sobre qualquer incidente de segurança que possa comprometer dados pessoais;
- modelo de comunicação a ser enviado à CONTRATANTE e, se cabível, à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e aos titulares, conforme art. 48 da LGPD.

1.1.29.5. A CONTRATADA deverá comprovar, anualmente, a adoção de boas práticas de governança em segurança da informação, sendo **desejável**, como diferencial técnico, a apresentação de certificações como:

- ISO/IEC 27001 (Sistema de Gestão de Segurança da Informação);
- ISO/IEC 27701 (Privacidade de Dados);
- Certificação no Programa Brasileiro de Privacidade e Segurança da Informação (PBPSI) da ANPD, quando disponível.

1.1.29.6. A critério da CONTRATANTE, poderão ser realizadas auditorias técnicas periódicas nos sistemas, infraestrutura e processos da CONTRATADA relacionados ao tratamento de dados pessoais, com prévio agendamento e sem custos para a Administração.

1.1.29.7. A violação das obrigações previstas neste item sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas, civis e criminais previstas na LGPD e no Código de Trânsito Brasileiro, sem prejuízo das penalidades contratuais aplicáveis.

1.1.30. Níveis de Serviço (SLA) e Penalidades

1.1.30.1. A CONTRATADA deverá cumprir os seguintes Níveis de Serviço (Service Level Agreement - SLA) durante toda a vigência contratual:

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 83**

Indicador	Descrição	Meta Mínima	Método de Aferição
Disponibilidade de equipamentos de campo	Percentual de tempo em que cada equipamento permanece operacional e transmitindo dados	98,5% mensal por equipamento	Monitoramento automatizado da Central
Disponibilidade da Plataforma de Sistema de Gestão de Mobilidade Urbana Inteligente	Percentual de tempo em que a plataforma está acessível e funcional	99,5% mensal	Monitoramento externo (sonda)
Disponibilidade dos links de comunicação	Percentual de tempo em que cada link permanece ativo	99,5% mensal por link	Monitoramento de rede
Prazo para manutenção corretiva (urgente)	Tempo entre a solicitação e a restauração do serviço para equipamentos críticos (radares, semáforo vermelho)	4 (quatro) horas	Registro de chamado e solução
Prazo para manutenção corretiva (normal)	Tempo entre a solicitação e a restauração do serviço para demais equipamentos (câmeras, barreiras educativas)	24 (vinte e quatro) horas	Registro de chamado e solução
Prazo para substituição por vandalismo/furto	Tempo entre a constatação e a substituição do equipamento	72 (setenta e duas) horas	Registro de BO e vistoria

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 84**

Indicador	Descrição	Meta Mínima	Método de Aferição
Índice de aproveitamento de imagens (diurno)	Percentual de imagens válidas sobre o total de imagens capturadas (exceto descartadas)	80%	Amostragem mensal
Índice de aproveitamento de imagens (noturno)	Percentual de imagens válidas sobre o total de imagens capturadas (exceto descartadas)	90%	Amostragem mensal
Latência campo-Central (infrações)	Tempo entre a captura da infração e a disponibilização na Central	60 (sessenta) minutos	Logs do sistema
Precisão da classificação veicular	Percentual de acerto na categorização automática de veículos	90%	Amostragem estatística trimestral

1.1.30.2. Para cada indicador de disponibilidade, será apurada mensalmente a média ou o percentual alcançado, por equipamento ou serviço, conforme a metodologia indicada.

1.1.30.3. O descumprimento das metas estabelecidas sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades, aplicáveis cumulativamente quando houver violação de mais de um indicador no mesmo mês:

Indicador	Descumprimento até 5% abaixo da meta	Descumprimento entre 5% e 15% abaixo da meta	Descumprimento superior a 15% abaixo da meta
Disponibilidade de equipamentos de campo	Desconto de 3% sobre o valor mensal do equipamento	Desconto de 10% sobre o valor mensal do equipamento	Desconto de 25% + suspensão da medição até regularização

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 85**

Indicador	Descumprimento até 5% abaixo da meta	Descumprimento entre 5% e 15% abaixo da meta	Descumprimento superior a 15% abaixo da meta
Disponibilidade da Plataforma de Sistema de Gestão de Mobilidade Urbana Inteligente	Desconto de 2% sobre o valor mensal do contrato	Desconto de 8% sobre o valor mensal do contrato	Desconto de 20% + abertura de processo administrativo
Disponibilidade dos links de comunicação	Desconto de 3% sobre o valor mensal do link	Desconto de 10% sobre o valor mensal do link	Desconto de 25% sobre o valor mensal do link
Prazo para manutenção corretiva (urgente)	Multa de R\$ 500,00 por ocorrência	Multa de R\$ 1.000,00 por ocorrência	Multa de R\$ 2.000,00 + contagem em dobro para próxima ocorrência
Prazo para manutenção corretiva (normal)	Multa de R\$ 200,00 por ocorrência	Multa de R\$ 500,00 por ocorrência	Multa de R\$ 1.000,00 por ocorrência
Prazo para substituição por vandalismo/furto	Multa de R\$ 300,00 por ocorrência	Multa de R\$ 700,00 por ocorrência	Multa de R\$ 1.500,00 por ocorrência
Índice de aproveitamento de imagens	Desconto proporcional à diferença apurada	Desconto proporcional em dobro	Desconto proporcional em triplo + notificação

1.1.30.4. Para os índices de aproveitamento de imagens, o desconto proporcional será calculado pela fórmula:

$$\text{Desconto} = (\text{Meta (\%)} - \text{Índice Aferido (\%)}) / \text{Meta (\%)} \times \text{Valor Mensal do Equipamento"}$$

1.1.30.5. As multas e descontos serão aplicados mediante notificação prévia à CONTRATADA, garantido o contraditório e a ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 86

1.1.30.6. O descumprimento reiterado das metas de disponibilidade por 3 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) meses alternados, para um mesmo equipamento ou serviço, configurará falha grave e poderá ensejar a rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.1.30.7. A CONTRATADA deverá fornecer acesso contínuo a sistema de monitoramento que permita à CONTRATANTE acompanhar em tempo real os indicadores de disponibilidade, com emissão automática de relatórios mensais consolidados.

1.1.31. Manutenção Evolutiva e Atualizações Tecnológicas

1.1.31.1. Durante toda a vigência contratual, a CONTRATADA deverá fornecer, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, todas as atualizações corretivas e evolutivas dos softwares, firmwares e sistemas integrantes da solução, incluindo:

- correções de bugs, falhas de segurança e vulnerabilidades identificadas;
- atualizações para compatibilidade com novas versões de navegadores, sistemas operacionais e protocolos de comunicação;
- adaptações decorrentes de alterações normativas (resoluções do CONTRAN, portarias do INMETRO, SENATRAN, ANATEL, alterações nos layouts do SERPRO, etc.);
- novas versões de algoritmos de inteligência artificial (detecção de infrações, classificação veicular, OCR) que apresentem melhoria comprovada de desempenho.

1.1.31.2. A CONTRATADA deverá manter plano de evolução tecnológica da solução, a ser apresentado anualmente à CONTRATANTE, contendo:

- roteiro de atualizações previstas para os 12 (doze) meses seguintes;
- impacto operacional e eventuais indisponibilidades programadas (janelas de manutenção);
- melhorias esperadas em termos de precisão, desempenho ou novas funcionalidades.

1.1.31.3. As atualizações não poderão implicar redução das funcionalidades existentes, perda de dados históricos ou aumento dos prazos de inatividade previstos no SLA.

1.1.31.4. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos as atualizações que exijam indisponibilidade programada, indicando data, horário, duração estimada e justificativa técnica, sendo vedada a realização de manutenções programadas em horários de pico (07h às 10h e 17h às 20h em dias úteis), exceto em caso de urgência comprovada.

1.1.31.5. O descumprimento da obrigação de manutenção evolutiva, especialmente quando resultar em desatualização tecnológica que impeça o atendimento à legislação superveniente,



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 87

sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas no item 1.1.31, além de caracterizar inexecução parcial do contrato.

1.1.32. Plano de Transição, Desmobilização e Sucessão Contratual

1.1.32.1. Ao término da vigência contratual, por qualquer motivo (exaurimento do prazo, rescisão, ou decisão da CONTRATANTE por não prorrogação), a CONTRATADA deverá executar o Plano de Transição e Desmobilização, assegurando a continuidade dos serviços públicos de fiscalização e monitoramento de trânsito sem solução de continuidade.

1.1.32.2. O Plano de Transição e Desmobilização deverá ser apresentado pela CONTRATADA à CONTRATANTE no prazo de até 90 (noventa) dias antes do término previsto do contrato, ou no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação de rescisão, contendo, no mínimo:

- cronograma detalhado das atividades de transição;
- procedimentos para extração, validação e entrega de todos os dados e registros históricos;
- especificação dos formatos de entrega dos dados (abertos, legíveis por máquina e com documentação);
- plano de suporte à migração para novo prestador ou para a própria CONTRATANTE;
- responsabilidades sobre ativos de infraestrutura eventualmente incorporados ao patrimônio municipal.

1.1.32.3. A CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE, em até 30 (trinta) dias após o término contratual, todos os bancos de dados históricos gerados durante a execução do contrato, incluindo, mas não se limitando a:

- registros de infrações (AITs) com respectivas imagens e metadados;
- dados de fluxo veicular, classificação e velocidade (séries históricas completas);
- logs de operação do sistema, incluindo consultas por placa, acessos de usuários, manutenções e eventos de segurança;
- configurações dos equipamentos, parâmetros operacionais e calibrações;
- relatórios gerenciais e estatísticos já produzidos.

1.1.32.4. Os dados deverão ser entregues em formatos abertos e amplamente adotados, conforme a seguinte tabela:

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 88**

Tipo de Dado	Formato Exigido	Observações
Registros de infrações (AIT)	CSV/JSON + imagens em JPEG/PNG	Com esquema de dados documentado
Dados de fluxo e velocidade	CSV, Parquet ou JSON	Com granularidade original (mínimo 5 minutos)
Logs de consulta por placa	CSV ou JSON	Inalteráveis, com timestamp e identificação do operador
Vídeos de monitoramento	MP4 (H.264)	Apenas clipes de eventos, se armazenados
Configurações e parâmetros	JSON, XML ou YAML	Com documentação descritiva

1.1.32.5. A CONTRATADA deverá fornecer, gratuitamente, suporte técnico à migração por um período mínimo de 90 (noventa) dias após o término contratual, incluindo:

- esclarecimento de dúvidas sobre a estrutura e o conteúdo dos dados entregues;
- auxílio na validação da integridade e consistência dos dados migrados;
- disponibilização de scripts ou ferramentas auxiliares para leitura e conversão dos dados, se necessário.

1.1.32.6. A CONTRATADA não poderá reter, copiar, transferir ou manter consigo quaisquer dados da CONTRATANTE após o término do período de suporte à migração, devendo comprovar a eliminação segura de todas as informações armazenadas em seus sistemas, incluindo backups e mídias de armazenamento, mediante apresentação de termo de destruição ou certificado de eliminação segura emitido por terceiro idôneo.

1.1.32.7. Em caso de rescisão contratual por descumprimento da CONTRATADA, esta será responsável por todos os custos do plano de transição e desmobilização, incluindo, se necessário, a contratação emergencial de terceiros para assegurar a continuidade dos serviços.

1.1.32.8. O descumprimento das obrigações previstas neste item sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, incluindo multa de até 10% (dez por cento) do valor



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 89

total do contrato, além de responsabilização por perdas e danos em caso de interrupção dos serviços públicos de fiscalização.

2. DESCRIÇÃO COMPLETA DA SOLUÇÃO TÉCNICA

2.1. Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, com base na Lei 14.133/2021

2.2. As especificações técnicas contidas no presente documento, inclusive quanto ao detalhamento, requisitos, características, e quantitativos do objeto da contratação, foram definidos por este(s) setor(es) demandante(s), com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público, do qual está identificado no final e aprova o presente instrumento e seus anexos.

2.3. Os serviços prestados pela empresa contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela Prefeitura.

2.4. A empresa contratada deverá cumprir rigorosamente as legislações ambientais nas esferas Federal, Estadual e Municipal em vigor.

2.5. A empresa contemplada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro de pessoas envolvidas com o manuseio de ferramentas, instrumentos, equipamentos e inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho.

2.6. Implantação dos Equipamentos:

2.6.1. Os equipamentos de fiscalização eletrônica e vídeo monitoramento deverão ser fornecidos e instalados em locais a serem indicados pela Prefeitura, conforme determinado no item identificado como Localização de Equipamentos constante no Termo de Referência do Edital;

2.6.2. Ficará por conta da contratada o fornecimento de todo o material necessário à instalação dos serviços e produtos objeto deste Termo de Referência. Também é responsabilidade da contratada preparar os locais de instalação dos equipamentos, executando todas as obras de infraestrutura necessárias, a sinalização de acordo com as normas vigentes e especificações e o fornecimento e custeio da energia elétrica necessária para a operação dos equipamentos;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 90

2.6.3. As empresas deverão prever e considerar inclusos em sua proposta de preços os custos e as condições necessárias para realização das obras civis, instalação dos produtos e serviços nos horários, inclusive fora do expediente normal de trabalho abrangendo o horário noturno e finais de semana, ficando explícito que se comprometem a restaurar os locais objeto das realizações das obras civis, nas mesmas condições antes encontradas, de acordo com o prazo determinado pela Prefeitura.

2.7. Manutenção dos Equipamentos e Sistemas:

2.7.1. Durante o prazo contratual, a empresa prestará serviços de assistência técnica aos equipamentos, serviços e sistemas, efetuando manutenção preventiva e corretiva, sem ônus adicionais que garantam a continuidade da prestação dos serviços;

2.7.2. Entende-se por manutenção preventiva a série de procedimentos diários destinados a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos dos equipamentos, serviços e sistemas, conservando-os em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas;

2.7.3. A contratada deverá estabelecer rotina de manutenção preventiva visando a operação ininterrupta dos equipamentos, ou seja, os equipamentos devem estar em completa funcionalidade durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia;

2.7.4. Por ocasião da manutenção preventiva a contratada deverá verificar se as placas de sinalização estão em perfeito estado, promovendo-se a limpeza ou substituição/reparo por eventuais pichações, vandalismos ou danificações;

2.7.5. Entende-se por manutenção corretiva a série de procedimentos destinados a recolocar os equipamentos, serviços e sistema sem seu perfeito estado de uso, compreendendo inclusive substituições de peças, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas;

2.7.6. A manutenção corretiva será realizada sempre que solicitada pela Prefeitura, ou quando da detecção, pela contratada, de alguma anomalia no funcionamento do equipamento, serviço ou sistema, inclusive nos finais de semana e feriados;

2.7.7- Relatório com as ocorrências de anomalias e com as justificativas sobre os fatores geradores dos defeitos, sua gravidade e possibilidade de reparos deverá ser apresentado à Prefeitura que poderá, após a análise, solicitar a imediata substituição do equipamento em pane, de modo a garantir a continuidade dos serviços;

2.7.8. Ressaltamos que a contratação do serviços será realizada nos termos estipulados neste documento, no Termo de Referência e Edital.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 91

3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

3.1. Certidão atualizada de registro ou inscrição da licitante e de seu(s) Responsável(eis) Técnico(s) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, com validade na data do recebimento dos documentos e habilitação.

3.2. Capacidade Técnico-Profissional: Apresentação de profissional(is) graduado(s) em nível superior e devidamente registrado(s) na entidade profissional competente, acompanhada de cópia da carteira profissional ou da ficha de registro de empregados da empresa licitante, contrato de trabalho em caso de profissional autônomo, ou, ainda, por declaração de futura contratação do profissional, desde que acompanhada de declaração expressa de anuência do referido profissional.

3.2.1. No caso de o profissional técnico integrar o contrato social da empresa licitante, tal comprovação poderá ser feita através de cópia do documento que comprove a sua qualificação e habilitação profissional.

3.2.2. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma do regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

3.3. Capacidade Técnico-Operacional: Apresentação de certidão(ões) ou atestado(s) que demonstre(m) capacidade operacional na execução de serviços similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação. As parcelas de maior relevância técnica e/ou valor significativo do objeto licitado estão discriminados no quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE MÍNIMA
Radar de Velocidade Fixo tipo Intrusivo	Faixa	18
Radar de Velocidade Fixo tipo Não Intrusivo	Faixa	7
Radar de Semáforo Vermelho com velocidade	Faixa	12
Barreira Eletrônica (lombada eletrônica)	Faixa	3
Sistema de Monitoramento de Tráfego (Câmeras)	Unid.	15
Sistema contendo licença do Sistema de Gestão de Mobilidade Urbana Inteligente com integração de todos os equipamentos/elementos que envolvem a mobilidade de trânsito	Sistema	1



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 92

3.4. As quantidades exigidas acima correspondem a 50% das quantidades previstas na Planilha Orçamentaria, nos termos do § 2º do Art. 67 da Lei Nº 14.133/2021 que trata da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

3.5. A comprovação da capacitação técnico-operacional acima referida deverá ser realizada por meio da apresentação dos seguintes documentos:

3.6. Atestado(s) fornecido(s) por Pessoa(s) Jurídica(s) de Direito Público ou Privado, em nome da empresa licitante, devidamente registrado na entidade profissional competente, e/ou;

3.7. No caso de consórcio, a qualificação técnica poderá ser comprovada por uma das empresas e/ou através da soma dos atestados das empresas que compõem o consórcio, utilizando-se para isso, quantos atestados forem necessários.

3.8. Declaração de Responsabilidade Técnica, indicando o(s) Responsável(is) Técnico(s), devidamente registrado(s) no CREA/CAU, conforme Anexo III;

3.9. Os profissionais técnicos utilizados pela empresa licitante para fins de habilitação deverão participar diretamente da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por outros profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela PMMC.

3.10. Indicação das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação;

3.11. Declaração de que a empresa licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

3.12. As empresas/consórcios deverão apresentar Declaração formal, nos termos dispostos nos §2º e §3º do Art. 63 da Lei 14.133/2021, informando que possui conhecimento de todas as dificuldades para a realização do contrato e que possíveis dificuldades já estão previstas nos preços propostos.

3.13. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

3.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

3.15. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 93

3.16. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

4. DA PROVA DE CONCEITO/ AMOSTRA

4.1. Amostras a serem entregues pela empresa classificada em primeiro lugar e testes de aceitação.

4.1.1. A Prova de Conceito (PoC) fundamenta-se no Art. 41, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, consistindo na apresentação de amostras ou demonstração de métodos de execução pelo licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar. O procedimento visa a realização de testes técnicos para verificar a plena compatibilidade da solução ofertada com as especificações e requisitos de desempenho estabelecidos neste Termo de Referência.

4.1.2. Sobre a Prova de Conceito, antes de declarar a licitante vencedora do processo licitatório, a licitante (com menor preço ofertado) deverá realizar uma demonstração para avaliação técnica na Prefeitura, a fim de que possa avaliar se os equipamentos/soluções que estão sendo ofertados atendem a todas as exigências/requisitos técnicos obrigatórios constantes do Termo de Referência do Edital.

4.1.3. Encerrada a fase de lances, a sessão pública do pregão será suspensa pelo(a) Pregoeiro(a), iniciando-se imediatamente a contagem do prazo previsto para a entrega das amostras.

4.1.4. As amostras deverão ser apresentadas somente pelo detentor da melhor proposta, atendendo às prerrogativas do Termo de Referência, que serão analisadas pela equipe técnica da unidade requisitante – Administração, a qual emitirá parecer de aprovação ou reprovação, quanto à qualidade e a adequação das características às especificações técnicas descritas no edital.

4.1.5. O agendamento deverá ser efetuado até o 2º dia útil anterior a data de entrega das amostras pelo fone 11 4233-8920, e entrega na Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, 2º andar - Sala Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito.

4.1.6. As amostras deverão obedecer todas às especificações constantes neste Termo de Referência, sob pena de reprovação, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis após a suspensão da sessão pública do pregão, podendo ser prorrogado por igual período, mediante pedido feito pela licitante, devidamente justificado."

4.1.7. A execução da análise e testes das amostras (equipamentos) apresentadas, garantem ao Município a possibilidade de comprovar suas funcionalidades e eficiência técnica.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 94

4.1.8. Desta forma, serão realizados testes em escala real com o monitoramento da funcionalidade, operacionalidade e resultado das simulações nas vias do município.

4.1.9. A licitante que deixar de cumprir este item será desclassificada, e convocada a próxima licitante melhor classificada. Os mesmos procedimentos serão realizados até não existir mais licitante classificada.

4.2. QUANTIDADES DE EQUIPAMENTOS PARA A PROVA DE CONCEITO:

4.2.1. Radar de Velocidade do Tipo Fixo, com sistema de detecção do tipo intrusivo ou não intrusivo: 01 unidade;

4.2.2. Radar de Semáforo Vermelho com velocidade: 01 unidade;

4.2.3. Registrador de controle de tráfego de veículos em locais restritos (Piezo Elétrico): 01 unidade;

4.2.4. Talonário Eletrônico com impressora mobile: 01 unidade;

4.2.5. Câmera PTZ: 01 unidade.

4.2.6. Documentações dos equipamentos e sistemas (no que couber):

4.2.6.1. Junto com as amostras a licitante deverá entregar toda a documentação necessária para comprovar a regularidade de aprovação e uso dos equipamentos e sistemas, principalmente quanto a:

4.2.6.2. Portarias de aprovações dos equipamentos e sistemas emitidas pelo INMETRO ou outras entidades, quando for o caso, que atendam as legislações vigentes;

4.2.6.3. Manuais Técnicos dos produtos ofertados ou documentos equivalentes, indicando todas as suas características. Essas características serão analisadas conforme as especificações contidas no Termo de Referência.

4.3. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS ENTREGUES:

4.3.1. Radar de velocidade tipo fixo:

a) A empresa deverá instalar o radar em uma via com duas faixas de rolamento, sendo cada faixa em um sentido de direção, a ser determinada pela equipe técnica, para tanto a empresa deverá fornecer junto com o equipamento todos os periféricos necessários, tais como colunas, iluminadores, detectores e etc. As despesas serão de responsabilidade da licitante;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 95

- b) O equipamento deverá ficar operando por um período de 48 horas sem interrupção;
- c) O radar deverá ter seu limite de captura de velocidade ajustado para 37 Km/h, temporariamente e restrito ao período de testes, para que se tenha maior quantidade de infrações simuladas;
- d) Serão verificadas todas as funções descritas no termo de referência.

Observação: Será desclassificada a empresa que não atender as especificações contidas neste edital e seus anexos, e que não apresentar provas visuais no período máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após o encerramento dos testes.

4.3.2. Radar de Semáforo Vermelho com Velocidade;

4.3.2.1. Os procedimentos que serão ser adotados nos testes são os seguintes:

4.3.2.1.1. A licitante deverá instalar o radar em um cruzamento com duas faixas de rolamento a ser determinada pela equipe técnica, para tanto a empresa deverá fornecer junto com o equipamento todos os periféricos necessários, tais como colunas, iluminadores, detectores e etc. As despesas serão de responsabilidade da licitante.

4.3.2.1.2. O equipamento deverá ficar operando por um período de 48 horas sem interrupção.

4.3.2.1.3. O radar deverá ter seu limite de captura de velocidade ajustada para 37 Km/h, **temporariamente e restrito ao período de testes**, para que se tenha maior quantidade de infrações simuladas.

4.3.2.1.4. O tempo de disparo para detecção do vermelho deverá ser ajustado para “0” segundos;

4.3.2.1.5. Serão verificadas todas as funções descritas no termo de referência.

Observação: Será desclassificada a licitante que não atender as especificações contidas neste edital e seus anexos, e que não apresentar provas visuais no período máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após o encerramento dos testes.

4.3.3. Registrador de controle de tráfego de veículos em locais restritos

4.3.3.1. Prova de Conceito / Teste Operacional

Com o objetivo de comprovar a aderência técnica da solução ofertada, a licitante classificada em primeiro lugar deverá submeter o sistema a teste operacional nas condições abaixo estabelecidas.

4.3.3.2. Instalação



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 96

A licitante deverá instalar, em local previamente definido pela equipe técnica da Administração, solução completa e plenamente funcional, incluindo todos os equipamentos, dispositivos, acessórios, infraestrutura complementar e recursos necessários ao seu funcionamento.

Todas as despesas relativas à instalação, operação, manutenção durante o teste e posterior desinstalação correrão por conta da licitante.

4.3.3.3. Período de Operação

O sistema deverá operar de forma contínua e ininterrupta por período mínimo de 48 (quarenta e oito) horas consecutivas, demonstrando estabilidade, confiabilidade e integridade dos dados coletados.

4.3.3.4. Escopo do Monitoramento

Durante o período de teste, o sistema deverá monitorar, no mínimo, uma faixa de rolamento da via indicada, realizando:

Detecção da passagem de veículos;

Captura de imagens;

Classificação veicular;

Registro e armazenamento das informações coletadas.

4.3.3.5. Funcionalidades Obrigatórias

O sistema deverá executar automaticamente, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

a) Identificação da presença e passagem de veículos por faixa de rolamento;

b) Captura de imagem da placa veicular com qualidade suficiente para leitura automática (OCR), em condições diurnas e noturnas;

c) Captura de imagem contextual ou panorâmica do veículo, permitindo sua caracterização;

d) Identificação da quantidade de eixos;

e) Identificação da existência de rodagem simples ou dupla, quando aplicável;

f) Classificação automática dos veículos conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência;

g) Registro de data, hora e identificação da faixa monitorada;

h) Geração de relatórios estatísticos de fluxo veicular por faixa de rolamento.

4.3.3.6. Desempenho Mínimo

Durante o teste operacional, a solução deverá demonstrar:

Estabilidade operacional durante todo o período de teste;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 97

Correta sincronização entre detecção, captura de imagem e registro de dados;

Integridade e rastreabilidade das informações coletadas.

A Administração poderá aferir a consistência das classificações e leituras realizadas, comparando-as com registros de conferência manual.

4.3.3.7. Documentação Técnica

A licitante deverá apresentar documentação técnica contendo:

Descrição detalhada da solução ofertada;

Especificações técnicas dos equipamentos e dispositivos;

Metodologia de funcionamento;

Procedimentos de coleta e armazenamento de dados;

Descrição do processo de classificação veicular.

4.3.3.8. Tabela de Composição das Categorias:

Categoria	Descrição	Quantidade de Eixos
CAT 1	Veículos Passeio	2
CAT 2	Ônibus e Caminhão de dois eixos	2
CAT 3	Ônibus (tribus) e caminhão de três eixos	3
CAT 4	Caminhão de quatro eixos	4
CAT 5 ou superior	Caminhão de cinco eixos ou mais	5 ou mais

4.3.3.8.1. O sistema deverá permitir a programação do tipo de Categoria que poderá circular pelas vias restritas, bem como a faixa de horário e os dias da semana.

Observação: Será desclassificada a licitante que não atender as especificações contidas neste edital e seus anexos, e que não apresentar provas visuais no período máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após o encerramento dos testes.

4.3.3.8.2. Emissor Eletrônico de Multas (Talão eletrônico de infrações de trânsito) com todos os periféricos necessários.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 98

4.3.3.8.2.1. Os testes serão realizados mediante apresentação de Emissor Eletrônico de Multas (Talonário Eletrônico) com impressora e sistemas para simulação de todas as funcionalidades descritas no Termo de Referência.

4.3.3.8.3. Notebook ou PC Desktop contendo o sistema de processamento

4.3.3.8.3.1. Será realizada a verificação DE TODOS OS ITENS EXIGIDOS do sistema de processamento.

4.3.3.8.3.2. A licitante deverá comprovar sua capacidade de atendimento ao objeto licitado, demonstrando por completo e com o sistema em funcionamento todas as funcionalidades dos Softwares;

4.3.3.8.3.3. O software de talonário eletrônico e sistema deverão ser demonstrados e integrados em funcionamento nos equipamentos ofertados;

4.3.3.8.3.4. A licitante será responsável por todo o ambiente necessário para realização da demonstração, sendo sua responsabilidade a preparação do ambiente para simulação do atendimento a todos os requisitos do edital, para tanto poderá simular dados, arquivos e outros elementos que possibilitem a demonstração do atendimento ao requisito;

4.3.3.8.3.5. A licitante poderá realizar as manutenções que julgar necessárias, desde que essas não configurem uma situação irreal do estado de regime operacional;

4.3.3.8.3.6. Demonstrado pela licitante o atendimento aos requisitos exigidos, todos os sistemas e equipamentos utilizados durante a demonstração deverão ser entregues a comissão técnica para que sejam realizados os testes em campo no caso da solução de talonário eletrônico e simulações em ambiente de produção nos demais sistemas.

4.3.3.8.3.7. Para tanto deverão ser configurados e mantidos em ambiente de demonstração sendo todas as informações de acesso fornecidas a comissão. Os sistemas e equipamentos utilizados na demonstração ficarão em poder da comissão pelo prazo de cinco dias úteis para que sejam realizados os testes;

4.3.3.8.3.8. Concluídas as demonstrações e testes, a Comissão Especial de Análise emitirá relatório comprovando ou não o atendimento das especificações obrigatórias.

4.3.3.8.4. Da câmera de monitoramento

4.3.3.8.4.1. Os procedimentos que deverão ser adotados nos testes são os seguintes:

4.3.3.8.4.2. A licitante deverá instalar uma câmera PTZ completa em um poste ou ponto de apoio em via pública a ser determinado pela equipe técnica, para tanto a empresa deverá fornecer



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 99

junto com o equipamento todos os periféricos necessários, tais como câmera, gabinete externo, nobreak, poste ou suporte adequado, e link de comunicação. As despesas serão de responsabilidade da licitante.

4.3.3.8.4.3. O equipamento deverá ficar operando por um período de 48 horas sem interrupção, integrado à um computador ou notebook, devidamente instalado da Secretaria de Mobilidade e Trânsito.

4.3.3.8.4.4. A câmera deverá ter seu zoom óptico ajustado para a máxima aproximação (ex.: 30x) para validação de sua capacidade de identificação.

4.3.3.8.4.5. Serão verificadas todas as funções descritas no termo de referência, em especial:

4.3.3.8.4.5.1. Identificação de Placas: Durante o período de teste, a equipe técnica realizará, em horários pré-definidos (dia e noite), tentativas de identificação da placa de um veículo de apoio parado e em movimento. A câmera deve permitir a leitura clara da placa em pelo menos 80% das tentativas.

4.3.3.8.4.5.2. Controle PTZ e Presets: Deve ser possível, a partir da Central, controlar os movimentos da câmera (pan, tilt, zoom) com fluidez, programar e acessar com precisão pelo menos 03 (três) posições de preset (Ponto de Observação Preferencial - POP).

4.3.3.8.4.5.3. Qualidade de Imagem em Condições Adversas: A imagem deve manter qualidade visual aceitável, sem ofuscamento total, em situações de contraluz (fim de tarde) e durante a noite (com infravermelho ativo).

4.3.3.8.4.5.4. Integração com o Sistema Central (VMS): A câmera deve ser visualizada, controlada e gravada a partir dos softwares e monitores da Central, sem necessidade de softwares ou interfaces adicionais.

4.3.3.8.4.5.5. Estabilidade do Link: A transmissão de vídeo deve manter-se estável durante as 48 horas, sem quedas prolongadas que impeçam a visualização.

Observação: Será desclassificada a licitante que não atender as especificações contidas neste edital e seus anexos, que não apresentar provas visuais (vídeos e imagens capturadas durante o teste) no período máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o encerramento dos testes, ou cuja câmera não atingir o percentual mínimo de 80% de sucesso na identificação de placas.

4.3.3.8.4.5.6. Deverá ser contemplada a captura das imagens veiculares por afastamento.

4.3.3.8.4.5.7. Caso a licitante observe que necessitará de algum item adicional para comprovação da conformidade da solução com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, deve responsabilizar-se pela disponibilização deste item dentro do prazo previsto.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 100**4.4. Premissas para as demonstrações:**

4.4.1. A licitante deverá demonstrar de forma prática, a capacidade de atendimento a todas as funcionalidades solicitadas nos itens e subitens deste termo de referência.

4.4.2. Os testes funcionais da solução, avaliarão se a solução proposta atende ao solicitado conforme requisitos técnicos especificados no Termo de Referência do Edital;

4.4.3. Ao final dos testes será emitido relatório de aprovação da solução baseada nos resultados dos testes realizados. A assinatura do contrato dependerá da aprovação.

4.4.4. Sua não aprovação acarretará a automática desclassificação da licitante.

4.4.5. As provas visuais poderão ser apresentadas em formatos digitais usualmente utilizados no mercado, tais como MP4, AVI, MOV, JPG, JPEG ou PNG, admitindo-se resolução compatível com a perfeita identificação das funcionalidades testadas e dos resultados obtidos;

4.4.6. A entrega deverá ocorrer preferencialmente por meio eletrônico, mediante disponibilização em mídia digital, link para armazenamento em nuvem ou outro meio definido pela Comissão Técnica no ato da realização da PoC;

4.4.7. Caso o material apresentado esteja ilegível, corrompido, incompleto ou tecnicamente inapto à aferição dos resultados efetivamente obtidos durante os testes, a Comissão Técnica poderá solicitar complementação ou reapresentação, desde que não implique alteração do conteúdo originalmente produzido durante a PoC, observados os princípios da isonomia, razoabilidade e vinculação ao instrumento convocatório.

4.4.8. Ressalta-se, ainda, que a avaliação técnica da PoC não se limitará exclusivamente às provas visuais posteriormente entregues, sendo considerados, de forma conjunta, os registros produzidos durante os testes presenciais, as constatações realizadas pela Comissão Técnica e os relatórios operacionais eventualmente emitidos pelos sistemas avaliados.

5. DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

5.1. Declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação, e que possíveis dificuldades já estão previstas nos preços propostos, conforme anexo IV.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 101

6.1. A CONTRATADA deverá se comprometer a manter o mais absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos que a ela venham a ser confiados ou que venha a ter acesso em razão da prestação dos serviços, mediante instrumento formal assinado por cada um de seus funcionários, responsabilizando-se civil e criminalmente por possíveis vazamentos de informações.

6.2. Todos os sistemas deverão observar as normas de segurança da informação, proteção de dados pessoais e legislação aplicável, incluindo a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

6.3. A Prefeitura será o único detentor da propriedade intelectual e física das informações, documentos e dados produzidos pela CONTRATADA a partir da execução destes serviços.

6.4. Nenhuma parte dos documentos produzidos ou informação neles constante poderá ser vendida, cedida, publicada, reutilizada ou doada pela CONTRATADA.

6.5. Será de total e completa responsabilidade da CONTRATADA a divulgação ou o uso indevido de qualquer informação pertinente a Prefeitura.

6.6. Caso se verifique a quebra de sigilo das informações disponibilizadas pela Prefeitura, serão aplicadas à CONTRATADA as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais cominações legais.

6.7. Por razões de segurança, o acesso ao recinto de tratamento e digitalização dos documentos deve ter controle de chaves e ficar restrito a pessoas formalmente autorizadas.

6.8. Os empregados da empresa CONTRATADA deverão identificar-se sempre que acessar as dependências da Prefeitura, aceitando todos os procedimentos e regulamentos de segurança e conduta estabelecidos.

6.9. Os períodos de operação poderão ser ajustados mediante Ordem de Serviço, sem alteração do objeto contratual.

7. CERTIFICAÇÃO

7.21. Certificamos que este documento atende integralmente aos requisitos previstos nas alíneas do inciso XXIII do art. 6º e nos incisos do § 1º do art. 40 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021. A contratação está em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, com a RDC ANVISA nº 665/2022 e demais normas correlatas de engenharia clínica e metrologia legal.”

Mogi das Cruzes, em 11 de junho de 2026.

FELÍCIO FUMIAKI KAMIYAMA

Secretário Municipal de Mobilidade e Trânsito



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 102

ANEXO II
MODELO - PROPOSTA DE PREÇOS

À

PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES

Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, nº 277 - 1º andar
Mogi das Cruzes - São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026

PROCESSO PMMC Nº 429/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE APOIO, PLANEJAMENTO, GERENCIAMENTO E SUPERVISÃO EM ENGENHARIA DE TRÁFEGO, COM FOCO NA GESTÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMAS INTELIGENTES DE TRÂNSITO, ABRANGENDO O FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DA CENTRAL DE MOBILIDADE E TRÂNSITO, FORNECENDO SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES.

PREZADOS SENHORES:

Apresentamos e submetemos à apreciação de Vs. Sas, nossa Proposta de Preços relativa à licitação em referência, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na sua preparação.

O valor global de nossa proposta é de R\$... (valor por extenso), conforme Planilha de Preços abaixo:

Item	Descrição	UNID	QUANT. MENSAL/ ANUAL		PREÇO MENSAL UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1. LOCAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO						
1.1	Medidor de Velocidade Fixo com OCR não intrusivo	FAIXA	14	168		
1.2	Medidor de Velocidade Fixo com OCR intrusivo	FAIXA	36	432		
1.3	Equipamento não metrológico de detecção de Avanço de Semáforo Vermelho e Medidor de Velocidade com OCR	FAIXA	25	300		
1.4	Barreira Eletrônica Educativa (Lombada Eletrônica) com OCR	FAIXA	7	84		
1.5	Sistema de Controle de Tráfego de Veículos em locais restritos (Zona Máxima de Restrição) com OCR	FAIXA	8	96		

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 103**

1.6	Emissor Eletrônico de Multas (Talão Eletrônico de Infrações de Trânsito)	UNID	58	696		
1.7	Sistema contendo licença Sistema de Gestão de Mobilidade Urbana Inteligente com integração de todos os equipamentos/elementos que envolvem a mobilidade de trânsito	SISTEMA	1	12		
2. SISTEMA DE ANÁLISE						
2.1	Sistema de Fluxo Veicular online	CONJ.	1	12		
3. AMBIENTE DE MONITORAMENTO / CENTRAL DE MOBILIDADE E TRÂNSITO						
3.1	Servidor de Videomonitoramento (VMS)	Unid.	1	12		
3.2	Gerenciador Gráfico	Unid.	1	12		
3.3	Estação de Trabalho	Unid.	3	36		
3.4	Mesa Controladora	Unid.	3	36		
3.5	Mesa ou Estação de Trabalho (Auxiliar)	Unid.	3	36		
3.6	Cadeira ergonômica giratória	Unid.	3	36		
3.7	Monitor Led 23"	Unid.	6	72		
3.8	Display para Videowall	Unid.	6	72		
3.9	Suporte de parede para Display 55"	Unid.	6	72		
3.10	Painel em MDF	Unid.	1	12		
3.11	Ar-condicionado	Unid.	1	12		
3.12	Switch Gigabit 24 portas	Unid.	2	24		
3.13	Firewall Appliances	Unid.	1	12		
3.14	Licença do software VMS	Unid.	30	360		
3.15	Nobreak 1200VA	Unid.	3	36		
3.16	Nobreak 3kVA	Unid.	2	24		
3.17	Rack 42U	Unid.	1	12		
3.18	Link de Dados 100Mbps	Unid.	1	12		
3.19	Link de Internet 200Mbps	Unid.	1	12		
3.20	Instalação e manutenção do Ambiente	Unid.	1	12		
3.21	Mão de Obra especializada in-loco	Posto	3	36		
3.22	Impressora a Laser colorida - Multifuncional	Unid.	1	12		
3.23	Notebook	Unid.	2	24		
3.24	Scanner A4 – 600 dpi	Unid	2	24		
4. SISTEMA DE MONITORAMENTO DE TRÁFEGO						
4.1	Câmera PTZ	UNID	30	360		



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 104

4.2	Armário de Equipamentos	UNID	30	360		
4.3	Nobreak 1200VA (mesma especificação do item 3.15)	UNID	30	360		
4.4	Poste de aço galvanizado 15m-20m c/ braço	UNID	30	360		
4.5	Link de dados de 10Mbps	UNID	30	360		
4.6	Instalação e manutenção dos equipamentos	UNID	30	360		
VALOR TOTAL UN / MENSAL						
VALOR ANUAL					R\$	
VALOR GLOBAL					R\$	

DADOS BANCÁRIOS: _____

DECLARAMOS QUE:

- nos preços unitários por nós cotados e constantes da PLANILHA DE CUSTOS, levamos em consideração todos os custos diretos e indiretos para a perfeita e satisfatória execução dos serviços objetivados neste Edital, bem como as despesas com fornecimento de materiais e equipamentos, mão de obra especializada, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, logística, mobilização e desmobilização de equipes, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para execução total e completa dos serviços, bem como nosso lucro, conforme projetos e especificações constantes deste Edital, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES.

- nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

- utilizaremos os equipamentos e as equipes técnicas e administrativas que forem necessários para a perfeita e completa execução dos serviços, comprometendo-nos a substituir ou aumentar as quantidades dos mesmos, desde que assim o exija a fiscalização da PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES.

- na execução dos serviços, observaremos rigorosamente as recomendações especificações da planilha de orçamento estimada pela PREFEITURA e as disposições da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como as instruções da fiscalização da PREFEITURA, assumindo

Prefeitura de Mogi das Cruzes

Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, Centro Cívico, Mogi das Cruzes



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 105

integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos.

- os serviços objetivados serão executados dentro dos prazos previstos no Edital e Termo de Referência

- prazo de validade da proposta é de ... dias (mínimo 90 (noventa) dias) contados da data da sessão de envio das propostas.

DADOS PARA ELABORAÇÃO DE EVENTUAL CONTRATO:

Da Empresa	Do responsável pela assinatura do contrato
<ul style="list-style-type: none">• Nome• Endereço completo• Filial representante (se houver)• CNPJ• Inscrição Estadual• E-mail• Telefone(s)	<ul style="list-style-type: none">• Nome• Nacionalidade• Estado Civil• Cargo• CPF• RG (nº e órgão expedidor)• Data de nascimento• Endereço residencial completo• E-mail institucional• E-mail pessoal• Telefone(s)

Atenciosamente

Nome do signatário, função na empresa, assinatura, RG. e CPF.



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 106

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

À

PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES

Avenida Ver. Narciso Yague Guimarães nº 277

Mogi das Cruzes – SP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE APOIO, PLANEJAMENTO, GERENCIAMENTO E SUPERVISÃO EM ENGENHARIA DE TRÁFEGO, COM FOCO NA GESTÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMAS INTELIGENTES DE TRÂNSITO, ABRANGENDO O FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DA CENTRAL DE MOBILIDADE E TRÂNSITO, FORNECENDO SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES.

Declaramos, para efeito da licitação em referência, conforme disposto no Edital e seus anexos, que indicamos, de acordo com o Conselho Federal de **(indicar o conselho ao qual está vinculado)**, o(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s), caso venhamos a vencer a referida licitação.

Nome:			
Especialidade:			
CREA/CAU Nº		Data do Registro:	

Sendo mais de um:

Nome:			
Especialidade:			
CREA/CAU Nº		Data do Registro:	

Local e data

CARIMBO, NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 107

ANEXO IV

**DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO
(elaborado pelo licitante)**

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do
CPF nº _____, na condição de representante legal de _____
(*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº
____/____, **DECLARO** ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação, e
que possíveis dificuldades já estão previstas nos preços propostos.

(Local e data)

(nome completo, assinatura e qualificação do representante da licitante)



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 108

ANEXO V

CERTIFICADO DE REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

(emitido pela Unidade Compradora)

ATESTO que o representante legal do licitante _____, interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, realizou nesta data visita técnica nas instalações do _____, recebendo assim todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços.

(Local e data)

(nome completo, assinatura e qualificação do representante da licitante)

(nome completo, assinatura e cargo do servidor responsável por acompanhar a visita)



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 109

ANEXO V.1

DECLARAÇÃO DE OPÇÃO POR NÃO REALIZAR A VISITA TÉCNICA

(elaborado pelo licitante)

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante não realizou a visita técnica prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços.

(Local e data)

(nome completo, assinatura e qualificação do representante da licitante)



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 110**ANEXO VI****JUSTIFICATIVA DOS ÍNDICES CONTÁBEIS (ARTIGO 69 - LEI FEDERAL Nº 14.133/2021)****ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL - ILG:**

FINALIDADE: Evidenciar a capacidade de pagamento da empresa, considerando a relação entre todos os ativos que poderão ser convertidos em dinheiro — tanto no curto quanto no longo prazo — e suas obrigações financeiras com vencimentos nos mesmos prazos. Quando o índice apurado é inferior a 1,00, indica-se que a empresa não dispõe de recursos suficientes para quitar suas dívidas, o que pode comprometer a continuidade de suas operações, especialmente em horizontes de longo prazo, além de colocar em risco a adequada execução de contratos com duração prolongada.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE - ILC:

FINALIDADE: Evidenciar a capacidade de pagamento da empresa no curto prazo, por meio da relação entre os ativos realizáveis nesse período e suas obrigações de curto vencimento. Um índice inferior a 1,00 indica que a empresa não possui recursos suficientes para honrar seus compromissos imediatos, o que pode comprometer a continuidade de suas operações.

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO - IE:

FINALIDADE: Evidenciar o quanto a empresa depende de capital de terceiros para financiar suas atividades. O índice expressa a proporção do ativo total que está sendo financiada por recursos de terceiros, bem como, de forma complementar, a parcela financiada por recursos próprios. O parâmetro adotado — índice igual ou inferior a 0,50 — é considerado tecnicamente razoável e encontra ampla utilização em processos licitatórios, por refletir um nível saudável de alavancagem financeira.

ESCLARECIMENTOS:

Os índices estabelecidos estão em conformidade com o artigo 69 da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que possibilitam a verificação objetiva da situação econômico-financeira das empresas licitantes, por meio de cálculos previamente definidos e tecnicamente justificados. Tais parâmetros são comumente utilizados para aferir a capacidade financeira necessária ao cumprimento das obrigações contratuais, sem comprometer a competitividade do certame, já que foram fixados em níveis razoáveis e amplamente utilizados.

FELÍCIO FUMIAKI KAMIYAMA

Secretário Municipal de Mobilidade e Trânsito



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 111

ANEXO VII

CARTA FIANÇA BANCÁRIA

À

PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES

Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, nº 277

Mogi das Cruzes - São Paulo

Referência:

Banco :

Carta de Fiança

Pela presente, o Banco, com sede em, na Rua, Estado de, por seus representantes infra-assinados se declara fiador e principal pagador, com expressa renúncia dos benefícios instituídos nos artigos 1.491, 1.492 e 1.499 do Código Civil Brasileiro, da empresa, sediada na Rua, da cidade, de para efeito de caução de licitação de que trata o Edital de Pregão Eletrônico nº 011/2026.

Este Banco se obriga, obedecendo o limite acima especificado, a atender, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, as reposições de qualquer pagamento coberto pela caução, desde que exigidas pela PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES.

Obriga-se, ainda, este banco pelo pagamento de despesas judiciais ou não, na hipótese de ser a PREFEITURA compelida a ingressar em juízo para demandar o cumprimento de qualquer obrigação assumida por nossa afiançada.

Declaramos, outrossim, que só será retratável a fiança, na hipótese de a afiançada depositar ou pagar o valor de caução garantida pela Carta de Fiança Bancária ou por nova Carta Fiança, que seja aceita pela PREFEITURA.

Atestamos que a presente fiança está devidamente contabilizada no livro nº (ou outro registro deste Banco) e, por isso, é boa, firme e valiosa, satisfazendo, além disso, as determinações do Banco Central, aplicáveis em especial a legislação bancária.

Os signatários desta estão autorizados a prestar fiança desta natureza por força do disposto no artigo dos Estatutos do Banco, publicado no Diário Oficial

Prefeitura de Mogi das Cruzes

Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 277, Centro Cívico, Mogi das Cruzes



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 112

em/...../..... , tendo sido (eleitos ou designados) pela Assembléia
realizada em

A presente fiança vigorará pelo prazo de

A presente fiança só perderá o seu valor se notificado por este banco, 30 (trinta)
dias antes do seu término.

Declaramos que o capital social deste Banco é de R\$... (valor por extenso) e
que estamos autorizados pelo Banco Central a expedir Cartas de Fiança Bancária e que o valor da
presente se contém dentro dos limites que nos são autorizados por aquele organismo federal.

Cidade, dia mês e ano.

BANCO



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 113**ANEXO VIII****MINUTA DE CONTRATO**

TERMO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES E A EMPRESA, TENDO POR OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE APOIO, PLANEJAMENTO, GERENCIAMENTO E SUPERVISÃO EM ENGENHARIA DE TRÁFEGO, COM FOCO NA GESTÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMAS INTELIGENTES DE TRÂNSITO, ABRANGENDO O FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DA CENTRAL DE MOBILIDADE E TRÂNSITO, FORNECENDO SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES.

Pelo presente Instrumento contratual, integrado especialmente pelo Processo Administrativo nº 429, de 22 de fevereiro de 2026, de um lado o **MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES**, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 46.523.270/0001-88, com sede nesta cidade, à Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, n.º 277, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representada pelo(a) Secretário(a) Municipal de Mobilidade e Trânsito, **FELÍCIO FUMIAKI KAMIYAMA**, portador(a) da CIRG nº e inscrito(a) no CPF/MF nº, e de outro lado a Empresa, entidade jurídica de direito privado, com sede à Rua, nº, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº e Inscrição Estadual nº, neste ato representada pelo(a) Sr(a) portador(a) da cédula de identidade RG e do CPF, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, tem entre si, justo e avençado e celebram por força do presente instrumento, a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE APOIO, PLANEJAMENTO, GERENCIAMENTO E SUPERVISÃO EM ENGENHARIA DE TRÁFEGO, COM FOCO NA GESTÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMAS INTELIGENTES DE TRÂNSITO, ABRANGENDO O FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DE FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA, BEM COMO A IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DA CENTRAL DE MOBILIDADE E TRÂNSITO, FORNECENDO SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES**, tudo na forma, especificações que integram o processo supracitado, o qual doravante, fica fazendo parte integrante deste instrumento contratual, complementando-o em tudo quanto não conflitar com as normas legais que regem a matéria (Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021), mediante as seguintes cláusulas e sob as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Obriga-se a **CONTRATADA**, pelo presente Contrato, a executar para o **CONTRATANTE**, os serviços de **GERENCIAMENTO, MANUTENÇÃO**



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 114

PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS PERTENCENTES ÀS UNIDADES DE SAÚDE DE MOGI DAS CRUZES, conforme exigências constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico nº 11/2026**.

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Termo Contratual vincula-se ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 11/2026** e seus anexos, em todos os seus termos, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO:

3.1. A CONTRATADA poderá subcontratar partes do objeto contratual, desde que respeite o percentual máximo de 30% (trinta por cento) do valor total de cada item de serviço, à exceção do Sistema contendo licença de Sistema de Gestão de Mobilidade Urbana Inteligente, com integração de todos os equipamentos/elementos que envolvem a mobilidade de trânsito, que poderá ser subcontratada na sua totalidade, de modo a assegurar melhores condições de competitividade e ampliar a participação na disputa. Este percentual poderá ser ajustado, caso o objeto do contrato permita, desde que autorizado previamente pela CONTRATANTE e devidamente justificado pela CONTRATADA.

3.2. Caso haja subcontratação, a licitante deverá apresentar a documentação da empresa subcontratada referente à parcela do serviço a ser executado, conforme limitação prevista;

3.3. A empresa contratada continua responsável pela execução do contrato e pela subcontratação, devendo comprovar a capacidade técnica do subcontratado, nos termos do art. 67, §9 da lei 14.133/2021;

3.4. A Subcontratada deve apresentar atestado de capacidade técnica, limitado a parcela do serviço a ser executado.

3.5. A Subcontratação de parte do objeto contratado é autorizada pelo art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

3.6. A licitante apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, juntamente com sua documentação que será avaliada e juntada aos autos.

3.7. O edital de licitação, consoante estabelece o art. 67, §9º, da Lei 14.133/2021, utilizará como requisito de habilitação, que o licitante comprove qualificação técnica por meio de atestados relativos a potencial subcontratado.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 115

3.8. Fica vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO:

4.1 - Pagará a CONTRATANTE à CONTRATADA, pela execução dos serviços, objeto do presente Contrato o valor global de R\$ (.....);

4.2 - A medição dos serviços será mensal, com base nos relatórios de execução apresentados pela contratada e atestados pelo Gestor do Contrato e pelo Fiscal Técnico, após verificação do cumprimento integral das manutenções preventivas e corretivas programadas e realizadas no período.

4.3 - Para fins de medição, serão considerados os seguintes critérios:

- a) Cumprimento do cronograma mensal de visitas técnicas preventivas;
- b) Atendimento dentro dos prazos estabelecidos para as manutenções preventivas e corretivas;
- c) Entrega dos relatórios técnicos devidamente preenchidos e assinados;
- d) Qualidade dos serviços executados, conforme parâmetros definidos neste Termo de Referência;
- e) Apresentação de documentação comprobatória das substituições de peças e serviços realizados.

4.4 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de atesto da nota fiscal ou fatura, desde que a contratada esteja adimplente com suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, e mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Nota fiscal eletrônica;
- b) Relatório de execução mensal dos serviços, atestado pelo Gestor e pelo Fiscal do Contrato;
- c) Certidões negativas atualizadas (FGTS, INSS, Tributos Federais e Trabalhistas).

4.5 - A recarga, substituição de peças e demais serviços, ocorrerão, após aprovação dos orçamentos emitidos, no orçamento deverá constar o equipamento que está na manutenção corretiva, as peças, a que unidade ou programa de saúde ele pertence, data do orçamento e validade do mesmo, podendo a manutenção corretiva ser efetuada, somente após aprovação.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 116

4.6 - Em caso de pendências ou inconformidades nos serviços prestados, o pagamento ficará condicionado à regularização, sem que isso gere direito à atualização monetária ou indenização à contratada.

4.7 - Nenhum pagamento será realizado sem o devido atesto do Gestor do Contrato, em conformidade com o disposto nos art. 141 e 142 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA - SERÁ OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA:

5.1 - A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

5.2 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

5.3 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

5.4 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

5.5 - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

5.6 - Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

5.7 - Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 117

5.8 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

5.9 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

5.10 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

5.11 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

5.12 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

5.13 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

5.14 - Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

5.15 - Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

5.16 - Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

5.17 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

5.18 - Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

5.19 - Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 118

5.20 - Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

5.21 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

5.22 - Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

5.23 - Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

5.24 - Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

5.25 - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

5.26 - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

5.27 - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

5.28 - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

5.29 - Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

5.30 - Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 119

5.31 - Garantir o acesso da CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

5.32 - Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

5.33 - Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

5.34 - Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

5.35 - Executar as demais obrigações definidas no **Termo de Referência anexado ao Pregão Eletrônico nº 011/2026**, que ficam fazendo parte do presente contrato independentemente de transcrição

CLÁUSULA SEXTA - SERÁ OBRIGAÇÃO DO CONTRATANTE:

6.1 - Expedir a respectiva Ordem de Serviço;

6.2 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

6.3 - Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.4 - Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

6.5 - Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste contrato;

6.6 - Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 120

6.7 - Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

6.8 - Nomear servidor para exercer a função de gestor do contrato, sendo que as decisões e providências que ultrapassarem a responsabilidade do órgão fiscalizador deverão ser direcionadas aos seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas cabíveis;

CLÁUSULA SÉTIMA - Correrão por conta da CONTRATADA toda mão-de-obra, equipamentos, materiais e tudo o mais que necessário for para a completa e satisfatória execução das obras ou serviços, bem assim, responsabilizando-se pelos encargos tributários, previdenciários e o cumprimento das normas relativas à saúde e à segurança no trabalho de seus empregados.

CLÁUSULA OITAVA - DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE TRABALHISTA E DA CONDIÇÃO PARA PAGAMENTO:

8.1 - A CONTRATADA obriga-se a manter e a apresentar à fiscalização do MUNICÍPIO, mensalmente, antes da data prevista para o repasse de recursos financeiros, ou a qualquer tempo quando solicitada, sob pena de imediata suspensão dos pagamentos, toda a documentação comprobatória do integral cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de todos os seus empregados alocados, direta ou indiretamente, na execução do objeto deste instrumento.

8.2 - A comprovação de que trata o item anterior deverá ser feita mediante a apresentação de cópias legíveis dos seguintes documentos, em relação à folha de pagamento do mês de competência anterior ao do repasse, sem prejuízo de outros que a fiscalização do MUNICÍPIO julgue necessários para a cabal verificação da regularidade:

- a) Registro de ponto individualizado dos empregados;
- b) Recibos de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário, devidamente assinados pelos empregados;
- c) Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) ou documento equivalente do eSocial, com o respectivo comprovante de quitação bancária;
- d) Recibos de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional constitucional, quando for o caso;
- e) Termos de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT) dos empregados dispensados no período, acompanhados dos comprovantes de pagamento das verbas rescisórias e da guia de recolhimento da multa FGTS;
- f) Comprovantes de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, ou de outros benefícios previstos em acordo ou convenção coletiva de trabalho aplicável à categoria.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 121

8.3 - A não apresentação da documentação listada no prazo estipulado, ou sua apresentação de forma incompleta, irregular ou com indícios de fraude, acarretará, de pleno direito e independentemente de notificação prévia, a **SUSPENSÃO IMEDIATA** de todos os pagamentos e repasses de recursos devidos pelo MUNICÍPIO no âmbito deste ajuste, até a completa regularização da pendência, a critério exclusivo da fiscalização. A referida suspensão não gerará direito à CONTRATADA a qualquer tipo de reajuste, correção monetária, juros ou indenização por parte do MUNICÍPIO, configurando-se como exercício regular de direito da Administração Pública.

8.4 - A fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO e a exigência de apresentação dos documentos aqui previstos não excluem, não diminuem, não compartilham nem transferem a responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste instrumento. A atuação do MUNICÍPIO tem caráter meramente acautelatório, visando a mitigar os riscos de sua responsabilização subsidiária ou solidária por eventuais inadimplementos de terceiros, em conformidade com o seu poder-dever de fiscalização e tutela do erário.

CLÁUSULA NONA - DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR:

9.1 - A execução das obrigações contratuais desta licitação será fiscalizada pelo Gestor do Contrato, com autoridade para exercer, como representante da CONTRATANTE, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual, competindo-lhe entre outras atribuições:

9.1.1 - Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, de que dispõe os incisos II e III do art. 19 do Decreto 22.449/24;

9.1.2 - Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

9.1.3 - Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para efeito de empenho de despesa e pagamento, devendo tomar providências no caso de eventuais problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e pagamento da despesa;

9.1.4 - Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à necessidade ou não



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 122

de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração;

9.1.5 - Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de que dispõe o inciso I do art. 19 do Decreto Municipal 22.449/24;

9.1.6 - Elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

9.1.7 - A Atuação do Gestor do Contrato deverá ser conforme os art. 20 a 21 do Decreto 22.449/2024 disponível no link: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/m/mogi-das-cruzes/decreto/2024/2245/22449/decreto-n-22449-2024-proc-n-2555-2023-1doc>

9.1.8 - A gestão do contrato ficará sob responsabilidade do servidor:

xxxxxx

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ATRIBUIÇÕES DO FISCAL:

10.1 - A CONTRATADA ficará obrigada a executar os serviços indicados pela SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRÂNSITO, conforme consta na cláusula primeira, rigorosamente de acordo com as especificações, tendo como Fiscal o servidor municipal: xxxxxxx

10.2 - A atuação do Fiscal deverá ser exercida em conformidade com o disposto nos art. 22 a 23 do Decreto 22.449/2024 disponível no link: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/m/mogi-das-cruzes/decreto/2024/2245/22449/decreto-n-22449-2024-proc-n-2555-2023-1doc>

10.3. Compete ao fiscal:

10.3.1 - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

10.3.2 - Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;

10.3.3 - Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

10.3.4 - Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 123

10.3.5 - Demais ações previstas no Decreto Municipal 22.449/24.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESERVA DE CARGOS:

11.1 - A Contratada deverá cumprir com a reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, sob pena de cancelamento, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ANTICORRUPÇÃO:

12.1 - Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA E INÍCIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

13.1 - Os serviços serão executados pelo prazo inicial de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogados nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

13.2 - Prazo de início de execução dos serviços será de até 30 (trinta) dias após o recebimento das Ordens de Serviços, expedidas pelo Departamento de Inteligência de Dados, onde constarão os quantitativos, o tipo do serviço, local de sua execução, com os respectivos custos, observadas as Especificações Técnicas descritas no Termo de Referência.

13.3 - O Departamento de Inteligência de Dados será responsável pela programação e controle da prestação dos serviços do objeto do Termo de Referência, conforme sua necessidade.

13.4 - Para a prestação dos serviços será formalizado Contrato entre as partes, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

13.5 - A prorrogação justifica-se pela natureza contínua do serviço, pela necessidade de manutenção da padronização tecnológica, pela amortização dos investimentos realizados e pela economicidade decorrente da continuidade da solução



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 124

13.6 - A prorrogação contratual sucederá, a requerimento da contratada, em procedimento administrativo regular, dentro das disposições legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA SUSTENTABILIDADE:

14.1 - As práticas de sustentabilidade que deverão ser observadas pela contratada, são:

14.1.1 - Comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:

14.1.1.1 - Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011;

14.1.1.2 - Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 10 e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da vigentes;

14.1.1.3 - Atendimento às normas regulamentadoras expedidas pelo MTE, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho;

14.1.1.4 - Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta das Normas Regulamentadoras vigentes;

14.1.1.5 - A Contratada deverá fazer o descarte correto e o gerenciamento ambientalmente sustentável, no que tange à coleta de resíduos, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, em atendimento à legislação aplicável;

14.1.1.6 - A Contratada deverá levar em conta todas as precauções e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros, cabendo-lhe, exclusivamente, todos os ônus para reparação de eventuais danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - IMPACTOS AMBIENTAIS:

15.1 - Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 125

15.2 - Sob a ótica da dimensão ambiental da sustentabilidade, não foram identificados possíveis impactos em decorrência da contratação pretendida.

15.3 - Contudo, abaixo estão relacionadas as medidas mitigadoras e ações de prevenção e contingência para afastar/diminuir os impactos ambientais:

15.3.1 - Utilização de produtos com baixo consumo de energia elétrica (módulos leds, etc.) Produtos de características ecológicas (colunas, etc.);

15.3.2 - Logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

16.1. As despesas com a execução dos serviços objeto da presente licitação, correrão à conta das dotações consignadas no orçamento, classificadas sob os nºs:

02.10.01.3.3.90.39.00.26.125.1000.2.418.01.110.0000 – FICHA 248

02.10.01.3.3.90.39.00.26.125.1000.2.418.03.400.0001 – FICHA 265

FONTE CONTÁBIL: RECURSOS PRÓPRIOS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Foi emitida a Nota de Reserva nº, no valor de R\$ (.....), à conta da dotação orçamentária especificada na cláusula anterior, para atendimento das despesas inerentes ao presente Contrato. No exercício vindouro, nova dotação deverá ser prevista para cobertura das despesas restantes do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO REAJUSTE:

18.1 - Os preços contratados não serão reajustados no período de 12 (doze) meses conforme dispõe artigos 124 a 136 da Lei Federal 14.133/2021.

18.2 - Após esse período, os preços poderão ser reajustados na forma da Lei, devendo a contratada solicitar por meio de requerimento regular protocolado junto a Prefeitura de Mogi das Cruzes, conforme estabelecido no art. 136 da Lei Federal 14.133/2021, e a partir da data do requerimento, caso tenha sido formulado após os doze primeiros meses de vigência contratual, e será considerado o índice de variação de preços IPCA-Geral acumulado no período apurado.

18.3 - O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES:



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 126

19.1 - Os licitantes serão responsabilizados pelas infrações previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2 - Pelas infrações previstas no **item 19.1** serão aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

- I – Advertência;
- II – Multa;
- III – Impedimento de licitar ou contratar;
- IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.2.1 - A sanção de advertência será aplicada exclusivamente na infração de inexecução parcial do contrato;

19.2.2 - A sanção de multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no **item 19.1**, observados os seguintes limites máximos:

- a) Nos casos de inexecução total ou parcial do ajuste, a título moratório, o importe de 1% (um por cento) por dia de atraso na entrega do material ou serviço, até o limite de 30 (trinta) dias e, cumulativamente, a título compensatório, o importe de 10% (dez por cento), ambas sobre o valor do contrato ou documento equivalente;
- b) Pela recusa em realizar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do pedido;
- c) Em caso de não entrega do objeto ou rescisão do Contrato por culpa da Detentora da Ata: 20% (vinte por cento) do valor do pedido.

19.2.3 - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, será aplicada ao responsável



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 127

pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **item 19.1** deste Contrato.

19.2.4 - A sanção de declaração de inidoneidade de licitar e contratar, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando da ocorrência das infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 15.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no item 15.2.3 deste Contrato.

19.3 - Na aplicação das sanções serão considerados, nos termos do art. 156, §1º:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a administração pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4 - A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes.

19.5 - As sanções de Advertência, Impedimento de licitar e contratar, e Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de Multa.

19.6 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.7 - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao licitante vencedora ou contratada o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA EXTINÇÃO:

20.1 - São hipóteses para a extinção contratual:

20.1.1 - Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, e finalizado o prazo de vigência.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 128

20.1.2 - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

20.1.2.1 - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

20.2 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

20.3 - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

20.3.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

20.3.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

20.3.3 - Indenizações e multas.

20.4 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

20.5 - O contrato poderá ser extinto caso se constate que a contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Fica eleito o Foro da Comarca de Mogi das Cruzes, para o deslinde de todas as questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem certos e ajustados, foi lavrado este instrumento em 2 (duas) vias originais, digitadas apenas no anverso, assinada a última folha e rubricadas as anteriores, ficando uma via com o CONTRATANTE e a outra com a CONTRATADA, tudo na presença de duas testemunhas abaixo, para que surta todos os efeitos legais. Eu,, o lavrei.

PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES, em ... de de 2026.

FELÍCIO FUMIAKI KAMIYAMA

Secretário Municipal de Mobilidade e Trânsito



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 129

CONTRATADA

Nome e Cargo do Representante

TESTEMUNHAS:



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 130**ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)****CONTRATANTE:** _____**CONTRATADA:** _____**OBJETO:** _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pelo CONTRATANTE e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 131

CPF: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pela Contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela Contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).



MOGI DAS CRUZES

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026 - FLS. Nº 132

ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: _____

CNPJ Nº _____

CONTRATADA: _____

CNPJ Nº: _____

DATA DA ASSINATURA: _____

VIGÊNCIA: _____

OBJETO: _____

VALOR (R\$): _____

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a)** memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b)** orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c)** previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d)** comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e)** as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

MOGI DAS CRUZES, em ... de de 2026.

FELÍCIO FUMIAKI KAMIYAMA

Secretário Municipal de Mobilidade e Trânsito